ZULENE MUNIZ BARBOSA
Organizadora

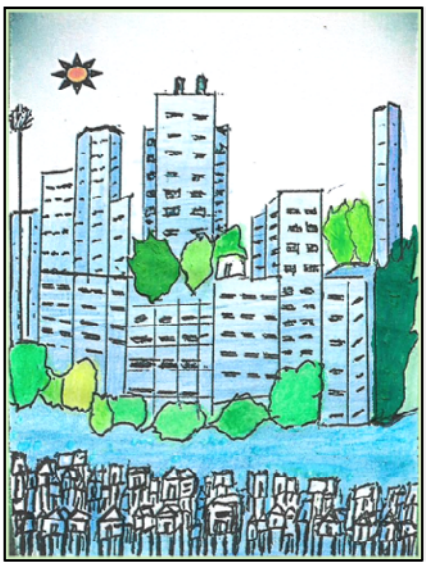
CADERNOS DO OBSERVATÓRIO de Desenvolvimento Regional

Caderno 02

Eduema

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional (PPDSR)

CADERNOS DO OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL



CADERNO 02

Apoio FAPEMA via EDITAL Nº38/2022 - "Integração dos Programas de Pós-Graduação Acadêmicos da Universidade Estadual do Maranhão/UEMA com Estado visando o fortalecimento, formação de recursos humanos e desenvolvimento econômico e social" - PARCERIAS ESTRATÉGICAS NOS ESTADOS III (CAPES – FAP).

[Apoio presente também na versão impressa dos Cadernos de Desenvolvimento Regional]

São Luís/MA
2024

Reitor

Walter Canales Santana

Vice-Reitor

Paulo Henrique Aragão Catunda

Pró-Reitores

Profa. Dra. Mônica Piccolo Almeida Chaves
Pró-Reitora de Graduação – PROG

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação – PPG

Profa. Dra. Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra
Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis – PROEXAE

Prof. Dr. José Rômulo Travassos da Silva
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas – PROGEP

Prof. Dr. Thiago Cardoso Ferreira
Pró-Reitor de Planejamento e Administração – PROPLAD

Profa. Dra. Maria Teresinha de Medeiros Coelho
Pró-Reitora de Infraestrutura – PROINFRA

ppdsr | Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional

Coordenador:
Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro

Vice coordenador:
Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos

Secretária:
Elizete Silva

Bolsista técnica em nível superior:
Lara Serra de Alencar

Comissão Financeira:
Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro
Dr. Rafael Godoi
Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos

Comissão de Bolsas:
Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro
Drª. Grete Soares Pflueger
Dr. Alex Oliveira de Souza

Comissão de Eventos:
Drª. Rosirene Martins Lima
Drª. Zulene Muniz Barbosa
Dr. Rafael Godoi

1) Linha de Pesquisa Estado, Trabalho e Globalização

Professores Permanentes:

Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro

Prof. Dr. Magno Vasconcelos Pereira Junior

Profª. Drª. Monica Piccolo Almeida

Profª. Drª. Neuzeli Maria de Almeida Pinto

Prof. Dr. Rafael Godoi

Proª.Drª. Karina Biondi

Profª.Drª. Zulene Muniz Barbosa

Profª.Drª. Sabrina Miranda Areco

2) Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Território e Planejamento

Professores Permanentes:

Prof.Dr. Ademir Terra

Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza

Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett

Profª. Drª. Grete Soares Pflueger

Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos

Prof. Dr. José Sampaio Mattos Júnior

Profª. Drª. Marivânia Leonor Souza Furtado

Profª.Drª. Rosirene Martins Lima

Professores Colaboradores:

Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro

Prof. Dr. David Junior de Souza Silva

Organização:

Zulene Muniz Barbosa

Comitê Editorial:

Célia Maria da Motta

Danielle Cristine Ribeiro

David Junior de Souza Silva

Josenilde Cidreira Vieira

Rosirene Lima Martins

Periodicidade: Semestral

Tiragem: 100 exemplares

Capa: Célia Motta / Artêmio Macedo Costa

Diagramação: Artêmio Macedo Costa

© copyright 2024 by UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA UEMA.

Cadernos do Observatório de Desenvolvimento Regional
Caderno 02

Chefe da Divisão de Editoração
Prof.ª Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

Secretário
Paul Philippe

Suporte Técnico LIVRARIA EDUEMA
Elaine da Silva Moraes

CONSELHO EDITORIAL

Presidente do Conselho:
Prof.ª Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

Vice-presidente:
Prof.ª José Sampaio de Mattos Júnior

Conselheiros:
PROFESSOR (A)
DEPARTAMENTO

Ana Lucia Abreu Silva
Patologia

Ana Lúcia Cunha Duarte
Educação e Filosofia

Eduardo Aurélio Barros Aguiar
Expr. Gráf. e Transporte

Fabíola Hesketh Oliveira
Arquitetura e Urbanismo

Helciane de Fátima Abreu Araújo
Ciências Sociais

Jackson Ronnie Sá da Silva
Química e Biologia

José Roberto Pereira de Sousa
Química e Biologia CESI

José Sampaio de Mattos Jr
História e Geografia

Luiz Carlos Araújo dos Santos
História e Geografia CESI

Maria Medianeira de Souza
Letras

Maria Claudene Barros
Química e Biologia CESC

Emanoel Cesar Pires de Assis
Letras

Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Ciências Sociais

Diagramação: *Artêmio Macedo Costa*
Capa: *Artêmio Macedo Costa / Célia Motta*

B238c Barbosa, Zulene Muniz (Org.).

Cadernos do observatório de desenvolvimento regional Caderno 2. [recurso eletrônico] / Zulene Muniz Barbosa (Org.).- São Luís,MA: EDUEMA, 2024.
181p. :il. color

ISBN: 978-85-8227-468-2

1. Desenvolvimento. 2. Território. 3. Capitalismo dependente. I. Barbosa, Zulene Muniz. II.Título.

CDU: 332.146.2

Elaborado por Luciana de Araújo- CRB 13/445

EDITORA UEMA
Cidade Universitária Paulo VI - CP 09 Tiririca - CEP - 65055-970 São Luís-MA
www.editorauema.uema.br - editora@uema.br

SUMÁRIO

Apresentação: Sabrina Areco 9

ARTIGOS :

1. **Ivo M Theis:** Desenvolvimento regional no Brasil: contradições e futuros alternativos. 13

2. **Jose Raimundo Trindade:** Territorialidade e grande capital mineral na Região Amazônica brasileira. 28

DOSSIÊ: As contradiçoes do desenvolvimentismo no Maranhão

3. **Juliana Gonçalves Castro:** Território de exploração x território de esperança: a luta do acampamento Marielle Franco no Maranhão. 55

4. **Michele Santos Rocha:** Os impactos do turismo depois Estrada MA-320 sob a percepção dos atores sociais no município de Santo Amaro. 71

5. **Daniela Strasser Santos:** Os desencontros institucionais da política de desenvolvimento territorial: um estudo de caso no município de Miranda do Norte-MA. 90

6. **Bianca Sampaio Corrêa:** O programa de aquisição de alimentos: a experiência dos agricultores familiares da comunidade de Matinha na região metropolitana de São Luís. 103

SUMÁRIO

7. **Lohanne Caroline Correia Domingues:** estratégias de resistências sociais das comunidades Jambuca e Batista, Maranhão-Brasil. 118

8. **Lara Serra Pinto de Alencar:** Política habitacional no regime ditatorial brasileiro: o trabalhador, a moradia e atuação da Companhia de Habitação Popular do Maranhão em São Luís – Maranhão. 139

9. **Carolina Maria Bruzaca Pinto:** Bumba mina reggae: relações de arquivos, documentos e vizinhança com os bairrosnegros de São Luís/MA. 155

ENTREVISTA

Frederico Lago Burnet - por **Nilce Ferreira** 172

APRESENTAÇÃO

O século XXI parece vivenciar uma retomada dos estudos que exploram as relações entre o global e o local. Tal virada pode ser ilustrada pela relevância de abordagens tais como a do sistema-mundo de Wallerstein (2005), a história global de Conrad (2019) e os estudos pós-de-coloniais. Em que pese a diversidade teórica, há um eixo unificador nas abordagens que consiste em identificar que a particularidade de um fenômeno social e político pode ser satisfatoriamente compreendida se tecidas as relações deste com aspectos globais. Mais do que isso, exploram o fato de que o capitalismo é um fenômeno global, ou com tendência à universalização, o que está implícito em sua própria dinâmica de funcionamento - tal como analisado por Marx n'O Capital.

Por outro lado, ***pari passu*** à tendência à homogeneização das práticas sociais decorrente do processo de expansão tentacular do capitalismo, assiste-se também o esforço de manutenção das diferenças - como defendido por movimentos de resistência cultural, pela persistência de formas de ocupação dos territórios comunitários, pela defesa de política públicas e sociais que se atentem às necessidades particulares de grupos subalternizados. O fio da navalha é, assim, lidar com a unidade existente na diversidade, ou como o universal se manifesta no particular. Tal como observado por Gramsci (1988), "o mesmo raio de luz, passando para diferentes prismas, fornece diferentes refrações de luz". Como orientação metodológica,

quer indicar que o conhecimento deve ser capaz de descrever, decompor, fragmentar, para então ir no caminho inverso de recompor tais refrações.

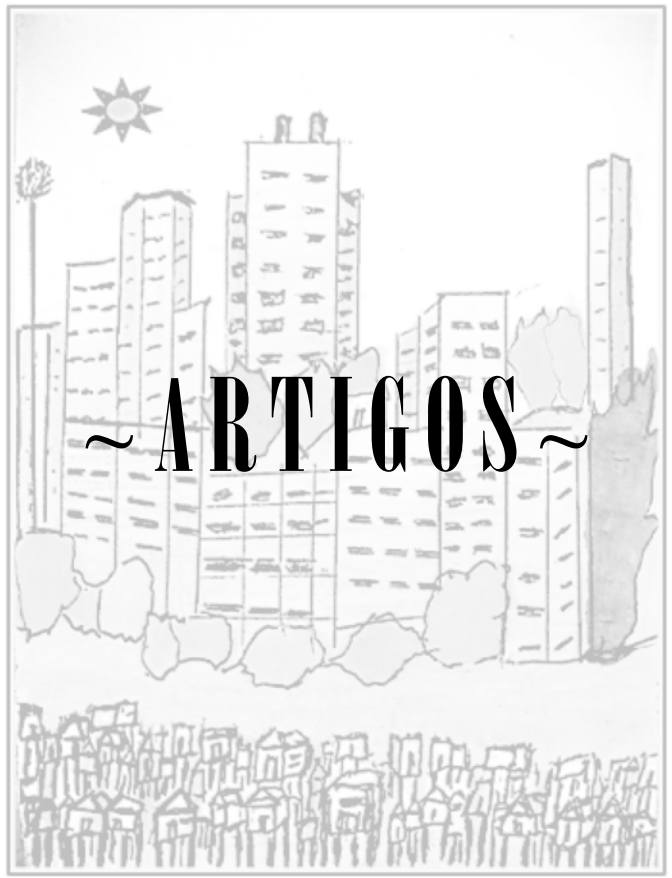
Essa tarefa evidentemente não é individual, mas coletiva. Os estudos apresentados no dossiê ***As contradições do desenvolvimentismo no Maranhão*** enfrentam o desafio de pensar o local e regional sob essa perspectiva. Os artigos de Theis e Trindade abordam a Amazônia Oriental e as contradições do conceito de desenvolvimento regional e as práticas políticas decorrentes. O primeiro analisa como a ideia de desenvolvimento regional foi reelaborada na história para então afirmar que nesse percurso pode-se identificar a atuação do Estado nas iniciativas de acumulação do capital. Tais políticas estatais acabaram fortalecendo as desigualdades com a concentração da riqueza. Trindade, em seu texto, acaba chegando a consideração similar valendo-se de dados sobre a exploração e circulação de commodities (minérios) na Amazônia Legal e a relação com o desmatamento e piora nos indicadores sociais do entorno. Castro, por sua vez, trata das iniciativas de resistência no campo contra os grandes empreendimentos econômicos no acampamento Mariele Franco, localizado em Itinga do Maranhão, enquanto Santos aborda outra forma de luta, no caso mediada pela esfera estatal tendo em vista o desenvolvimento sustentável em Miranda do Norte. A esfera institucional é também o grande tema de Corrêa, que analisa a implementação do programa de aquisição de alimentos na comunidade de Matinha, região metropolitana de São Luís. O que chama de "múltiplas estratégias de resistência" é o assunto de Domingues, ao

tratar também de comunidades rurais -Jambuca e Batista- frente aos grandes empreendimentos. O tema do turismo e desenvolvimento regional é abordado por Rocha, tendo em foco Santo Amaro. Os textos de Alencar e Pinto, assim como a entrevista concedida por Burnet a Nilce Ferreira, lidam com as lutas urbanas e a reconfiguração dos espaços e da cidade diante dos avanços do capital. Cada um destes textos -os artigos e a entrevista- avançam na compreensão do local, sendo seus objetos as regiões, municípios ou bairros do Maranhão. Tratam da realidade material, do espaço vivido, e buscam explorar as contradições dando visibilidade para as estratégias de luta e resistência.

O dossiê é, assim, uma importante contribuição para a produção acadêmica e científica, mas também ajudará a compor uma massa de material crítico e de qualidade colocado agora à disposição da sociedade e que poderá ser parte do repertório de quem está interessado em pensar e mudar o Maranhão.

Sabrina Areco

Professora Adjunta de
Ciência Política no CFCH
(Centro de Filosofia e Ciências Humanas) da
UFAC (Universidade Federal do Acre)



~ARTIGOS~

Desenvolvimento regional no Brasil: contradições e futuros alternativos[1]

Ivo M. Theis

RESUMO

O tema deste artigo são as "contradições" do desenvolvimento regional no Brasil. O objetivo é analisar a experiência de desenvolvimento regional que vem ocorrendo no Brasil nas últimas três décadas. A hipótese é que essa experiência esbarra em "contradições" próprias a uma formação social capitalista semiperiférica, como é o Brasil. O texto estrutura-se em quatro partes: a primeira é uma breve introdução; a segunda trata da experiência brasileira de desenvolvimento regional; a terceira busca as evidências que apontam para as suas possíveis "contradições" dessa experiência; a quarta finalmente sintetiza as principais inferências, com ênfase para uma agenda de pesquisa (e intervenção política) que procurou-se cumprir ao longo dos últimos anos.

Palavras-chave: Brasil; capital; contradições; desenvolvimento regional; Estado.

ABSTRACT

The subject of this article is the "contradictions" of regional development in Brazil. The objective is to analyze the experience of regional development that has been taking place in Brazil in the last three decades. The hypothesis is that this experience comes

1 Este artigo tem origem e, portanto, se baseia, em notas preparadas para uma exposição em 20 de abril de 2023 para um público formado majoritariamente por docentes e pós-graduandas/os do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, da Universidade Estadual do Maranhão. Há que agradecer àquelas/es que participaram do debate, do qual me beneficiei sobremaneira. Não obstante, é desnecessário lembrar que a responsabilidade pelas heresias aqui registradas cabe exclusivamente ao seu autor.

up against “contradictions” typical of a semi-peripheral capitalist social formation, such as Brazil. The text is structured in four parts: the first is a brief introduction; the second deals with the Brazilian experience of regional development; the third seeks the evidence that points to their possible “contradictions” of this experience; the fourth finally summarizes the main inferences, with emphasis on a research agenda (and policy intervention) that has been sought to be fulfilled over the last few years.

Keywords: Brazil; capital; Contradictions; regional development; State.

1. Introdução

O tema explorado está expresso no título deste artigo: “contradições” do desenvolvimento regional no Brasil. O propósito é analisar a experiência de desenvolvimento regional que vem ocorrendo no Brasil nas últimas três décadas. A hipótese é de que essa experiência esbarra em “contradições”, talvez insuperáveis nos marcos de uma formação social capitalista semiperiférica, como é o Brasil.

Esta pesquisa orienta-se pelo método do materialismo histórico dialético, sendo a maior parte dos dados colhidos e tratados em investigações anteriores: Theis; Butzke; Santos (2022a; e 2022b). Pretende-se uma exposição horizontal, respeitosa e dialogada, já que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 2009, p. 59). As conclusões, embora sempre provisórias, remetem a possíveis implicações epistemológicas, para suscitar desafios políticos genuínos.

O texto estrutura-se em quatro partes principais:

a primeira, desta brevíssima introdução; a segunda, prioritariamente sobre a experiência brasileira de desenvolvimento regional; e a terceira, busca as evidências dessa experiência que apontam para as suas possíveis "contradições"; a quarta, finalmente, registra as inferências principais, com destaque para uma agenda de pesquisa (e intervenção política) que buscou-se cumprir ao longo dos últimos anos.

2. A experiência brasileira de desenvolvimento regional

Observa-se o período histórico anterior à chegada dos europeus na América e, na chagada dos portugueses no território atualmente brasileiro, a existência de gente nas terras de Pindorama (THEIS, 2021), que no início do século XVI foram incorporadas aos circuitos do capital mercantil português. A partir de 1530, o colonizador foi definindo o destino de quem já vivia ali, e também dos que viviam nas terras distantes da África, compulsoriamente trazidos para o Brasil.

Elementos históricos do processo de formação histórica do Brasil é fundamental para se compreender o atual desenvolvimento regional no Brasil:

a) A produção do açúcar da cana, que viabilizaria a exploração da colônia;

b) A União Ibérica, que marcaria o fim da dinastia dos Avis e a ascensão dos Bragança;

c) A descoberta do ouro, que financiaria tanto a Metrópole quanto a revolução industrial na Inglaterra;

d) A independência de fachada, que não significaria nem

autonomia política nem ruptura econômica;

e) A abjeta escravidão, que persistiria durante longos quatro séculos;

f) A tardia Proclamação da República que, em comparação com a vizinhança, chegaria atrasada em 80 anos;

g) Um país em busca de si entre fins do século XIX e a chamada Revolução de 1930, que seria favorecida pela quebra da Bolsa de Nova Iorque e pela crise do café.

Esses episódios foram momentos indissociáveis de um processo de progressiva incorporação do Brasil: inicialmente, quando ainda era Colônia; depois, com a incorporação do Estado nacional independente aos circuitos do capital. Certamente, a expansão do capital em escala internacional encontraria terreno mais fértil em uns territórios do que em outros, devido às situações histórico-geográficas específicas, mas o movimento de incorporação progressiva dos territórios aos circuitos do capital consistiu no alto consumo de força de trabalho e recursos naturais. Como em qualquer outra formação social, o capital ganhou envergadura convertendo os recursos naturais e a energia humana em força de trabalho. Com o tempo, e para a glória das *personificações do capital* (MARX, 1996a) e de seus capatazes, generalizaram-se a comercialização dos recursos físico-ambientais e o assalariamento dos seres humanos.

A formação histórica do Brasil é marcada pela sua incorporação aos circuitos do capital, de acordo com os interesses econômicos e políticos das classes dominantes, mas é fundamental apresentar a capacidade de resistência dos explorados. Durante os quatro séculos de formação social do Brasil, houve numerosos e aguerridos movimentos de

resistência, como a fuga dos indígenas, a organização das/os africanas/os em quilombos, respondidos com violência pelos poderosos. O território torna-se um produto do conflito entre quem explora e quem é explorado desorganizando-se em regiões, de acordo com os ciclos econômicos: cana-de-açúcar, ouro, café. (THEIS, 2020). Assim, a resistência dos que dependem dos seus recursos físico-ambientais de é simultaneamente um movimento de proteção da natureza, uma vez que o avanço implacável do capital persiste na separação entre o homem e os seus meios naturais de vida (MARX, 1996b, cap. 24). A agricultura, a silvicultura, a pecuária e a mineração são os resultados visíveis dessa separação na paisagem não-urbana, assim como a industrialização nas regiões urbanas (SANTOS; SILVEIRA, 2013).

Na década de 1930, aceleraram-se a urbanização e a industrialização (SANTOS, 1993) ganhando impulso um novo movimento social: o das/os trabalhadoras/es (CARONE, 1984; TRONCA, 1982). Ponto de reflexão relevante, pois se todo o período anterior caracterizou a formação do território como quase completamente espontânea, posteriormente houve um processo de ordenamento racional, a partir de critérios político-institucionais mais bem definidos.

Até o final do século XVIII, Portugal definia o destino da colônia, a partir das injunções e dos interesses metropolitanos, sem maiores cuidados com as consequências sociais dos moradores da terra. Depois de 1930, o território "organizou-se" como um Estado nacional. No período entre 1930 e 1964, o Estado chamado de "bonapartista" por Demier (2013), foi marcado pelo populismo, o avanço das forças produtivas do capital e a formalização de um acordo

de classes, para combater as assimetrias regionais que o desenvolvimento geograficamente desigual do capital e para controlar o movimento social impulsionado pela aceleração da urbanização e industrialização.

Porém, de Getúlio Vargas a Juscelino Kubitscheck, o desenvolvimento geograficamente desigual, impelido pelo rápido avanço das forças produtivas, alargaria as disparidades inter-regionais, conduzindo à intervenção do Estado, por exemplo, através do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN, 2005) e da criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste-Sudene (FURTADO, 1989).

O longo período da ditadura empresarial-militar, de 1964 a 1985, foi marcado pela expansão do capital, mas com a "inevitável" concentração da atividade econômica em São Paulo e no Sudeste, com grande intervenção do Estado para a criação de infraestruturas e repressão ao movimento de trabalhadores, sindicatos e lideranças, no campo e nas cidades (EVANS, 1980). Nesse contexto, desenvolvimento regional se tornou sinônimo de crescimento econômico na escala regional, com o protagonismo de grandes unidades produtivas do Estado e, sobretudo, do capital multinacional.

O esgotamento desse modelo de acumulação de capital inaugurado em 1964 ocorreu devido ao endividamento externo, à inflação e ao agravamento das condições sociais da população. Paralelamente, foi definido nas ruas pelos movimentos sociais, como o movimento de trabalhadores que emergiu das greves de 1978-1980 (ANTUNES, 1988). Em meados de 1980, foi formada uma Assembleia Nacional Constituinte e em 1988 elaborada a Constituição Federal

de 1988 [CF88], inegavelmente resultados dessa inédita mobilização popular.

Contudo, no plano internacional sopravam fortes de um novo liberalismo. O receituário neoliberal foi decididamente adotado pelos governantes brasileiros de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, de acordo com o Consenso de Washington (BRESSER PEREIRA, 1991), neutralizando diversas conquistas realizadas durante as mobilizações populares anteriores.

O desenvolvimento regional passou a ser um feixe de políticas implementadas entre 1980 e início de 2000, combinando a crescente financeirização da economia brasileira e de sua integração passiva e subordinada à economia mundial, com políticas de privatização do Estado, abertura comercial e crescente flexibilização das relações de trabalho (PAULANI, 2009; 2012). Da perspectiva do território, essas medidas conduziram à especialização regional, à reconcentração das atividades tecnologicamente mais avançadas e incorporação de novas regiões de produção desqualificada.

Movimentos sociais, com a presença destacada de trabalhadores, sindicatos e centrais sindicais, que produziram a "novidade" da resistência do fim dos anos 1990, com a eleição em 2022 do metalúrgico e sindicalista líder das graves de 1978-80, Luiz Inácio da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Esse governo apresentou importantes avanços políticos e sociais voltados à democratização das instituições políticas, à elevação real do salário-mínimo e às políticas sociais, como o Programa Bolsa Família, anunciadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Houve crescimento do PIB, aumento do emprego, controle da inflação foi controlada e redução da pobreza. Contudo, os juros permaneceram elevados, assegurando altos ganhos para o rentismo.

Com a ausência de uma política explícita de desenvolvimento regional, o capital financeiro, do agronegócio, da indústria e das comunicações reforçaram os gargalos estruturais e as regiões Centro-Oeste e Norte, foram se tornando espaços privilegiados de acumulação pelo agronegócio e mineração (MACEDO; MORAIS, 2011).

O movimento antipetista, patrocinado pelo golpe midiático-jurídico-parlamentar contra a presidente Dilma Roussef (2016) provocou o grande retrocesso aos avanços sociais e políticos realizados no pós-CF88 (MIGUEL, 2019),

Essa regressão é certamente uma evidência das contradições do desenvolvimento regional no Brasil.

3. Contradições do desenvolvimento regional no Brasil

O termo "contradição" deriva do latim e significa incoerência ou desacordo entre palavras e ações (entre discurso e prática), entre o prometido e o cumprido, entre o anunciado e o realizado, entre o que é e o que foi (entre afirmações atuais e afirmações anteriores). Por essa lógica dialética, também desenvolvimento regional é atravessado por contradições de diferentes tipos.

As contradições do desenvolvimento regional remetem à relação do Estado com o capital e a Estado. Setores politicamente progressistas tendem a considerar que o Estado assegura um desenvolvimento econômico e social

sem disparidades inter-regionais. No entanto, é um processo que implica mobilização de capital (maquinaria, edificações, capital-dinheiro etc.), para a elevação do PIB regional/per capita. Quando o Estado permite ao capital mover e agir livremente, há uma concentração do produto econômico em uma ou poucas regiões, em detrimento das demais.

No discurso, o Estado "ordena" o território a partir de um planejamento urbano e regional, adequado às necessidades e demandas da população, mas ajustando às exigências de reprodução do capital, pois não há Estado politicamente neutro. Assim, para viabilizar o desenvolvimento das atividades econômicas regionais, deve mobilizar recursos físico-ambientais e força de trabalho, para reduzir as dificuldades para a rentabilidade dos empreendimentos.

Isto porque os financiadores desses empreendimentos são os empresários detentores do grande capital (industrial, comercial, agrícola, etc) e só precisam da decisão politica de sua contratação pelo Estado. Os seres humanos, donos apenas da força de trabalho são os agentes passivos da história: não falam, não recebem explicações, não participam das decisões, não se beneficiam dos resultados. A natureza é considerada um amontoado de recursos (a flora, a fauna, os minerais, a água) ilimitadamente disponíveis para consumo humano, mas como mercadoria.

Teoricamente, tende-se a idealizar a prática do desenvolvimento regional, como uma estratégia sempre válida para resolver as disparidades inter-regionais, mas com atividades que apenas intensificam as disparidades entre as regiões (THEIS, 2009; 2019; 2022b). Promove-se uma dimensão de subalternidade ou inferioridade entre as classes

dominantes e as formações sociais periféricas, apontando a grande contradição entre as expectativas despertadas pelo "discurso" do desenvolvimento regional e os pífios resultados concretamente colhidos.

4. Considerações Gerais

As possíveis implicações epistemológicas do tema examinado devem suscitar desafios políticos genuínos.

Analisou-se as experiências do desenvolvimento regional ocorridas no Brasil nos últimos três decênios, a partir da hipótese de que essas experiências sempre produziram "contradições" já previsível para um quadro de formação social capitalista semiperiférica, como o Brasil.

Evidências têm mostrado que em formações sociais periféricas ou semiperiféricas o desenvolvimento regional mobiliza a natureza e as pessoas de um território, não atende as suas demandas originais, mas sempre favorecem a reprodução do capital privado.

Mesmo em formações sociais com uma estratégia de planejamento centralizado pelo Estado, é o capital que protagoniza a experiência concreta de desenvolvimento regional, financiando os grandes empreendimentos empresariais, voltados à satisfação das exigências de reprodução do capital.

Todo Estado de economia capitalista está a serviço dos "agentes" financeiros, por intermédio de políticas implícitas ou explícitas. Como não há Estado politicamente neutro (BONEFELD, 2005), deve assegurar a reprodução do capital privado, dotando-o de infraestruturas (aeroportos, portos,

ferrovias etc.), permitindo a flexibilizando relações de trabalho ou leis de preservação ambiental, mobilizando o aparato policial para quebrar a resistência dos movimentos sociais, de trabalhadores, seus sindicatos e centrais sindicais. Em todo caso, o desenvolvimento regional requerer a passividade dos seres humanos e da natureza.

Trata-se, portanto, de uma aparente contradição. Para o seu entendimento é necessário deva diferenciar o nível "positivo" do um nível normativo das estratégias, políticas. Positivamente, é necessário avançar o conhecimento sobre a realidade (sociocultural, socioecológica, sociopolítica etc.) afetada por políticas de desenvolvimento regional. Em nível normativo, deve-se abandonar qualquer expectativa quanto às possibilidades de desenvolvimento regional como estratégia/ política pública. Neste nível, não se trata mais de alguma alternativa *de* desenvolvimento regional, mas de alternativas *ao* desenvolvimento regional. Em síntese: deve-se entender o desenvolvimento regional como processo real, empiricamente verificável, de crescimento da atividade econômica na escala da região, sem encobrir a exploração da força de trabalho e a devastação da natureza (THEIS, 2022a; 2022b).

Dois importantes pensamentos da filosofia alemã podem ser lembrados: pode-se questionar o desenvolvimento regional como expressão do progresso criticado por Walter Benjamin (1994), que se solidarizou com os vencidos; ou olhar para a frente com a ousadia de Ernst Bloch (2005), que sonhou acordado sonhos de esperança e também se solidarizou com as mulheres e os homens instrumentalizados pelo capital, para construir uma utopia concreta.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho-o confronto operário no ABC paulista**: as greves de 1978/80. São Paulo; Campinas: Ed. Ensaio; Ed. UNICAMP, 1988.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito da história**. In: Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política (v. 1). Trad. S. P. Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1994.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança** (v. 1). Trad. N. Schneider. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Contraponto, 2005.

BONEFELD, Werner. "El Estado y el capital: sobre la crítica de lo político". In: BONNET, A.; HOLLOWAY, J.; TISCHLER, S. (Org.) **Marxismo abierto**: una visión europea y latinoamericana (v. 1). Buenos Aires: Herramienta; Puebla: BUAP, p. 41-66, 2005.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise da América Latina:** consenso de Washington ou crise fiscal? Pesquisa e Planejamento Econômico, 21 (1), p. 3-24, 1991.

CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil** (1877-1944). 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1984.

DEMIER, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro** (1930-1964). Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

EVANS, Peter. **A tríplice aliança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 39 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GTDN. “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”. In: ALENCAR Jr., José S. (Org.) **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, p. 31-115, 2005 [1959].

MACEDO, Fernando C. de; MORAIS, José M. L. **Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil**: especialização regressiva e desconcentração produtiva regional. Informe Gepec, v. 15, n. 1, p. 82-98, 2011.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. V. 1, tomo. Col. Os Economistas. Trad. R. Barbosa; F. R. Kothe. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

_____. **O capital:** crítica da economia política. V. 1, tomo 2. Col. Os Economistas. Trad. R. Barbosa; F. R. Kothe. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fund. Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

PAULANI, Leda Maria. **A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil**. Estudos Avançados, 23 (66), p. 25-39, 2009.

_____. **A inserção da economia brasileira no cenário mundial**: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. Boletim de Economia e Política Internacional, N. 10, p. 89-102, 2012.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território**

e sociedade no início do século XXI. 17 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2013.

THEIS, Ivo M. **Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual**. Novos Cadernos NAEA, v. 12, n. 2, p. 241-252, 2009.

_____. **O que é desenvolvimento regional?** Uma aproximação a partir da realidade brasileira. Redes (Santa Cruz do Sul) [online], vol. 24, n. 3, S. 334-360, 2019.

_____. **Desenvolvimento regional numa formação social semiperiférica**: o caso do Brasil. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 206-227, 2020.

_____. **A terra e a gente que nela vivia antes dos portugueses**. Ágora, v. 23, n. 2, p. 189-215, 2021.

_____. "Desenvolvimento regional no Brasil: desafios teórico-metodológicos e políticos". In: SILVEIRA, Rogério L. L.; KARNOPP, Erica (Org.) **Atores, ativos e instituições**: o desenvolvimento regional em perspectiva. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 45-71, 2022a.

_____. **Hic et nunc: qual concepção de desenvolvimento quando se trata de desenvolvimento regional**? Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 24 (1), 2022b. https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202224pt.

THEIS, Ivo M.; BUTZKE, Luciana; SANTOS, Nelson A. G. **Contradições do desenvolvimento regional no Brasil:** formação do território e inserção internacional. Desenvolvimento em Questão, Ano 20, n. 58, 2022a [e12546].

_____. "Desenvolvimento regional desigual no Brasil:

notas sobre a formação do território e a inserção externa". In: DE PAULA, Andréa M. N. R.; SOUSA, João M. de; AMORIM, Mônica M. T. (Org.) **Diálogos interdisciplinares em desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, p. 15-40, 2022b.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930:** a dominação oculta. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TERRITORIALIDADE E GRANDE CAPITAL MINERAL NA REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA[1]

José Raimundo B. Trindade[2]

RESUMO

Desde o último quartel do século XX e nestas primeiras décadas do atual século se impôs um padrão econômico na região Amazônica centrado no grande capital mineral e na produção de "commodities" de exportação. A análise desenvolvida neste artigo objetiva o setor mineral da Amazônia oriental brasileira, justificado o estudo tanto pela importância para a dinâmica produtiva regional e nacional, quanto pelo caráter estratégico para acumulação de capital brasileira que representam as reservas minerais ali encontradas. O artigo estabelece a questão do padrão primário-exportador brasileiro e os aspectos teóricos da acumulação por espoliação, tendo em conta a relação deste aspecto macroestrutural com a presença do capital mineral transnacional na região, tendo como objetivo central mostrar como este padrão econômico minerador não produz efeitos de desenvolvimento social e coloca em risco sistêmico ambiental o território ocupado.
Palavras-chave: Mineração; Acumulação por espoliação; Amazônia.

ABSTRACT

Since the last quarter of the twentieth century and in these first decades of the current century, an economic pattern has been imposed in the Amazon region, centered on large mineral capital and the production of export commodities. The analysis developed in this article aims at the mineral sector of the eastern Brazilian Amazon, justified both by the importance for the regional and national productive dynamics, as well as by the strategic character for the accumulation of Brazilian capital that represent the mineral reserves found there. The article establishes the issue of the Brazilian primary-export pattern and the theoretical

1 Versão deste artigo foi publicado no livro: Mineração, trabalho e conflitos amazônicos no sudeste do Pará. Celia Regina Congilio, Rosemayre Bezerra, Fernando Michelotti (Orgs.). Marabá/Pa: iGuana, 2019.

2 Professor e pesquisador Associado IV do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA).

aspects of accumulation by dispossession, taking into account the relationship of this macrostructural aspect with the presence of transnational mineral capital in the region, with the main objective of showing how this mining economic pattern does not produce effects of social development and puts the occupied territory at systemic environmental risk.
Keywords: Mining; Accumulation by spoliation; Amazon.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a presença do grande capital mineral na Amazônia se tornou um dos principais elementos econômicos da região, sendo estas empresas na sua maioria transnacionais que operam os fluxos internacionais de produção e transação das principais *commodities* minerais estratégicos[3]. A composição acionária dessas empresas é formada pelos três principais agentes econômicos da modernidade capitalista: Estado, capital financeiro e o capital industrial, nacional e internacional.

A análise aqui desenvolvida centrada no setor mineral da Amazônia oriental brasileira justifica-se por sua importância para a dinâmica produtiva regional e nacional e pelo caráter estratégico para acumulação de capital que representam as reservas minerais ali encontradas[4], e pelos profundos impactos

3 Considera-se minérios estratégicos à acumulação de capital as *commodities* que apresentam as características de elevada rentabilidade e condições mercantis de crescimento, como o alumínio, cobre e minério de ferro que "correspondem a mercados considerados 'alvo' pelas empresas" (BNDES, 2001).

4 A demanda por ferro, obre e alumínio, entre outros minerais de exportação, está associada ao crescimento dos setores da construção, da infraestrutura e da manufatura (que necessitam de aço, condutores elétricos e

sociais e ambientais que a exploração mineral provoca na região. A exploração mineral corresponde a quase 75% da pauta de exportação do estado do Pará, o maior segmento econômico do PIB (Produto Interno Bruto) desse estado e um dos mais significativos da região como um todo (conferir Tabela 1).

Historicamente, o setor mineral segue fortemente monopolizado, especialmente nos segmentos de minério de ferro e alumínio (bauxita), devido parcialmente a três aspectos que possibilitaram forte concentração e centralização de capital, dois deles elencados anteriormente: I) a capacidade monopolizável espacialmente limitada de apropriação do potencial mineral; II) a capacidade tecnológica de atuação, sobretudo na indústria de transporte de longo curso e escala (logística de transporte ferroviário e navegação oceânica) e; III a intricada relação entre os capitais do setor e as instituições estatais que definem a completa ou parcial apropriação da renda mineral pelos capitais privados.

Este artigo encontra-se desenvolvido em quatro seções, além desta introdução. Na primeira seção estabelece-se a questão do padrão primário-exportador brasileiro e os aspectos teóricos da cumulação por espoliação, tal como estabelecido por Harvey (2005), condicionamento macroeconômico diretamente ligado à exploração mineral na região; na segunda seção trata da empresa do capital mineral

metais industriais, entre outros). Esses setores apresentaram uma rápida expansão no âmbito do processo de aceleração do desenvolvimento econômico experimentado pelas grandes economias asiáticas e outras economias menores como as latino-americanas e africanas em período recente.

transnacional na região, mostrando como as empresas transnacionais se impuseram como base da acumulação minerária; a terceira seção aprofunda os fatores teóricos que definem a forma de exploração do subsolo amazônico, identificando a presença de renda mineral como o vetor de obtenção de lucros extraordinários pelas grandes empresas; por fim, porém objetivo central da análise, mostra-se como este padrão econômico minerador não produz efeitos de desenvolvimento social e coloca em risco sistêmico ambiental o território ocupado.

1- Padrão primário-exportador e acumulação por espoliação

O sistema capitalista configura-se em uma dinâmica de acumulação em escala crescente. Um processo de renovados ciclos de acumulação e produção de mais valor que inclui diversos espaços territoriais de reprodução, perfazendo uma dinâmica reprodutiva mundializada. A Amazônia constitui um destes espaços locais de exploração capitalista, um território de expansão da acumulação que, para Becker (2010), sofreu uma reconfiguração econômica ao longo dos diversos ciclos de desenvolvimento capitalista brasileiro durante o século XX, até a configuração atual de uma reserva neoextrativista de recursos naturais com efeitos em sua ocupação, espaço, uso da terra, valor, relações de trabalho e desagregação ambiental.

Nas últimas décadas, se estabeleceu de forma crescente em toda América Latina uma nova disposição relacional com o capital mundial. Este padrão de desenvolvimento capitalista, centrado em alguns eixos comuns, se generalizou em diversos países do continente, estabelecendo o que Gudynas (2016)

denominou "neoextrativismo" e Osório (2012), centrado numa perspectiva marxista, estabeleceu como "padrão exportador de especialização produtiva".

Neste contexto, dois aspectos são importantes: I) o papel da produção mineral amazônica na atual lógica de desenvolvimento brasileiro, centrada em crescente reprimazação econômica e; II) a elevada degradação ambiental produzida pelas formas de exploração neoextrativista mineral estabelecida, o que Harvey (2005) denomina acumulação por espoliação. A reprimarização econômica constitui ponto mais evidente em economias que alcançaram um grau de complexidade industrial maior, como o caso do Brasil. Especificamente as condições de evolução da pauta exportadora brasileira nos últimos anos recolocou a questão da problemática do desenvolvimento de um "padrão exportador de especialização produtiva", seja pela base exportadora de baixa intensidade tecnológica, seja pela forte dependência do ciclo de valorização da demanda internacional por bens básicos ou primários.

Em relação à acumulação por espoliação, vale frisar que Harvey (2005) define acumulação por espoliação como um mecanismo histórico de reprodução do capital com base na apropriação ou "despossessão" de riqueza ou propriedade previamente existente, capaz de dar vazão as condições de acumulação de capital frente às crises de superprodução recorrentes do capitalismo. Esta forma de acumulação remete às condições prévias de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o que Marx ([1867], 2013) denominou acumulação primitiva de capital. Harvey (2005) estabelece a hipótese de que as condições de reprodução do capital requeiram uma continua expansão "colonial" ou reinvenção

de processos “neocoloniais”.

Essas formas de acumulação espoliativa são muito diversificadas, mas têm como ponto comum serem mecanismos de elevado grau de degradação social e ambiental. Desta forma, a exploração dos recursos naturais e o neoextrativismo mineral são bastante característicos de um processo de exploração em elevada escala, que se utiliza das jazidas minerais de elevado teor e de fácil prospecção próprias das grandes jazidas amazônicas, tanto ferríferas, quanto de bauxita, os dois principais minérios explorados na região que tratamos.

As condições especificas de expansão da indústria mineral amazônica realiza-se com a expulsão de diversas populações dos seus territórios originais, assim como com elevado custo ambiental na região como se buscará mostrar neste artigo. A privatização de empresas estatais como a Companhia Vale na década de 1990, ao lado de gigantescas áreas florestais devastadas para garantir a exploração mineral são elementos que colaboram na identificação do atual ciclo neoextrativista como um processo propriamente de acumulação por espoliação.

2 – A presença do capital transnacional mineral na Amazônia

O fato de a Amazônia cumprir o papel de repositório de valores de uso primários ao grande capital configura uma situação em que este vasto território possibilita um duplo papel. De um lado, garante uma gigantesca massa de valores exportáveis e que favorece o balanço de pagamento, via exportações à economia nacional e, por outro, os baixos custos

de produção minerária possibilitam ganhos as transnacionais do setor que atuam na região, seja pela qualidade do minério, seja pela enorme transferência de rendas extraordinárias advindas das minas e da logística quase toda ela provida pelo Estado brasileiro, como se demonstrará.

A apropriação da Amazônia oriental como grande produtora de mercadorias energético-minerais, não é algo relativamente recente, pois, desde o golpe militar de 1964, pesquisas geológicas, especialmente realizadas na parte oriental da Amazônia, podem ser entendidas como as primeiras investidas, a fim de encontrar jazidas minerais na região. Sobre as descobertas de minério na Amazônia oriental deve-se rememorar que em 1967, a United States Steel, através da sua subsidiária brasileira, a Companhia Meridional de Mineração, detectou as reservas de ferro da Serra Arqueada de Carajás, com a estimativa de 18 bilhões de toneladas a céu aberto e de elevadíssimo teor de hematita e de manganês em Buritama. Desde 1968, a região de Carajás passa a ser estudada pela CVRD (Companhia Vale do Rio Doce). Em 1970, os estudos passaram a ser efetuados pela Amza (Amazônia Mineração S/A), formada pela CVRD (50,9% das ações) e pela United States Steel (com 49,1% das ações). Em 1969, foram descobertas as reservas de bauxita (matéria-prima do alumínio) em Oriximiná, com 1,1 bilhão de toneladas aproximadamente (MARQUES, 2014).

O setor mineral constitui historicamente segmento fortemente transnacionalizado, especialmente nos segmentos de minério de ferro e alumínio (bauxita), isso parcialmente decorrente de três aspectos que possibilitaram forte concentração e centralização de capital, dois deles já elencados

anteriormente: I) a capacidade monopolizável espacialmente limitada de apropriação do potencial mineral; II) a capacidade tecnológica de atuação, sobretudo na indústria de transporte de longo curso e escala (logística de transporte ferroviário e navegação oceânica) e; III) a intricada relação entre os capitais do setor e as instituições estatais que definem a completa ou parcial apropriação da renda mineral pelos capitais privados. No caso do minério de ferro, três grandes empresas controlam o mercado transoceânico: a Companhia Vale, a Companhia Rio Tinto e a BHP Billiton. O segmento do alumínio primário é controlado pelas chamadas "seis irmãs", com algumas modificações estruturais ocorridas nas duas últimas décadas: Alcoa, Alcan, BHP Billiton, Norsk Hydro, Pechiney e Comalco, sendo que as duas primeiras são produtoras integradas da matéria-prima (bauxita) a bens finais.

Por tudo isso, depreende-se que os investimentos nacionais e, principalmente, os investimentos estrangeiros, orientados pelo Estado brasileiro, nesse período, assegurou a inserção do capital monopolista na região, e muito mais que isso, garantiu ao capital uma acumulação em escala ampliada. Mas recentemente, pode-se destacar que o papel do setor da mineração na Amazônia não regrediu, pelo contrário, a mineração na Amazônia ascende a uma atuação de protagonismo considerando-se o volume das exportações e a sua participação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Pará. Todavia, no que se refere a uma melhor distribuição da renda proveniente da exploração mineral para com a sociedade local, muito pouco se tem contribuído.

Tabela 1 - Participação da Indústria Extrativa (% do PIB) (2002 a 2021)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no valor adicionado bruto (%)				
	2002	2008	2013	2018	2021
Indústrias extrativas					
Brasil	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Norte	**7,3**	**8,1**	**12,5**	**13,4**	**19,9**
Rondônia	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0
Acre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amazonas	2,4	1,5	1,8	0,9	0,6
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	4,7	6,4	10,5	12,3	19,3
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
Tocantins	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: IBGE, Elaboração própria.

Considerando as cinco unidades federativas que compõem a Amazônia oriental (Tabela 1), observa-se que o estado do Pará apresenta uma evolução percentual relevante. Nesse sentido, do ponto de vista do PIB paraense, as atividades do setor mineral chegaram no final dos anos 2020 a representar um quinto do PIB do Pará. Uma característica do setor mineral paraense é a presença do grande capital multinacional, mediante a presença de um conjunto de empresas transnacionais significativas.

De maneira geral, observa-se que a participação da indústria extrativa mineral na composição do PIB industrial tem aumentado em todas as unidades federativas apresentadas na tabela acima. Contudo, a principal ênfase de crescimento recai sobre a contribuição ascendente que a indústria extrativa mineral realiza na economia do estado do Pará, pois verifica-se que a taxa de crescimento médio do período que vai de 2002 a 2021, registra um crescimento de 30%.

Tabela 02 – Principais empresas ou Holdings transnacionais de exploração mineral localizadas na Amazônia

Empresa	Capital (origem)	UF	Município de Atuação
Vale	Bra/Jap	PA	Paraupebas
		PA	Ourilândia do Norte
		PA	Canaã dos Carajás
Vale Salobo	Bra/Jap	PA	Marabá
CSN Mineração	Bra/Jap/Chi	RO	Itapuã do Oeste
Hydro	Nor	PA	Paragominas
		PA	Barcarena
Mineração Rio do Norte	Aus/Ing/Eua/Nor	PA	Oriximina
Beadell	Aus	AP	Pedra Branca do Amapari
Imerys	Fra	PA	Ipixuna
		PA	Barcarena
Alcoa	Eua/Aus	PA	Juruti
Taboca	Per	AM	Presidente Figueredo
Cadam	Eua	AP	Vitória do Jarí
Serabi	Ing	PA	Itaituba
White Solder	Bra	RO	Ariquemes
AVB Mineração	Aus	PA	Curionópolis
		PA	Agua Azul do Norte

Fonte: Publicação Brasil Mineral 2017. Elaboração própria.

3- A territorialidade das empresas transnacionais e a busca pelo lucro extraordinário na Amazônia: os casos da exploração do ferro e do alumínio

A variabilidade da disponibilidade e qualidade das minas se relaciona a aspectos locacionais, acessibilidade e qualidade do minério disponível no subsolo. No caso amazônico, a frequência de jazidas com alto teor mineral estabeleceu a base para acirrada disputa entre os diferentes capitais que buscam, no limite, monopolizar esses recursos não reproduzíveis, a fim de garantir vantagens que proporcionem

diferencial de lucro extraordinário setorial.

As características mais rentáveis das minas amazônicas tem produzido uma corrida de investimentos das grandes mineradoras, sendo que o Brasil recepcionou na última década mais de um quinto dos investimentos mundiais em mineração, e a Amazônia representa a fronteira de expansão da indústria mineradora. Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), as mineradoras investiram cerca de US$ 24 bilhões entre 2012 e 2016 para aumentar a produção de minério de ferro, bauxita e outros metais encontrados na bacia do Rio Amazonas (CEPAL, 2013; LYONS e KIERNAN, 2012)[5].

3.1 A Exploração das Minas de Carajás

A mineração do ferro no Sistema Norte da Companhia Vale data de 1985, localizada em Carajás no estado do Pará, e contém uns dos maiores depósitos de minério de ferro do mundo. As minas estão localizadas em terras públicas para as quais a empresa obteve licenças de exploração. Devido ao elevado teor (66,7% em média) dos depósitos do Sistema Norte, não é necessário operar uma planta de concentrados em Carajás. O processo de beneficiamento consiste apenas de operações de medição, peneiramento, hidrociclonagem, britagem e

5 No caso do minério de ferro, por exemplo, deve-se observar que as reservas mundiais atingem 310 bilhões de toneladas, sendo que o Brasil detém 6,1% deste total, atrás da China e Austrália. Entretanto, "considerando o alto teor do minério de ferro de 64% em média, o país apresenta posição diferenciada tendo em vista o teor médio 59% obtido na Austrália, de menos de 40%, na China" (BNDES, 2003). Vale observar que na Amazônia, se encontra a maior concentração de ferro do planeta, a província mineral de Carajás, cujas reservas somam mais de 17 bilhões de toneladas e de elevado teor de Fe_2O_3, chegando a alcançar 66%.

filtragem. Após isto, o minério de ferro é transportado pela Estrada de Ferro de Carajás (EFC) até o terminal marítimo de Ponta da Madeira, no estado do Maranhão.

A Companhia Vale teve em 2010 uma margem líquida[6] de 38,8% (Valor 1000, p. 25 e 54-55), em grande medida derivada da elevada renda diferencial apropriada nas minas de Carajás. A renda suplementar pode ser vista como o diferencial entre os custos de produção das minas de Carajás e os custos de produção das minas Chinesas. Assim, considerando os valores de 2010 apresentados pela Vale referente a Carajás, temos uma diferença de US$ 85. Nestes termos, maior a diferença entre os custos de produção, maior o lucro suplementar resultante de Renda Diferencial I, resultante da qualidade do minério e da escala de produção possível, elemento central para viabilizar a estrutura de logística necessária.

3.2 O Complexo do Alumínio

Historicamente, a produção mundial de alumínio fez-se controlada por um pequeno número de empresas. Até a década de 1970 as chamadas "seis irmãs", que compõem o cartel do alumínio, eram responsáveis por quase 75% da produção mundial, concentrando-se, em grande parte (95%), nas economias centrais (EUA, Europa e Japão) (cf. Tarsitano Neto, 1994:76). A partir de finais da década de 1980 e durante

6 A Margem líquida representa a relação entre o resultado líquido (lucro ou prejuízo líquido apurado no exercício social e divulgado na demonstração do resultado) e a receita operacional líquida (valor obtido com a dedução, a partir da receita bruta, de impostos, descontos e devoluções), em porcentagem.

a década de 1990 verifica-se um movimento de reestruturação produtiva e relocalização espacial na indústria de alumínio. Observa-se, como movimento inicial, uma desconcentração das plantas produtoras nos países centrais, sendo a produção significativamente transferida para um conjunto de países que reuniam a dupla vantagem de fontes energéticas alternativas ao petróleo (hidroeletricidade, carvão, gás) e grandes jazidas de bauxita, entre estes destacam-se Brasil, Venezuela e Austrália, entre outros[7].

A Mineração Rio do Norte (MRN) contou com a participação do governo brasileiro, associado ao capital estrangeiro na implantação dos projetos minerais. No final de 1971, a Alcan deu início à implantação do projeto Trombetas, que logo em seguida foi suspenso devido à crise no mercado mundial do alumínio na época. O adiamento do projeto culminou na intervenção do governo brasileiro e, a partir de junho de 1972, a CVRD e a Alcan iniciaram entendimentos para constituir uma *joint-venture*, visando a retomar o projeto (BUNKER, 2000). Dessa forma, através da CVRD, o Estado brasileiro adquiriu 40% da composição acionária da MRN e tomou a responsabilidade da implantação do projeto[8].

7 O Brasil responde por 9,4% da produção mundial total, sendo que a MRN responde por 65,82% deste total. Os maiores produtores mundiais são: Austrália (36,3%); Guiné (15,7%); Jamaica (10,4%); Brasil (9,4%).

8 A composição acionária da MRN está vigente desde a década de 1970, quando foi assinado seu acordo de acionistas, dividindo a empresa entre: Vale (40%), BHP Billiton Metais (14,8%) Rio Tinto Alcan (12%), Companhia Brasileira de Alumínio-CBA (10%), Alcoa Brasil (8,58%), Norsk Hydro (5%), Alcoa World Alumina (5%) e Abalco (4,62%). Recentemente (2011) a Companhia Vale vendeu a sua participação na MRN e nas demais empresas do setor de alumínio, conferir Relatório Anual da Companhia da Vale (2012).

A extração e beneficiamento de bauxita metalúrgica, levada a efeito pela MRN, constitui-se na fase inicial do ciclo de produção do alumínio. O processamento, que é intensivo em eletricidade (principal componente do custo), ainda passa por uma fase intermediária, produção de alumina realizada pela Alunorte e, finalmente, o alumínio primário, cuja produção está a cargo da Albrás. A MRN fornece bauxita para os complexos de Barcarena (Alunorte/Albrás) e São Luiz (Alumar). Desde final da década de 1990, a maior parte da bauxita produzida em Porto Trombetas é transformada em alumina no próprio país, de tal maneira que a Alunorte e a Alumar consomem juntas aproximadamente 5,5 milhões de toneladas/ano (fonte: Rel. Anual, MRN, 1995). O restante da produção da MRN é exportado para diversos países, principalmente Canadá, EUA, Venezuela, entre outros.

4- Degradação social e ambiental: os limites do extrativismo mineral

A indústria extrativa mineral é de reconhecido impacto ambiental, como frisa Penna (2009) "a atividade de mineração é a que tem mostrado o nível mais baixo de compromisso social e ambiental em comparação, por exemplo, com a exploração de petróleo". A exploração na Amazônia segue a lógica internacional, com o agravante que a dinâmica extensiva da área de lavra tende a destruir um percentual superior de floresta primária. A área de exploração ferrífera da Companhia Vale no estado do Pará corresponde a uma parcela da Floresta Nacional de Carajás[9], e a exploração ocorre em diversas

9 A Floresta Nacional de Carajás é uma área de conservação ambiental

frentes, sendo as mais expressivas as de Parauapebas e de Canaã dos Carajás. Diversos estudos mostram que a extração mineral produz quatro efeitos socioambientais perenes: I) a destruição do bioma "canga"; II) desmatamento florestal e perda de diversidade biótica; III) deslocamento e sofrimento imposto a comunidades e populações tradicionais; iv) atração e concentração demográfica em áreas próximas.

A canga constitui um ecossistema complexo e específico de áreas de germinação ferrífera, muito parecido com o cerrado, que inclui uma variedade grande de espécies das famílias Asteraceae, Fabaceae, Cyperaceae, Bromeliaceae, Cactaceae, Orchidaceae, Convolvulaceae, dentre outras. Este ambiente é totalmente destruído com o avanço da mineração, sendo que a área original da Floresta Nacional de Carajás aos poucos vai sendo completamente revertida a mineração. Impacto colateral ao avanço da mineração é a destruição da fauna que tinha a região como habitat, como destaca o estudo do ICMBio (2012, p. 23): este "ambiente de extremas pressões seletivas pode resultar em grande número de espécies endêmicas com adaptações metabólicas e anatômicas específicas".

O desmatamento e a perda diversidade biótica na Amazônia acompanha os diversos processos de exploração econômica, sendo que a literatura sobre o assunto traz como informação básica que, mesmo sendo a pecuária a principal

federal do Brasil localizada no sul Estado do Pará. É administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e atualmente está concedida à empresa Vale S.A. Tem pouco menos de 412 mil hectares, tendo sido criada pelo decreto 2.486 de 2 de fevereiro de 1998. Dentro da área protegida é permitida a exploração mineral. Conferir: http://pt.wikipedia.org/wiki/Floresta_Nacional_de_Caraj%C3%.

responsável direta pelo desmatamento na região amazônica, as frentes mineradoras representam um importante vetor de destruição das matas nativas (YOUNG, 1998; MARGULIS, 2003; ALENCAR *et al*., 2004; SOARES-FILHO *et al*., 2005; FEARNSIDE, 2005 e 2006; RIVERO *et al*., 2009).

A Tabela 3 abaixo mostra o desmatamento anual por estado amazônico. Pará e Mato Grosso foram os que mais desmataram entre os anos 2000-2010, somando 130 mil Km² de florestas derrubadas no período (de todos os estados foram quase 183 mil Km²). Tal área desmatada pelos dois estados é maior do que o somatório das extensões territoriais de diversos estados brasileiros:

Tabela 3: Taxa de desmatamento anual na Amazônia (km²/ ano) (1988-2022)

Períodos/ Estados	AC	AM	AP	MA	MT	PA	RO	RR	TO	AMZ LEGAL
1988-1998	5.989	10.125	943	11.746	63.745	57.713	25.194	3.092	6.441	184.988
1999-2009	5.691	8.823	350	10.412	69.609	67.516	26.572	3.020	1.801	193.795
2010-2020	4.099	9.536	346	3.595	14.584	32.145	11.184	2.482	484	78.455
2021	889	2.306	17	350	2.213	5.238	1.673	315	37	**13.038**
2022	840	2.594	14	271	1.927	4.162	1.480	279	27	**11.594**
1988-2022	17.508	33.384	1.670	26.374	152.078	166.774	66.103	9.188	8.790	481.870

Fonte: PRODES (2023) - Adaptação. Atualizado em 18/12/2023.
Acesso: http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes

Os primeiros anos da década passada foram críticos em termos de devastação florestal na Amazônia, chegando em 2005 com 19,01 mil Km² de área desmatada. Naquele ano, só o Estado do Mato Grosso foi responsável por mais de 40% do

desmatamento total, seguido pelo Pará (32%). A partir desse pico, a área vem diminuindo gradativamente, alcançando 6,6 mil Km² de área desmatada em 2017, que ainda é muito elevado. Respectivamente, a mineração e a produção de soja são os dois principais processos econômicos desenvolvidos nestas duas unidades federativas.

No caso da extração mineral, o forte discurso ambientalista das principais empresas do setor contrasta com o seu efetivo padrão devastador. Vale observar que o ciclo minerador completo se constitui de três fases: I) o desmanche florestal, constituindo-se da remoção dos maciços florestais nas áreas a serem mineradas; II a extração da laterita e a exposição da jazida mineral; III) o abandono da área atual e a abertura de nova frente. Em alguns casos, as empresas mineradoras reconstituem uma floresta secundária, porém com enorme perda de diversidade.

Diferentemente da exploração mineral em minas de profundidade, como se observa em outros países, a exploração amazônica ocorre a céu aberto e o afloramento mineral se dá a oito metros do solo**.** Isto faz com que a exploração seja feita numa extensividade crescente de áreas, sendo o desmanche florestal uma condição permanente para o ciclo de exploração. Em minas a céu aberto, após a retirada do capeamento florestal, faz-se a perfuração e detonação, retirando uma massa de material estéril, para então se fazer a retirada do minério. Assim, como em outras frentes de acumulação, a expansão extrativa mineral estabelece forte impacto de desmatamento florestal.

Nas principais áreas de mineração, tanto ferríferas quanto bauxitíferas, é enorme o impacto sobre as comunidades

tradicionalmente assentadas. No estudo organizado por Fernandes *et al* (2014, p. 17) os autores destacam que a "poluição das águas e a deposição inadequada de resíduos, dentre alguns outros impactos, têm trazido prejuízos ao ecossistema local", sendo que os impactos dos projetos minerais instalados no Pará atingem diferentes grupamentos populacionais, sendo 12 comunidades urbanas, 04 comunidades ribeirinhas, 07 comunidades quilombolas e de pescadores e 04 comunidades indígenas. Vale considerar três impactos presentes nas áreas de exploração: I) deslocamento populacional e acelerada concentração demográfica; II) perda de capacidade de subsistência econômica, social e cultural das populações tradicionais; III) diferentes graus de contaminação e degradação ambiental.

O intenso deslocamento populacional e formação de novos núcleos urbanos são marcantes, em grande medida fruto tanto das alterações territoriais impostas pela logística necessária à acumulação do capital minerário, especialmente a Estrada de Ferro Carajás[10], quanto pela específica estrutura necessária a exploração das jazidas minerais. Disso originaram-se diversos municípios, destacando-se pelo expressivo crescimento demográfico recente os municípios de Canaã dos Carajás, Água Azul do Norte e Parauapebas.

10 Coelho (2008, p.237) examina de forma detalhada os "corredores de mineração industrial, corredores de exportação de commodities minerais, além de analisar o contexto geográfico". A Estrada de Ferro de Carajás constitui, segundo a autora, um dos principais fatores de alteração econômica, demográfica e ambiental da Amazônia oriental brasileira.

Tabela 4 - População de Municípios Selecionados Afetados pela Mineração (2000/2010) – Ferro Carajás

Município	Censo 2000				CENSO 2010		
	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	CRESCIMENTO (2000/2010)
ÁGUA AZUL DO NORTE	22.084	2.827	19.257	25.057	4876	20181	13,5
CANÃA DOS CARAJÁS	10.922	3.924	6.998	26.716	20727	5989	144,6
CURIONÓPOLIS	19.486	13.250	6.236	18.288	12530	5758	-6,1
ELDORADO DOS CARAJÁS	29.608	14.112	15.496	31.786	16578	15208	7,4
MARABÁ	168.020	134.373	33.647	233.669	186270	47399	39,1
PARAUAPEBAS	71.568	59.260	12.308	153.908	138690	15218	115,1

Fonte: Censo (2010). Elaboração Própria.

Como mostram os dados do último Censo Demográfico (2010), os indicadores sociais dos municípios mineradores são muito precários, como a elevada expansão demográfica, fruto da forte atração que os projetos mineradores exercem sobre populações do entorno, como também a baixa capacidade de transformação qualitativa das condições de vida da população. Como destacou Coelho (2008, p.248), "à exceção de Parauapebas, os demais são carentes de diversos recursos, inclusive os de infraestrutura em saneamento básico para atender à população". Vale denotar que mesmo municípios mais antigos como Marabá, apresentam indicadores sociais sofríveis e forte expansão populacional recente:

Tabela 5 - Indicadores Sociais de Municípios Selecionados Afetados pela Mineração (2010) – Ferro Carajás

Município	População	Rendimento mensal total domiciliar per capita nominal (%) (Até 1/2 SM)	Taxa de Analfa-betismo Pop + 10 anos	Domicílios com saneamento adequado (%)	Número de Aglomerados Subnormais
ÁGUA AZUL DO NORTE	25.057	55,7	9,1	3,3	nd
CANAÃ DOS CARAJÁS	26.716	48,6	6,8	11,6	nd
CURIONÓPOLIS	18.288	63,7	11,6	1,3	nd
ELDORADO DOS CARAJÁS	31.786	71,3	19,8	0,8	nd
MARABÁ	233.669	50,5	11,4	7,5	11
PARAUPEBAS	153.908	40,8	6,9	38,5	8

Fonte: Censo (2010). Elaboração Própria.

Em geral, a capacidade da mineração baseada na grande empresa transnacional em modificar positivamente a realidade socioeconômica local são objeto de análises em diversos países (FERNANDES *et al*, 2014), sendo reconhecida a baixa capacidade de estabelecimento de "linkages" sociais e econômicos. No caso paraense, dois aspectos colaboram para o efeito enclave da mineração: I) a desoneração tributária que diminui o volume de tributos arrecadados e reduz a capacidade de intervenção dos governos estadual e municipais, especialmente considerando ainda a não existência de princípios federativos que resguardassem a transferências de reposição das perdas; II) os *royalties* minerais (Compensação Financeira por Exploração Mineral-CFEM) são os mais baixos do mundo (variam de 0,2% a 3% sobre a base líquida), o que impossibilita apropriação por parte da sociedade estadual e local de uma parcela da renda mineral, que seja significativa para o estabelecimento de uma agenda

local de desenvolvimento.

Dos municípios acima considerados, por serem sedes das principais minas em operação (N4D e SN11D, Trombetas) e das redutoras de alumina/alumínio, somente Parauapebas, Canaã dos Carajás, Oriximiná e Barcarena receberam volume mais significativo de recursos oriundos de *royalties* minerais. Porém como observado em outro estudo (TRINDADE *et al*., 2014), frente às atuais condições de exploração e ausência de políticas de planejamento e tributárias, o que se terá é a crescente precariedade dos indicadores sociais e a ausência de projetos para quando ocorrer a exaustão das minas.

Pesquisas realizadas na região, demonstram como a apropriação da terra pelas grandes empresas mineradoras estabeleceram a completa espoliação das populações tradicionais. A dinâmica do que Harvey (2008) denomina acumulação por espoliação se torna muito visível nestes processos, tanto pela perda de capacidade de subsistência econômica, social e cultural destas populações tradicionais, quanto pelo seu uso em processos produtivos complementares e necessários à extração mineral, como o uso de trabalho em condições análogas à escravidão na produção de carvão para as indústrias de ferro-gusa da região.

As populações indígenas foram as mais atingidas pelo conjunto de projetos, chamado Programa Grande Carajás (PGC), tendo o Ferro Carajás, o Projeto Trombetas (MRN), Albrás-Alunorte (Barcarena), Alumar (São Luís) e a UHE de Tucuruí, como cernes do PGC, atingindo um conjunto diverso de povos indígenas a partir dos anos 1970. Destacando-se pelo grau de impacto: apinayé (Tocantins); gaviãoparkatêjê, parakanã, suruí e kayapó-xikrin (Pará); gavião-pukobyê,

guajá, guajajara, krikatí e urubu-kaapor (Maranhão) e as terras indígenas Awáe Krikati que ainda não se encontravam demarcadas (SANTOS, 2009; MARQUES & TRINDADE, 2014; ANDRADE, 2015).

Os relatórios técnicos de Iara Ferraz (1983, 1984) para FUNAI/CVRD ainda hoje são um importante testemunho documental da epopeia espoliativa do grande capital, em conjunto com a intervenção estatal, sobre estas populações que não tiveram nenhuma capacidade de defesa. Assim, o linhão da Usina Hidrelétrica de Tucuruí destruiu a antiga aldeia dos Gaviões, transferida para uma nova aldeia localizada a menos de 10 quilômetros da ferrovia de Carajás, fragilizando ainda mais esta população (FERRAZ, 1984)[11].

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este artigo buscou tratar da contemporânea condição de expansão da indústria extrativa mineral na Amazônia oriental brasileira, especificamente no estado do Pará. Para tal, estabeleceu-se uma base teórica centrada na crítica ao neoextrativismo ou ao padrão de especialização primário-exportador. Considerou que a acelerada exploração mineral e seus efeitos sociais e econômicos são projeção de uma dinâmica espoliativa, em que os fluxos de renda mineral tendem a fluir dos espaços locais regionais para a economia mundo capitalista, através da intervenção do grande capital

11 Vale assinalar que os povos indígenas tingidos têm resistido com diversas formas de lutas sociais, por exemplo, em 2003, índios da tribo Gavião interditaram a EFC, provocando a interrupção das atividades da Vale (FERNANDES *et al*., 2014, p. 46-47).

minerador transnacional.

Diversos efeitos deletérios se estabelecem como parte desta dinâmica, identificados e tratados em uma primeira aproximação: I) deslocamento populacional e acelerada concentração demográfica; II) perda de capacidade de subsistência econômica, social e cultural das populações tradicionais; III) diferentes graus de contaminação e degradação ambiental.

Os dados apresentados, assim como a consideração dos impactos sobre as comunidades locais, desmatamento e baixa interatividade econômica com os sistemas regionais de produção, levaram à conclusão de que a indústria extrativa mineral deverá ser regulada mediante políticas tributárias e de *royalties* mais efetivas, e seguir padrões de acompanhamento ambiental mais severos. Infelizmente, a atual conjuntura brasileira aponta para um cenário nada promissor, com destruição de direitos sociais e ambientais que afetam as comunidades mais atingidas por estes projetos e uma crescente perda de soberania nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Gilciandro Prestes de. A Amazônia e o Projeto Grande Carajás: entre as tentativas de desenvolvimento da região e os problemas causados às populações indígenas. MUNDO AMAZÓNICO 6(2), 2015, p. 5-19.

BNDES. GRANDES CORPORAÇÕES DA MINERAÇÃO: ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO. Boletim Setorial n° 45, Abril (2001b).

BECKER, Berta K. Dinâmica Urbana na Amazônia. In: DINIZ,

Clélio C. & LEMOS, Mauro B. (Org.). Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BUNKER, Stephen G. Os fatores espaciais e materiais da produção e os mercados globais. Novos Cadernos NAEA, vol. 7, n° 2, pp. 67-107, Belém: NAEA, dez. 2004

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Expansão da mineração ameaça os territórios quilombolas, 2015. Disponível em: http://www.quilombo.org.br/mineracao, último acesso: 07/04/2018.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e conseqüências. Megadiversidade, v. 1, n. 1, jul. 2005.

FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez; ARAÚJO, Eliane (Eds.). Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

FERRAZ, Iara. Duplo impacto: o Projeto Carajás e os "projetos de apoio" as comunidades indígenas Gaviao e Surui do Pará. Acervo do Centro de Trabalho Indigenista, 1984. Disponível em: https://trabalhoindigenista.org.br/acervo/. Último acesso: 08/04/2018.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. Os Limites do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). O AVANÇO DA MINERAÇÃO NA FLORESTA NACIONAL DE CARAJÁS, PARÁ VERSUS A CONSERVAÇÃO DO ECOSSISTEMA DE CANGA. In: Não Vale: duplicação dos lucros privados e dos impactos coletivos, 2012. Disponível em: http://justicanostrilhos.org/IMG/pdf/revista_nao_vale_2_-_versao_web_completa.pdf, último acesso: 06/04/2018.

MARGULIS, Sérgio. Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira. 1ª ed. Brasília: Banco Mundial, 2003.

MARQUES, Gilberto S.; TRINDADE, José Raimundo Barreto. Para além da SPVEA: elementos para a interpretação da intervenção estatal na Amazônia. In: TRINDADE, J. R. B. (Org.). Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2014.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. O Capital: crítica da economia política, Livro II: O processo de circulação do capital [1885]. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINERAÇÃO RIO DO NORTE. Relatório Anual. Rio de Janeiro, 1995-1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. **Sistema AliceWeb**. Disponível em: http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/. Último acesso em: 19/Mai, 2013.

OSÓRIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva: estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). Padrões de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

PENNA, Carlos Gabaglia. Efeitos da mineração no meio ambiente. In: ((o))eco: Jornalismo Ambiental. Disponível em: http://www.oeco.org.br, último acesso: 08/04/2018.

RIVERO, S.; ALMEIDA, O.; ÁVILA, S.; OLIVEIRA, W. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. Nova econ. [online]. 2009, vol.19, n.1, pp. 41-66.

SANTOS, Raimundo Lima dos. O Projeto Grande Carajás (PGC) e algumas consequências regionais. Maringá – Paraná -

Brasil. IV Congresso Internacional de História. Maringá (PR), setembro de 2009. http://dx.doi.org/10.4025/4cih.

SOARES-FILHO, Britaldo Silveira *et al*. Cenários de desmatamento para a Amazônia. Estud. av. [online]. 2005, v. 19, n. 54, pp. 137-152.

STCP Engenharia de Projetos. ESTUDO DO COMPONENTE QUILOMBOLA DAS COMUNIDADES LOCALIZADAS NO ENTORNO DA MINERAÇÃO RIO DO NORTE (RELATÓRIO GERAL), 2017. Disponível: http://docs.wixstatic.com/ugd/354210_32ce0d844fde4b81bc789e04f226200c.pdf, último acesso: 07/04/2018.

TRINDADE, J. R. B. A metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da Mineração Rio do Norte. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 171 p.

TRINDADE, José Raimundo Barreto; OLIVEIRA, Wesley Pereira de; BORGES, Gedson Thiago do Nascimento. O Ciclo Mineral e a Urgência de Políticas de Desenvolvimento Local: o caso do município de Parauapebas no Sudeste do Estado do Pará. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 18, n. 2, p. 603-18.

YOUNG, C. E. F. Public policies and deforestation in the Brazilian Amazon. Planejamento e Políticas Públicas, n. 18, dez-1998.

~DOSSIÊ~

As contradições do desenvolvimento no Maranhão

TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO X TERRITÓRIO DE ESPERANÇA: A luta do acampamento Marielle Franco no Maranhão

Juliana Gonçalves Castro[1]

Resumo

Este trabalho expõe uma análise sobre a luta dos trabalhadores rurais pela terra em face da implantação de grandes empreendimentos no Maranhão, tendo como realidade empírica o acampamento Marielle Franco. Evidenciando as expressões da questão agrária sob a égide da política neoliberal, que se assenta em uma relação desigual de disputa territorial e política. Analisa essa problemática que se expressa na disputa entre as classes sociais, numa relação desigual, através do confronto entre trabalhadores rurais e o grande capital. Utilizou-se do método do materialismo histórico, objetivando compreender os elementos da totalidade que esses trabalhadores estão inseridos.
Palavras-chave: luta; organização política; Acampamento Marielle Franco.

Abstract:

TERRITORY OF EXPLORATION X TERRITORY OF HOPE: The struggle of the Marielle Franco camp in Maranhão.

This work exposes an analysis of the struggle of rural workers for land in the face of the implementation of large enterprises in Maranhão, having as an empirical reality the Marielle Franco camp. Evidencing the expressions of the agrarian question under the aegis of neoliberal politics, which is based on an unequal relationship of territorial and political dispute. Analyzes this problem that is expressed in the dispute between social classes, in an unequal relationship, through the confrontation between rural workers and big capital. The method of historical materialism was used, aiming to understand the elements of the totality that these workers are inserted.
Keywords: fight; political organization; Marielle Franco Camp.

1 Assistente Social na ONG Ela na Obra, Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional -UEMA. E-mail: juli37997@gmail.com.

1. Introdução

O momento político do Brasil evidencia a expressão de uma questão agrária em que o território se tornou um campo de ação e de poder, onde se manifestam determinadas relações sociais. Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o território constitui-se como um:

> Produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 2002, p.74-75).

Moreira e Targino (2007) apresentam o conceito de "Território de Esperança" no espaço do campo como aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem-terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de "ruptura" com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro.

Certamente seria um território novo, construído com base na utopia e na esperança, "Território de Esperança", "Território de Solidariedade" e, também parafraseando Félix Guattari, "Território de Desejo", carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela

subordinação, dominação e bestialidade da exploração. Portanto, um "Território de Esperança" que representa:

> a superação do "Território de Exploração" gestado no semiárido, desde o período colonial, e que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos "coronéis". Trata-se, na verdade, de uma forma experienciada de organização social singular, de ordem "da sensibilidade pessoal ou da criação, da invenção de um outro modo de relação social, de uma outra concepção do trabalho social, da cultura, etc." (GUATTARI e ROLNICK 1986, p.281). Território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re) definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas (Moreira; Targino, 2007, p 76).

No acampamento Marielle Franco, o que se observa é uma manifestação promovida pela classe camponesa na busca da construção de um "Território de Esperança". O "território de esperança" representa a materialização do desejo dos camponeses em conquistar seu pedaço de terra e se opõe diametralmente ao "território de exploração/exclusão", que é forjado a partir do surgimento de novas dinâmicas econômicas na região, geralmente incidindo na desterritorialização e exclusão dessa classe.

É nessa ótica da luta dos contrários que observamos o acampamento Marielle Franco onde, opostos à lógica agrária capitalista lutam pela sua sobrevivência em meio a um território de exploração tomado pelo agronegócio. Como muito destacado pelos acampados, a ocupação desse espaço ocorreu por meio de muita luta e do sentimento de que esse

é o "território de esperança" e com a crença de que "aqui é o meu lugar" (Acampado, entrevista realizada em 06/11/2021).

Lima (2016) destaca que, enquanto esperam o fulgor do sol, esses trabalhadores camponeses sonham com um novo tempo. A conquista do "território de esperança" marca a criação de uma nova territorialidade e de um novo sujeito camponês, porém não sinaliza o fim do combate às forças de comando e de dominação. Como o capitalismo continua a agir impetuosamente sobre povos e territórios e seus verdadeiros combatentes, devem estar sempre atentos para não serem surpreendidos em sua trincheira de luta.

Por isso, este estudo se ancora na metodologia do materialismo histórico de Karl Marx, entendendo que a partir das expressões do caráter de disputa entre as classes é que ocorrerá a luta desses trabalhadores do campo: um "movimento contraditório que atravessa todo o processo de desenvolvimento de um fenômeno, desde o começo até ao fim" (MARX; ENGELS, 1984, p. 79). Assim, tem-se o desafio de pensar o campo das contradições em que esses trabalhadores estão inseridos, expressando reivindicações e falas no cotidiano de suas lutas.

Incialmente, este estudo expõe o escopo teórico da análise das expressões de luta e organização dos trabalhadores do acampamento Marielle Franco. Em seguida, as conclusões e considerações sobre o principal problema enfrentado da disputa territorial enfrentada por esses trabalhadores.

2. A ocupação do território como expressão de luta e esperança: o acampamento Marielle Franco

Conforme Marx e Engels (2005, p. 40) destacam no *Manifesto Comunista*: "A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes". Nesse processo histórico, os polos contrários convertem-se na luta dos contrários: entre senhores e escravos, senhores feudais e servos, entre burguesia e proletariado. Atualmente, permanece esse enfrentamento entre as classes: uma mais poderosa e abastada, e outra subjugada.

Assim, as lutas sociais expressam as relações sociais de classes. Luta permanente gerada por diversas formas de exploração e opressão, resultando na indignação dos oprimidos contra situações que ameaçam suas condições de existência e de trabalho, pois o que observamos ao longo de nossa história é o anseio dos oprimidos por isonomia (SILVA, 2019).

Na sociedade brasileira a luta que orienta as ocupações também é pela terra e sobrevivência, por espaço de moradia, condições de trabalho e de vida. Conforme Fernandes (2005), a ocupação como forma dessa luta pela terra deve-se ao não cumprimento do governo de uma reforma agrária e, consequentemente, a intensificação da luta dos sem-terra para impor a realização de uma política de assentamentos rurais. Para os explorados e expropriados gerados pelo desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista, a ocupação da terra tornou- se uma forma política de luta e de resistência contra o capital.

Portanto, a organização de uma ocupação decorre da

necessidade de sobrevivência, produzida pela consciência da própria realidade. É uma ação que tem sua lógica construída na práxis: "a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação" (FERNANDES, 2005, p. 04).

Os acampamentos não são meros aglomerados de pessoas, mas estão em uma das fases do processo de luta pela terra. Conduzir-se para uma terra nova é uma decisão que desencadeia uma diversidade de sentimentos dúbios sobre os enfrentamentos, as incertezas e o medo. Mas, impera a esperança da conquista do lote, da mudança da qualidade de vida, do fim da dominação e do reencontro do elo perdido: a relação de vida e trabalho com a terra (MONTEIRO; GUERRA, 2020). Todos os acampamentos têm suas histórias, como o lugar de encontro dos pares, que se conhecem, constroem conhecimentos, debatem temáticas do cotidiano, relembram suas trajetórias e apontam aonde querem ir. Assim surge o acampamento Marielle Franco, uma base orgânica do MST, que em 08 de junho de 2018 ocupou um latifúndio improdutivo na cidade de Itinga do Maranhão, uma área pública em situação de grilagem pela empresa Viena Siderúrgica, grupo muito conhecido por adotar essas estratégias para se apropriar de terras públicas e explorá-las para a produção de eucalipto.

O acampamento está na cidade de Itinga do Maranhão, pertencente à Microrregião de Imperatriz, distante 621,3 km da capital São Luís. Possui uma área de 3.590 km², população de 25.589 habitantes e densidade demográfica de 6,94 habitantes por km² (IBGE, 2017). Limita-se com os municípios

de Açailândia, Bom Jardim, Centro Novo do Maranhão, no estado do Maranhão, e com Ulianópolis e Dom Eliseu, no estado do Pará. É uma das regiões que sofreram o influxo do Programa Grande Carajás-PGC.

Segundo o relatório da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (SAGRIMA) de 2019, a cidade de Itinga está entre os dez maiores produtores de soja do Maranhão, acompanhando a dinâmica da economia e dos moldes do agronegócio. O resultado que se pode esperar nessa região é uma desarticulação da economia camponesa, o agravamento da concentração fundiária e também a insegurança alimentar.

Nessa disputa com o agronegócio o acampamento enfrentou muita luta. Após três tentativas frustrada, as lideranças dessas famílias entraram em contato com lideranças do Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) para que reorganizar essa ocupação. O trabalho de base do MST durou cerca de 04 meses, em Itinga do Maranhão e do Pará, além da ação de "indagação" da área, junto a vários órgãos. Esse trabalho se realizou com a parceria do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDHCB), Justiça nos Trilhos (JnT) e a Congregação dos Combonianos de Açailândia, congregação da Igreja Católica e da Igreja Assembleia de Deus, preparando espaços para reuniões e engajando os trabalhadores para organizar e realizar a ocupação da área.

As famílias que vivem no Acampamento Marielle Franco são trabalhadores e trabalhadoras oriundos principalmente de localidades das periferias de Açailândia-Pará e de Itinga do Maranhão. Os adultos tinham uma história de trabalho na terra, como vários relataram: "trabalhava na

terra dos outros." (Acampado 01, entrevista realizada em 06/11/2021). Alguns haviam tiveram outros ofícios, como pedreiros, serventes, condutores de caminhões e tratores, vigias, vendedores ambulantes, domésticas e motoristas de caminhão de madeira, atividade exercida na região. Havia famílias com filhos pequenos e adolescentes, mas também mães solos, aposentados, além dos que possuem o histórico de trabalho análogo à escravidão, fato recorrente na região devido às atividades econômicas do Estado.

Dezenas de famílias organizadas pelo MST realizaram a ocupação e se estabeleceram na mata como de costume, iniciando a construção de barracos com lonas pretas e madeira, e iniciando a sua luta. Muitos acampados mencionaram a importância do MST: "Foi muito bom buscar essa ajuda do MST, ele passou essa experiência e nos ensinou a continuar a lutar e resistir. Se não fosse a experiência deles junto com a gente, acho que a gente tinha sido despejado novamente" (Acampado 02, entrevista realizada em 06/11/2021).

Certamente, o MST foi um importante sujeito nesse processo de ocupação, pois materializou a necessidade de organizar famílias de trabalhadores e trabalhadoras para lutar por terra e outros direitos (Fernandes, 1999).

Desde o início da ocupação iniciaram-se as ofensivas contra os acampados, como as dos dias 29 e 30 de junho, quando ficaram por mais de 20 horas sobre o cerco de um grupo de seguranças privados, encapuzados e armados com arma de fogo. As famílias foram humilhadas e sofreram pressões psicológicas para que saíssem do local, mas permaneceram acampados e, após esse período, a polícia foi chamada e as famílias registraram boletins denunciando a violência sofrida.

Aos poucos, o movimento foi ganhando força e corpo, sempre atento aos movimentos da empresa contra o acampamento. Diante de um contexto de ofensivas da empresa Viena, as 150 famílias do Marielle Franco permaneceram na luta, pois mesmo que o processo de ocupação seja complexo, contraditório, cheio de sutilezas e violências, sabem que devem manter um olhar crítico sobre essa realidade. Devem abandonar a visão romântica de que o trabalhador rural é um "coitado", que precisa de atenção e cuidados, como se fosse incapaz de ser o sujeito de sua história e protagonista de suas lutas, e enfrentar com as armas que estiverem disponíveis contra o latifúndio e as decisões judiciais que consideram injustas.

As motivações para a participação na ocupação são diversas, mas a grande maioria vê na ocupação da terra uma alternativa à situação de exploração, ao desemprego e à falta de expectativas. Excluídos de quaisquer direitos, a ocupação surge como uma possibilidade para melhorar a qualidade de vida, ou ainda, o retorno à possibilidade de ter o seu pedaço de terra. Conforme alguns relatos dos acampados, esse desejo veio de ações de ocupações anteriores, reafirmando que a exclusão e o desejo por um pedaço de terra motivam essa constante "luta pela terra":

> Eu estava em outra ocupação, mas não era com o MST não, era com outro cidadão, inclusive ele enganava a gente, era no Pará. Lá, para conseguir um pedaço de terra nós tínhamos que pagar 1000 (mil) reais, inclusive da nossa família éramos 08 e nós perdemos porque o cara fez o corte e deu a terra para gente que ele devia (Acampado, entrevista realizada em 06/11/2021).

Nesses locais geralmente não há acesso à infraestrutura. Cada dia no acampamento representa uma vitória da esperança e da união das pessoas que formam o grupo e mostram à sociedade o desejo pelo seu local de sobrevivência, o seu pedaço de terra.

Nessa luta de correlação de forças desiguais, observa-se na esfera judicial que a empresa Viena Siderúrgica S/A, ajuizou uma Ação de Reintegração/Manutenção de Posse com o pedido liminar, na comarca de Itinga do Maranhão em 11 de junho de 2018, através do processo nº 634-28.2018.8.10.0093, resultando em decisão liminar a favor da empresa requerente, concedida em 12 de junho de 2018. Posteriormente, foi expedido mandado de reintegração de posse e o oficial de justiça foi ao acampamento ainda em junho de 2018, mas não conseguiu realizar o processo de reintegração, devido à resistência das famílias e por não reunir aparato policial que lhe garantisse a ação de forma coercitiva (AZAR, 2021).

Nessa correlação de forças, os acampados constituíram um advogado para representa-los no enfrentamento com o poder instituído judicialmente. Foi estabelecido um processo de contestação e um pedido direto para suspensão da liminar, para que outros sujeitos fossem ouvidos devido à dúvida sobre a propriedade e o domínio da área. Alegou-se a necessidade de acionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), Ministério Público do Estado do Maranhão (MP) e demais entidades para se pronunciarem sobre o caso.

O processo judicial nos órgãos encontra-se sem movimentação, com a justificativa da pandemia ou da falta de verbas. Em contrapartida, as famílias encontram-se no local

lutando pela terra e pela sua sobrevivência, com a esperança e aguerrida de que essa terra seja delas.

O significado da terra fomenta a luta desses acampados, contrária à ótica do capitalismo, conforme relatos: "sempre tive vontade de ter um pedacinho de terra... um orgulho de trabalhar, produzir meu próprio alimento e ajudar quem necessita… e quanto mais nós produzimos, mais vontade dá" (Acampado 01, entrevista realizada em 06/11/2021); "A terra é tudo, serve para mim que trabalho aqui e para os que não trabalham no campo, porque nosso trabalho aqui vai também para eles" (Acampado 03, entrevista realizada em 06/11/2021). Oliveira (2002, p. 31): também reafirma que "a terra não pode ser considerada uma mercadoria qualquer que pode ficar retida, acumulada nas mãos de poucos. Ela é uma coisa especial. Dela depende a humanidade para sobreviver".

A entrada no acampamento foi a primeira conquista contra a empresa. O acesso ao acampamento ocorreu através de duas entradas: uma mais extensa que a outra, cerca de 20 km de distância. Como estratégia para dificultar o acesso, a empresa não permitia que o translado para o acampamento ocorresse livremente por essas entradas. Em oposição, os acampados utilizaram a estratégia de se estabelecerem em frente à cancela e acamparam por três dias.

Diante desse enfrentamento, a empresa foi pressionada a liberar a cancela para o acesso. Esse fato é relatado com orgulho: "Era bonito de se ver, todos nós lá, acampados, mulheres, crianças, mostrando que não íamos sair até ser liberados" (Acampado 04, entrevista realizada em 06/11/2021).

Observa-se que a contraposição dos acampados à ação coercitiva da empresa Viena evidenciou a sua necessidade

de luta pela sobrevivência, pois dificultava o translado para os lotes de produção, o transporte para os produtos a serem comercializados fora do acampamento e os consequentes problemas de saúde.

É nesse caminhar da luta que, mesmo com expectativas frustradas, iminência de perdas e sofrimentos, os trabalhadores rurais se fortalecem na luta. O MST tornou-se um motor de "resistência ativa" para os acampados: "Nessa correlação de forças, o movimento trabalha sobre um conceito de resistência ativa… um dos pontos dessa resistência nos acampamentos, é nenhum acampamento a menos, ou seja, nenhum território a menos, evitar qualquer despejo" (Militante do MST, entrevista realizada em 29/04/2021).

Outro militante reafirma a necessidade de se manter nesse território: "Acredito que deixar o Marielle para trás para qualquer um de nós é covardia, já passamos por situações difíceis, agora não e mais de bater em 'debandada', é hora de continuar, já brigamos demais" (Acampado 05, entrevista realizada em 06/11/2021).

O despejo dessas famílias seria um desastre humano, pois os agricultores acampados já avançam na organização e produção. Após cinco meses de ocupação, as famílias já começaram a preparação da terra para o plantio: uma produção de arroz que chega a alcançar quase 150 toneladas em um ano, consorciada com cerca de 11 tipos de feijões, fava, abóbora, farinha, milho e diversas frutas e hortaliças. Produzem uma diversidade de alimentos em pequenas roças com um espaço de pouco mais de 1,5 hectare por família, nos quintais produtivos, realizando a cultura de consórcio com associação nos quintais produtivos de arroz e milho, arroz e

feijão ou macaxeira que, quando está crescendo, é associada com o feijão.

Os acampados denunciam que sua produção se encontra ameaçada devido à pulverização de agrotóxicos para o cultivo de soja e eucalipto que se espalha pelo Sul Maranhense, além de ameaças e intimidações da empresa nos locais das roças, como relata uma acampada:

> Nós não podemos ir lá para a roça, se ir tem que ir quase o acampamento todo para vigiar as coisas, porque se deixar lá, vem o capeta e corta. Corta, faz o que quer. Toma as foices do peão, coloca para correr e assim é a vida da gente aqui. Mas, se não fosse esse tipo de coisa a gente vivia aqui no céu" (Acampada Y, entrevista realizada em 06/12/2021).

Essas intimidações são recorrentes, com queima de barracos, sumiço de caixas e barris de água, tiros nos arredores do acampamento, além de duas denúncias já feitas em redes sociais de acampados. Após conversa com o MST, as famílias acampadas devem registrar boletins de ocorrência, mobilizações em redes sociais e no próprio acampamento.

Com uma organização coletiva, os acampados já têm ônibus para transportá-los para venderem seus produtos na feira, aos sábados. Duas mercearias, duas igrejas e uma escola foram construídas pelos próprios moradores. É um espaço construído com madeiras e lona, reconhecida como anexo da escola municipal Luís Rocha, com cerca de 70 alunos matriculados no Ensino Infantil, Fundamental e Ensino de Jovens e Adultos, e conta com sete funcionários pagos pela prefeitura municipal de Itinga do Maranhão.

Porém, a estrutura do acampamento tem algumas limitações. Na visita a campo, no período de novembro

de 2021, observou-se a construção do primeiro poço do acampamento, idealizado para facilitar a entrada de água no acampamento. Anteriormente, precisavam recorrer à compra de água ou se deslocar para o riacho mais próximo. Uma adversidade na estrutura do acampamento é a falta de energia e de saneamento básico, que ainda não se encontram estruturadas nesse espaço.

O poder local não se posiciona sobre as melhorias infraestruturais do acampamento, sabendo que a terra está em situação de litígio, o gerando maior vulnerabilidades a esses trabalhadores. Mas, no meio de uma imensidão de soja e eucalipto, o acampamento Marielle Franco é considerado um território de luta e sustentabilidade. Com muita resistência, trabalho e organização, as famílias já colhem os alimentos da terra fértil que estava grilada pela Viena Siderúrgica. Mesmo assim, estas famílias ainda seguem sob a ameaça de despejo.

Esta pesquisa reforçou a necessidade da compreensão e vivência de uma luta organizada politicamente, com objetivos coletivos imprescindíveis para o enfrentamento: deve-se saber que esse histórico processo de luta entre opostos é sempre uma luta de classes.

3. Considerações gerais

Atualmente, os processos de "globalização" do capitalismo se manifestam em escala mundial e a luta pela terra e reforma agrária assumem caráter específico. Conforme destaca Stédile (2013, p. 96): "Temos dado conta da necessidade de ampliar nosso horizonte de luta (…) e da necessidade de confrontar com o programa neoliberal". É nesse processo que

também ocorrem as lutas dos trabalhadores rurais, capazes de se organizar politicamente em diversos momentos históricos, estimulando processos de desapropriação do latifúndio e a composição de novas concepções e consciências.

A luta e organização do acampamento Marielle Franco sofrem os efeitos nocivos de uma política econômica excludente, com o agravante do processo de litígio da terra. De um lado, há 150 famílias residentes em Itinga do Maranhão e, do outro lado, um suposto dono da terra, a empresa Viena Siderúrgica que vem solicitando a reintegração de posse após o processo da ocupação.

Trata-se da realidade fundiária brasileira capitalista, produzindo suas renovadas contradições. Por isso mesmo é que, com avanços ou retrocessos, sempre crescerá a luta pelo direito à terra e por uma vida humana digna aos seus verdadeiros produtores

REFERÊNCIAS

AZAR, Z. S. **A concentração fundiária como centralidade da questão agrária no Maranhão**. São Luís: JOINPP, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Que Reforma Agrária? In: **A Questão Agrária na Virada do Século**. Vol. II – Mesas Redondas. XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 1999.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, A. M. (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário Brasileiro de 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017

LIMA, Francisco Valdenir. **Territorialização do Agronegócio e Resistência Camponesa**. Mercator, Fortaleza, v.15, n.1, p. 73-86, jan./mar., 2016. Disponível em: www.mercator.ufc.br Acesso em: 08/08/2022.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 4ªed. São Paulo, Hucitec, 1984.

MONTEIRO, C.S.; GUERRA, G.A.D. O Lugar do acampamento na historiografia da luta pela terra no Sudeste do Pará. Ciência Geográfica-Bauru-XXIV-Vol.XXIV(3): Janeiro/Dezembro, 2020.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De Território de Exploração a Território de Esperança**: Organização Agrária e Resistência Camponesa no Semi-Árido Paraibano. Revista Nera. A.1, N. 1, 2007. Presidente Prudente: Núcleo De Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/Unesp.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência**. SP. USP/ FFLCH. Livre Docência (mimeo), 2002.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013

SILVA, Karênina Fonseca. **Organização e resistência de trabalhadores rurais na luta pela terra no Maranhão**: entre a necessidade e a liberdade. Tese – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. UFMA, 2019.

OS IMPACTOS DO TURISMO DEPOIS DA ESTRADA MA-320 SOB A PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-MA

Michelle Santos Rocha[1]

Resumo

Este estudo analisa a percepção dos atores sociais sobre os impactos do turismo no município de Santo Amaro MA, principalmente após a construção da Rodovia MA 320, com uma reflexão sobre as principais implicações no desenvolvimento local. O objetivo foi identificar os impactos positivos e negativos do turismo na compreensão desses atores, contextualizando as dinâmicas do turismo com sua história, tipologia e sustentabilidade nas esferas econômicas, socioculturais e ambientais. Dessa forma, a pesquisa fundamentou-se no método Materialismo Histórico Dialético, avaliando as contradições do objeto estudado através de pesquisa bibliográfica, realização de entrevistas com os atores sociais, observação direta da realidade pesquisada, dos resultados, discussão e considerações finais.
Palavras chave: 1. Impactos do Turismo; 2. Atores Sociais; 3. Santo Amaro-MA; 4. Rodovia MA320

Abstract

THE IMPACTS OF TOURISM AFTER THE MA-320 ROAD UNDER THE PERCEPTION OF THE SOCIAL ACTORS OF THE MUNICIPALITY OF SANTO AMARO-MA

This study analyzes the perception of social actors about the impacts of tourism in the municipality of Santo Amaro MA, especially after the construction of the MA 320 Highway, reflecting on the main implications for local development. The objective was to identify the positive and negative impacts of tourism on the understanding of these actors, contextualizing the dynamics of tourism with its history, typology and sustainability in the economic, sociocultural and environmental spheres. Thus, the research was based on

the Dialectical Historical Materialism method, evaluating the contradictions of the object studied through bibliographic research, interviews with social actors, direct observation of the researched reality, results, discussion and final considerations.
Keywords: 1. Impacts of Tourism; 2. Social Actors; 3. Santo Amaro-MA; 4. Highway MA 320

1. Introdução

Santo Amaro do Maranhão é um município que ocupa grande parte do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), criado em junho de 1981 pelo Decreto Lei 86.060 (IBGE, 2017).

Não é propaganda publicitária descrever a beleza excêntrica, indiscutível e unânime de Santo Amaro. Como Rocha (2022, p.17) observou: "justifica considerar Santo Amaro um verdadeiro 'santuário ecológico' com um deserto de dunas de areias brancas, inúmeras lagoas cristalinas e rios que vão desenhando um 'exótico' cenário atraindo o deslumbramento do mundo inteiro". O munícipio detém 42,2 % da área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) e acolhe muitas famílias que residem no interior e no entorno dessa Unidade de Conservação (UN), firmando uma relação histórica e cultural com esse lugar. A economia que inicialmente regia o local era de subsistência, mas com o passar do tempo, o turismo foi adentrando como uma nova possibilidade de atividade para combater a pobreza local (IMESC, 2020).

A relação do turismo com este município está em

constante dinâmica, com ações estratégicas relevantes executadas para organizar essa atividade. Segundo Rocha (2020, p. 17), "o grande impulso para fortalecer o turismo no PNLM ocorreu na primeira década de 2000, sendo marcado pelo Plano Maior do Estado do Maranhão e o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses". Entre 2009 e 2012, foi elaborado o segundo Plano Estratégico de Turismo, o Plano Maior 2020, que trabalhou um desenvolvimento mais integrado dos 10 polos turísticos existentes no estado (MARANHÃO, 2012). Com isso, o Polo dos Lençóis Maranhenses se destacou dos demais devido à sua rica potencialidade turística, atraindo os principais fluxos de turistas nacionais e estrangeiros para o estado. Dois anos depois, o Polo dos Lençóis Maranhenses adquiriu seu próprio plano de desenvolvimento turístico. Com ações alinhadas ao Plano Maior, o Plano de Ações Estratégicas Polo Lençóis Maranhenses faz parte do Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado do Maranhão, que tem como período de vigência os anos de 2014 a 2022 (SECTUR MA, 2014). Diante disso, Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão passaram a operar o turismo com planos específicos e tornaram-se temas de pesquisa sobre potencialidades e novas possibilidades de atratividade.

O PNLM começou a ser muito visitado e a sua principal porta de entrada até 2017 era realizado pelo município de Barreirinhas através da BR 402. De acordo com Rocha (2022, p.18), "em decorrência deste acesso, Barreirinhas possui maior infraestrutura turística e urbana. Entretanto, o turismo neste município acabou deixando a população local às margens da atividade". Ramos (2012, p.11) explica que o turismo no município de Barreirinhas foi marcado profundamente por um

novo sentido ao local, "as comunidades entraram nesse mundo de forma forçada e impactada pela crescente especulação imobiliária e pela invasão dos turistas, com seus modos de vida peculiares". Rocha (2022, p18) complementa que "todos os municípios da região, de alguma forma, vivenciaram os reflexos de sua inserção no roteiro turístico nacional". No início de dezembro de 2023, foi promovido um evento de Turismo de Base Comunitária nos Lençóis Maranhenses pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) realizado em Barreirinhas. Chamou a atenção a fala dos comunitários do povoado de Atins, expressando a plena insatisfação com o turismo que está ocorrendo. Relatam que os grandes empresários dominam a atividade não dando vez para a própria população local se beneficiar da geração de renda que o turismo promove, e queriam saber como reverter esta situação para que sejam incluídos no processo da atividade turística. Este cenário reafirma as afirmações de Ramos e Rocha.

Todavia, em Santo Amaro, a circulação de turistas aconteceu de forma mais lenta devido às dificuldades para se chegar à sede. Pelos relatos de Araújo, Sousa e Feitosa (2011, p.9), "o acesso ao município de Santo Amaro do Maranhão exigia a superação de desafios, percorrendo-se uma estrada não pavimentada com 38 km de extensão onde só passavam carros tracionados". Analisando esses estudos, Rocha (2022, p.18) acrescenta: "é importante ressaltar que quem operava os poucos serviços turísticos eram os próprios moradores, caracterizando uma vocação para turismo comunitário".

Em junho de 2018, o governo do Estado lançou oficialmente a rodovia MA 320, no trecho do povoado

Sangue até a sede do município de Santo Amaro. A rodovia foi apresentada como necessária para impulsionar o turismo, e capaz de gerar desenvolvimento econômico, emprego e renda, preservação ambiental, melhoria e qualidade de vida, desenvolvimento regional e da infraestrutura (MARANHÃO, 2018).

Entretanto, julgar o turismo como uma atividade absolutamente sustentável é somente mascarar a verdadeira profundidade de uma atividade econômica que preside uma dinâmica de apropriação de paisagens naturais e da história de uma localidade. O turismo pode produzir múltiplos impactos nas esferas econômicas, sociais, culturais e ambientais podendo trazer benefícios e prejuízos (AGNOL, 2012). Desse modo, o grande receio é que a estrada possibilite uma expansão dos empreendimentos turísticos para este município no mesmo ritmo do turismo consumido em Barreirinhas e em Atins, gerando uma alteração na cultura local, especulação imobiliária, exclusão social da população local, bem como na degradação ambiental. Foi constatado nos estudos de Rocha (2022) que o turismo de Barreirinhas e Atins sempre foi visto pelos moradores de Santo Amaro como uma possibilidade real para a sua localidade, mas não desejável, por ser considerado muito veloz, degradador e excludente.

De acordo com a entrevista realizada em 2019 com a Secretaria Municipal de Turismo local-SEMTUR de Santo Amaro, o fluxo de turistas nessa região, após a nova estrada aumentou aproximadamente 70% em um ano. Com esse novo fluxo de turistas, o turismo de massa "padroniza os destinos a fim de cativar mais pessoas, receber mais visitantes e obter mais lucro, fazendo da atividade uma mercadoria dependente das

leis de mercado" (URRY, 1996 apud ARAUJO e CARVALHO, 2013, p. 2). É um tipo de turismo que vai tomando conta do destino. Os atrativos começam a ser explorados sem limite e sem respeito, podendo levar a um esgotamento irremediável e consequentemente a uma repulsa da demanda, logo, de investimentos. "Essa é uma perspectiva preocupante uma vez que um grande número de destinações tem parte significativa de sua economia dependente do turismo e, por conseguinte, dependem da manutenção de um meio ambiente bem conservado" (ARAÚJO e CARVALHO, 2013, p.3). Portanto, o acesso fácil promovido pela implantação da estrada MA 320 já produziu vários efeitos, positivos e negativos, nesse turismo.

Esta análise sobre os impactos do turismo no município de Santo Amaro-MA antes e depois da construção da estrada MA-320, priorizou a percepção dos seus atores sociais sobre a dinâmica do turismo, o seu próprio papel no processo de construção dessa atividade, e o possível futuro do município sob os efeitos desse turismo. A grande relevância da percepção dos atores sociais da cadeia turística, geralmente pouco considerada, é perceber as relações sociais e políticas atingidas por essa atividade, que se transforma constantemente, produzindo novas necessidades e, consequentemente, novas contradições do modo de produção capitalista. Como exemplo, o próprio turismo definido como sustentável, que também reproduz os efeitos de uma crescente demanda de massa.

Uma abordagem metodológica dialética permite investigar a relação entre os conflitos de interesses das comunidades locais x turistas, setor público x setor privado, sustentabilidade x desenvolvimento, preservação

x apropriação e outras múltiplas possibilidades de análise das contradições produzidas pelas atividades turísticas, fruto do contexto histórico do desenvolvimento capitalista (JUNQUEIRA, 2018). Portanto, é um método apropriado para o conhecimento da totalidade e complexidades das dinâmicas existentes em Santo Amaro e seus desdobramentos turísticos, com a implantação da estrada MA 320.

A pesquisa de campo deste estudo foi realizada em 2019, 2020 e 2021 e aplicada nas rotas oficiais de turismo da região e nas comunidades do entorno. Foi conduzida por entrevistas com roteiros de pesquisa semiestruturados, com perguntas que possibilitaram novas questões ao longo da coleta de informações. Foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas. O alvo da aplicação das entrevistas foram os atores sociais do desenvolvimento do turismo na região, dividido em três esferas: governo, mercado e sociedade civil. Os atores do governo investigados foram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio, Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão-DTUH-UFMA, Secretaria do Estado de Turismo do Maranhão-SETUR-MA, Núcleo de Extensão e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Maranhão-LABEX-UEMA, Consórcio Público Intermunicipal das Mesorregiões Norte e Leste Maranhense-CONLESTE, Secretaria Municipal de Turismo de Santo Amaro MA- SEMTUR, Conselho Municipal de Turismo de Santo Amaro MA-COMTUR. Os atores do mercado sempre foram pessoas envolvidas com a organização dos serviços prestados ao turismo. A sociedade civil é uma protagonista essencial do desenvolvimento do turismo local, pois o seu posicionamento pode ser decisivo

para definir o turismo a ser empreendido. A entrevista foi aplicada a moradores sem vínculos empregatícios diretamente com o turismo, ainda que a maior parte dos atores do mercado entrevistados também sejam moradores do município. O objetivo foi observar se a percepção dos moradores que vivem de outras rendas conflita ou não com a percepção dos outros atores sobre os impactos do turismo, após a rodovia MA 320.

2. Os impactos do turismo e seus atores sociais

Ao longo de toda história, o turismo sempre produziu modificações e transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais nos espaços que apropria.

Rejowski (1996, p.18) diz que o turismo "por ser um fenômeno de múltiplas facetas, penetra em muitos aspectos da vida humana, quer de forma direta, quer indireta". Portanto, é necessário identificar esses impactos, as percepções e atitudes dos atores sociais, para que ações sejam planejadas e executadas para potencializar os aspectos impactos positivos e, consequentemente, minimizar os negativos.

O turismo é uma atividade essencialmente social, por envolver interação de pessoas, correlacionado com os campos econômico, cultural e ambiental. Teoricamente, essas pessoas teriam que estar articuladas para oferecerem os produtos turísticos dentro de um destino receptor. Entretanto, na prática isso não é uma tarefa tão simples. Pimentel & Pimentel afirmam que:

> O processo de envolvimento dos diferentes atores na atividade turística de um determinado destino não é algo simples e linear, ocorrendo como uma consequência

> direta e automática da sensibilização das pessoas, como frequentemente tem sido colocado por estudos e profissionais da área. Ao contrário, é preciso identificar os principais elementos necessários (atores, recursos, interesses em jogo) para se diagnosticar as possibilidades de arranjos diferentes que os atores podem criar para a gestão de destinos turísticos (PIMENTEL & PIMENTEL, 2015, p.13).

Neste sentido, é necessário compreender que há pessoas sem interesse na atividade turística em sua localidade, e aquelas que têm razões específicas para atuar com outras parcerias. Como os atores sociais fazem parte do processo de construção da realidade turística, é necessário identificar os seus papeis, o que almejam e como são afetados pelo desenvolvimento das atividades turísticas. Para Carvalho,

> Isso equivale a dizer que estes atores se encontram em um processo de construção da realidade que, nas destinações de interesse deste trabalho, deve ter em consideração o incremento do turismo e seus desdobramentos imediatos e futuros, reais e potenciais, na construção desta mesma realidade, como parte integrante e intrínseca (CARVALHO, 2007, p.41).

Então, mesmo que esse turismo seja planejado dentro dos princípios da sustentabilidade, quando a dinamização do turismo passa a ser uma realidade, esse espaço também passa a ser apropriado pela "novidade", com uma série de transformações diferentes e inovadoras do cotidiano da população local. Sobre essa transformação do espaço, Carvalho (2007, p.41) diz que "O novo pode vir representado pelos visitantes com seus costumes, sotaques e línguas; construções

civis atípicas; dinâmica nova em transportes e no modo de comerciar; novos moradores...” Isso é exatamente o que tem acontecido no município de Santo Amaro do Maranhão, e daí a necessidade de considerar as interpretações da realidade local e as possibilidades de uma gestão mais eficaz do destino turístico.

A seguir, uma breve definição da função de cada ator na cadeia do turismo: governo, sociedade civil e mercado.

a) Governo: é o núcleo decisório do estado encarregado da gestão pública. Sobre o turismo, o papel do governo é criar possibilidades para o desenvolvimento satisfatório desta atividade. Para Vieira (2011, p. 20) estado prioriza o planejamento e outras demandas essenciais ao desenvolvimento do turismo em conjunto com a iniciativa privada para galgar um desenvolvimento satisfatório da atividade turística. Mas, para elaborar políticas de turismo, o governo deve considerar as questões sociais, culturais e ambientais advindas da atividade turística. Entretanto, ao longo da história do turismo no Brasil, observa-se o predomínio das ações econômicas.

b) Mercado: é a área que opera forças da oferta e procura correspondente. Na cadeia do turismo, opera quando há procura por viagens e agências dispostas a oferecer seus serviços, hotéis a procura de clientes, visitante buscando conhecer um parque ambiental e um guia a espera desse cliente, enfim, se há produção e procura, há um mercado. O produto final será a oferta de empregos gerados pelo turismo. Carvalho afirma que: O mercado turístico envolve normalmente a prestação dos serviços que envolvem equipamentos turísticos diversos, desde hotéis e restaurantes, até empresas de transporte e agências de turismo e viagem, entre outros. Relacionando-se

com a comunidade, entre outros, pela geração de empregos, gera divisas para a economia (CARVALHO, 2007, p.52). Através do mercado, a atividade turística é compreendida mais como uma atividade econômica do que social, ainda que teoricamente seu papel seria dinamizar as oportunidades econômicas e a inclusão social.

c) Sociedade civil: é composta pela população, seja ela individual ou organizada (moradores, associações, sindicatos...). Para ser incluída no processo da atividade turística, a população precisa participar da organização do turismo e dos benefícios desse setor. Então, se a sociedade deixa de ser meramente expectadora de um turismo que é alheio às suas necessidades e passa a ser participante do desenvolvimento da atividade, vai estimular o desenvolvimento local. Carvalho (2007, p.50) afirma que "considerando o desenvolvimento do turismo, convém destacar o importante papel da sociedade civil organizada para a conservação da identidade sociocultural e do ambiente natural onde as atividades turísticas se desenvolvem". Entretanto, quando nem todos da sociedade civil conseguem atingir seus benefícios, a população torna-se parte bem frágil desse processo, principalmente por desconhecer como atuar no planejamento e gestão da atividade. Carvalho reforça dizendo:

> É necessário considerar que os interesses dos diferentes atores, na sociedade civil, diante do desenvolvimento do turismo, são largamente influenciados por fatores como, a possibilidade de melhoria das condições de vida da população e a perda de privacidade e a transformação de seus costumeiros bens de uso em mercadorias à disposição dos visitantes (CARVALHO, 2007, p.50).

Desse modo, é fundamental uma estratégia participativa da sociedade civil no desenvolvimento do turismo em uma localidade receptora. Porém, Vitório e Alves (20101, p.4) afirmam que "se faz necessário ainda uma sistematização e maior vontade política dos responsáveis pela implementação das políticas turísticas".

3. Análise da percepção dos atores sociais sobre turismo em Santo Amaro

A história de Santo Amaro, além de sua beleza natural, carrega uma expressiva tradição: na culinária quando fazem um peixe cozido com caju; na forma de dormir nas dunas cavando buracos na areia; no costume de fazer farinha de forma rudimentar; nos traços físicos dos santo-amarenses herdados dos índios Tremembés; e até como um portal de um Santuário Ecológico -tradições que ao longo do tempo atraíram inúmeros visitantes.

No entanto, por muito tempo, Santo Amaro foi considerado um município isolado, com a economia de subsistência dominante e esquecido pelo poder público. Com a abertura de trilhas e estradas precárias de acesso feitas pela PETROBRÁS, iniciou-se uma tímida dinâmica de turismo, atraindo pessoas dispostas a vivenciar aventuras no deslocamento e locomoção, pernoitar nas casas simples dos moradores, para interagir com o modo de vida das comunidades e contemplar a beleza cênica do local. Mesmo paulatinamente, isso promoveu a inserção da população à atividade turística do município.

Posteriormente, o acesso mais fácil até a sede de Santo

Amaro pela Rodovia MA 320, gerou a dúvida se Santo Amaro seguiria a direção do turismo considerado devastador e excludente de Barreirinhas e Atins, ou se continuaria com o turismo de baixo fluxo de visitantes, includente, mas também com uma geração mínima de renda e emprego e nenhuma divisa para o município. Contudo, a efetivação da rodovia MA 320 dinamizou o território santo amarense, com o aumento do fluxo turístico e os ganhos financeiros já sentidos pela população.

Como muitos dos entrevistados, principalmente os do mercado e da sociedade civil, são naturais do município, ainda se percebem como inclusos do turismo. Os atores do turismo consideram unanimemente que o impacto mais positivo da expansão turística foi o aumento da geração de emprego e renda e o crescimento da economia no município. Esse crescimento certamente influenciou o poder compra de parte da população, permitindo reformas nas suas casas ou empreendimentos turísticos, para melhor receber os visitantes. Moradores das comunidades rurais também foram atraídos buscando as universidades para trabalhar projetos de turismo de base comunitária.

Entretanto, o turismo faz parte de um processo maior, estruturado por valores que vão da dinâmica econômica à sociocultural e ambiental. O crescimento do turismo de forma rápida produz efeitos também imediatos, principalmente considerando que o modelo anterior, mais brando e vocacionalmente comunitário, passou para o modelo de turismo de massa, de demanda excessiva, com um público sem preocupação social e ambiental, alterando a própria caraterização da paisagem. Os atores do turismo em Santo

Amaro percebem que o poder de compra aumentou, mas também o custo de vida. Além disso, o aumento de turistas e o desordenamento na região certamente passaram a incomodar, principalmente os passeios de "bate volta", os clandestinos, a sobrecarga de pessoas e veículos, a especulação imobiliária e a degradação ambiental. O turismo em Santo Amaro passou a ser "a menina dos olhos" para muitos investidores e a população de Santo Amaro começou a sentir a pressão dos grandes projetos. Temem até um possível futuro às margens da atividade turística, prisioneira do jogo de força, com os atores opostos criando um movimento de resistência.

Observou-se então que a quantidade dos impactos negativos percebida por todos os atores supera os impactos positivos. Mas, mesmo com essa preocupação, concluem que a população de Santo Amaro está satisfeita com o turismo devido à melhoria na qualidade de vida, da geração de emprego e renda. O fator econômico parece ser primordial na avaliação das consequências da nova dinâmica do turismo, ainda que Santo Amaro mantenha um dos piores índices de desenvolvimento humano (IDH) no país. Um dos atores da sociedade civil, morador da sede, na época com 94 anos e muito lúcido, fez um relato interessante que pode explicar porque o fator econômico supera os impactos negativos: "Com a estrada, o progresso chegou. O turismo ajuda muito e traz muito dinheiro para a população. Tudo o que vem de bom para meu lugar que moro, para nossa comunidade, é melhor do que o passado, que era muita pobreza" (Morador da sede, 2019).

Então, se a lógica é que o aumento dos ganhos financeiros com o turismo seja capaz de "compensar" os efeitos negativos,

é possível que também seja capaz de seguir uma política de inclusão social da população.

Os atores do governo afirmam que o seu papel é exatamente trabalhar ações em prol do ordenamento da atividade turística potencializando os impactos positivos e minimizando os negativos, com regras de controle de visitação, apoio a iniciativas base comunitária, etc. Porém, sentem falta da implementação de políticas públicas para o turismo sustentável e do apoio do gestor poder público geral e local. O papel dos atores do mercado seria prestar serviço de qualidade e desenvolver trabalhos de conscientização. Portanto, são sensíveis às questões ambientais e preservação do patrimônio ambiental, mas atribuem a responsabilidade maior à prefeitura, enquanto os donos dos pontos de apoio atribuem a responsabilidade à própria comunidade. Os atores da sociedade civil também apontam a omissão da prefeitura, visto como principal responsável pelo turismo. No entanto, não ressaltam o próprio papel na participação social no processo de planejamento da elaboração de políticas públicas do turismo, em uma postura de passividade e submissão diante das autoridades públicas, com o mercado e a sociedade civil em uma situação periférica.

Esperando que o futuro do turismo em Santo Amaro seja mais intenso, a maioria acredita que também será mais ordenado, mas poucos temem que o turismo de massa sature sua capacidade turística. Então, permanece a preocupação com a necessidade imediata que é a geração de emprego e renda, e a convicção de que o fator econômico será sempre o elemento capaz de condicionar uma posição positiva ou negativa do desenvolvimento do turismo.

Considerações gerais

Este artigo apresenta uma análise sobre os impactos do turismo no município de Santo Amaro MA antes e depois da construção da Rodovia MA 320, a partir da percepção dos seus atores sociais, refletindo sobre as principais repercussões desses efeitos no desenvolvimento local. A própria dinâmica do turismo requer uma reflexão sobre a história, tipologia, impactos e atores da cadeia deste segmento, com um estudo e compreensão crítica dos resultados de suas análises.

Ao longo da evolução histórica do turismo em Santo Amaro, a abertura das estradas permitiu o nascimento da atividade turística com todos os seus desdobramentos de apropriação territorial e socioespacial. De certa forma, esses desdobramentos vão resultar na tipologia do turismo empreendida em determinado local e nas consequências dessa atividade. A crescente importância econômica, sociocultural e ambiental da atividade turística não isenta os territórios de sua responsabilidade pela sustentabilidade, maximização dos benefícios e redução dos efeitos negativos de sua cadeia turística.

Para isso, é necessário considerar a percepção dos direta ou indiretamente envolvidos nesse processo, verificar quem realmente se beneficia dos recursos gerados, quais são os custos e riscos econômicos, sociais, culturais e ambientais para a sua população.

A gestão pública deve ser cotidianamente cobrada para a implantação de políticas públicas capazes de impulsionar o turismo, distribuir equitativamente seus ganhos e ônus, e responsabilizada pela preservação das condições ambientais,

sem sacrificar um modo digno de vida pelos ganhos financeiros de um desenvolvimento desenfreado e nocivo de qualquer negócio.

Individual ou coletivamente, o cotidiano santo-amarense já é determinado pelas atividades turísticas, expondo a urgente necessidade de considerar todos os aspectos da construção dessa sua realidade, com maior aprofundamento dos estudos e análises sobre as implacáveis ações e contradições dessa cadeia turística.

REFERÊNCIAS:

ARAUJO, Thiago Diniz; DE SOUSA, Jefferson Bruno Costa; FEITOSA, Antônio Cordeiro. Potencial turístico do município de Santo Amaro do Maranhão-estado do Maranhão-Brasil. Revista Geográfica de América Central, v. 2, p. 1-14, 2011.

ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. Unidades de Conservação: importância e História no Mundo. Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para Resultados. São Carlos: Rima. Editora, 2012. p. 25-50.

ARAÚJO, Monica de Nazaré Ferreira de et al. O turismo comunitário e o desenvolvimento local: estratégias e desafios para o município de Santo Amaro do Maranhão. São Luís: FAPEMA, 2018.

ARAUJO, Lindemberg Medeiros; CARVALHO, Roberta C. O turismo de massa em debate: a importância de sua análise para o planejamento turístico do estado de Alagoas. Brasil. X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, v. 9, 2013.

CARVALHO, Rossane Cardoso. Turismo nos Lençóis Maranhenses: estudo das representações sociais de atores sobre a situação atual e futura do turismo nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão, MA. 2007.

IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos Enciclopédia dos Municípios Maranhenses. Lençóis Maranhenses. V. 5. São Luis, 2020

JUNQUEIRA, Luiz Daniel Muniz. Análise da Produção Científica Norteada pela Abordagem do Materialismo Histórico Dialético: Um Recorte Temporal de 2004 a 2014 das Revistas Científicas Brasileiras. Caderno Virtual de Turismo, v. 18, n. 3, p. 129-147, 2018.

RAMOS, Carmem Barroso. A Ação do Turismo nos Lençóis Maranhenses: a comunidade de São Domingos entre a tradição e a modernidade. 112p. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional) Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento sócio-espacial e Regional, São Luís.

REJOWSKI, Mirian. Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional x situação brasileira. Papirus, 1996. 167 p.

ROCHA, M. S.; SANTOS, I. J. P. Desafios e perspectivas do turismo de base comunitária em Santa Maria de Guaxenduba - Icatu-MA - In: XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2020, Bacabal. Anais do XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural: desenvolvimento, segurança alimentar e políticas públicas para o nordeste. São Luís: EDITORA UEMA, 2020. p. 190-206. ISBN: 978-65-00-05734-8

ROCHA, M. S. Os impactos do turismo no município de Santo Amaro –MA antes e depois da construção da rodovia MA-320: uma análise sob a percepção dos atores sociais. PPDSR-UEMA, 2022.

VIEIRA, A. R. M. Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luís-MA. Brasília, 2011. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília.

Os desencontros institucionais da Política de Desenvolvimento Territorial: um estudo de caso no município de Miranda do Norte-MA

Daniela Strasser Santos[1]

RESUMO

Este artigo procurou compreender como os desencontros institucionais da Política de Desenvolvimento Territorial afetam os trabalhadores rurais em Miranda do Norte-MA. Apresenta os esforços de resistências da comunidade para evitar o desmonte da política de desenvolvimento territorial através dos projetos produtivos Agroindústria de Farinha e Fábrica de Ração, salientando os processos de organização social utilizados para que suas atividades e seu modo de vida não fossem apagados na história.
Palavras-chave: Política de Desenvolvimento Territorial; projetos produtivos; trabalhadores rurais; Miranda do Norte (MA).

ABSTRACT

The institutional mismatches of the Territorial Development Policy: a case study in the municipality of Miranda do Norte-MA

This article sought to understand how the institutional mismatches of the Territorial Development Policy affect rural workers in Miranda do Norte-MA. It presents the resistance efforts of the community to avoid the dismantling of the territorial development policy through the productive projects Flour Agroindustry and Feed Factory, highlighting the processes of social organization used so that their activities and way of life were not erased in history.
Keywords: Territorial Development Policy; productive projects; rural workers; Miranda do Norte (MA).

1 Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR-UEMA). Integrante do Grupo de Pesquisa em Dinâmicas Territoriais (GEDITE).

1. Introdução

O trabalho desenvolvido neste artigo faz parte dos resultados e discussões do projeto de mestrado desenvolvido entre 2021 e 2023 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão, para discutir a Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) no Território Vale do Itapecuru, especialmente no município de Miranda do Norte-MA. Foram analisados os desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais diante dos desencontros da PDT, considerando o estudo do território como conceito fundamental para compreender as relações no campo empírico da pesquisa.

A política territorial é uma combinação de políticas para integrar o rural brasileiro, com a redução da pobreza rural, o desenvolvimento sustentável, as potencialidades entre os territórios e a promoção do "protagonismo dos atores sociais juntamente com a sua participação política" (SCHNEIDER, 2004, p.94).

Uma abordagem temática das políticas territoriais/ desenvolvimento territorial requer buscar os principais elementos da história desse movimento no Brasil.

Entre as décadas de 1980 e 1990, uma força política influenciada por programas internacionais como LEADER, deu forma a esse "novo modelo" de se operar políticas pontuais, como as políticas para zona rural, passando ao longo dos anos por diferentes estruturas.

Trata-se de um assunto amplo e diverso, pois os desencontros da política territorial fomentam um debate caloroso dentro e fora da academia, possibilitando ajustar as

arestas que produzidas desde a sua construção.

Nesta pesquisa, buscou-se compreender como os desencontros institucionais da Política de Desenvolvimento Territorial afetaram os trabalhadores rurais em Miranda do Norte/MA, que enfrentaram desafios para continuar seus trabalhos laborais e precisaram se reinventar como sujeito do campo.

Foi necessário identificar quem são esses trabalhadores, realizar um levantamento bibliográfico, produzir os dados quantitativos e entender a importância de analisar a pesquisa de forma qualitativa, pois como Gerhardt e Silveira (2009) afirma, não há somente uma forma restrita para compreender e analisar uma pesquisa. Foram também realizadas entrevistas semiestruturadas, viagem de campo, levantamento cartográfico e dados secundários como instrumentos de análise.

Esta pesquisa apresenta uma **Introdução** para apresentar elementos centrais da pesquisa, objetivo e procedimentos metodológicos. No tópico seguinte, **A política de desenvolvimento territorial e seus desencontros institucionais,** é abordada a Política de Desenvolvimento territorial no Brasil, apresentando elementos locais e apontamentos do processo de desencontros, desarticulações e descontinuidades da política no Maranhão.

A terceira parte do trabalho, **Os desafios dos trabalhadores rurais e suas resistências,** evidencia os desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais para manter a continuidade da política em Miranda do Norte, privilegiando a voz da trabalhadora rural Luzia, de Pindoval.

2. A política de desenvolvimento territorial e seus desencontros institucionais.

Observar o momento histórico da elaboração de uma política nos faz entender quais foram os processos necessários para definir as necessidades de sua criação e quem seriam os beneficiados.

A política de desenvolvimento territorial tem como uma das forças motrizes para sua criação a necessidade de atender um determinado seguimento social rural, historicamente excluído e marginalizado. O empenho dos movimentos sociais, sobretudo na luta por reforma agrária, terra e território, impulsionou no final da década de 1980 uma discussão de que o rural precisava de mais ações governamentais, tirando do centro da agenda estatal o enfoque quase que exclusivamente setorial, onde fomentava o desenvolvimento como viés econômico.

Um ponto importante apresentado por Miranda e Fiúza (2017, p.124) é que "os movimentos sociais trazem, na sua gênese, a característica de contestação da realidade na qual estão inseridos e se organizam para promover a ruptura de uma situação de ausência de direitos". Dessa forma, além do próprio debate entre Estado e movimento social, havia uma urgência em formular políticas públicas que atendessem as demandas reais dos trabalhadores rurais (WANDERLEY, 2014).

No emaranhado da história do Brasil sobre a criação de políticas públicas, a Política de Desenvolvimento Territorial **é** um importante aparato para direcionar a discussão sobre o que é de fato viver na zona rural. Uma política territorial que

destoa da realidade urbana, mas ainda carrega esses elementos característicos da urbanização para uma população diversa por natureza. Compreender o rural multifacetado é, portanto, mais um desafio dentro dessa perspectiva de política.

Conforme Schneider (2004, p.105), ao elaborar uma política territorial, tem-se como propósito "a erradicação da pobreza rural, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade". Essa referência está na capacidade de o território possuir a diversidade entre sujeitos, suas particularidades e mesmo assim ser um espaço coletivo. Para Corezola *apud* Brasil (2008):

> A abordagem territorial está alicerçada em três elementos fundamentais (Brasil, 2008a): i) a instituição do território rural ou de identidade criado a partir de elementos da identidade, seus limites, características geográficas, históricas, sociais, econômicas, políticas e institucionais comuns; ii) a constituição de uma nova institucionalidade que congregue as organizações da sociedade civil e as esferas do poder público, que é o Colegiado Territorial, qual promove a gestão social do desenvolvimento territorial; e iii) o planejamento territorial, como manifestação da vontade e da visão de futuro do território, traduzida em plano, programas e projetos (BRASIL, 2008, s/p).

Para a aplicação dessa política territorial, foi necessário construir outros elementos de suporte para sua aplicação. Então, foi criado o Programa Territórios da Cidadania (PTC), com a inclusão das populações pobres, a universalização de programas básicos de cidadania, planejamento e integração de políticas públicas e ampliação da participação social (BRASIL, 2008). É um programa que abrange todas as regiões brasileiras e

destina recursos do governo federal para aplicação de seus projetos.

A região Nordeste foi a que mais recebeu recursos federais para replicar nos estados e seus territórios. Por ter esse objetivo de integração de diferentes políticas, o PTC mobilizou inúmeros ministérios e secretarias e bancos financiadores como: Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Cultura, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Os Territórios da Cidadania são apresentados no mapa seguinte:

Mapa 01: Mapa dos territórios da cidadania no Brasil

Fonte: Sousa, 2017.

Observa-se que, como uma política ampla, a ramificação dos programas da cidadania, também apresenta desafios e complexidade. No Maranhão, o programa foi implantado em seus oito territórios rurais, incluindo o Território Vale do Itapecuru que possui dez municípios: Anajatuba, Cantanhede, Itapecuru Mirim, Matões do Norte, Miranda do Norte, Nina Rodrigues, Pirapemas, Presidente Vargas, Santa Rita e Vargem Grande.

É um território em que a dinâmica territorial e suas relações ocorrem de maneira entrelaçadas, compartilham do mesmo modo de produção, mesmo com suas diversificações locais. As contradições dessa política no Maranhão evidenciam-se na própria proposta de construção dos projetos produtivos através de colegiado territorial, cuja estrutura é alicerçada entre o poder público, sociedade civil, atores sociais, grupo empresariado.

Essa estrutura condiciona as políticas locais, pois entende que é de forma coletiva que se analisa as necessidades de projetos dentro dos territórios. Mas, há entraves que impossibilitam que essa relação teórica da política territorial funcione na prática. O território de Miranda do Norte, por exemplo, recebeu dois projetos produtivos: Agroindústria de Farinha e Fábrica de Ração, que não foram concluídos ou sequer construídos, como o da agroindústria. São casos emblemáticos que fomentam a discussão das descontinuidades e desencontros, comuns nas políticas públicas, afetando a realidade dos que seriam beneficiadas por elas.

Em Miranda do Norte, esse processo de desencontros das políticas dentro do território foi muito profundo, pois a

agroindústria de farinha contaria com o o fato de a produção de mandioca ser uma potencialidade local, facilitando o beneficiamento dessa cultura. Mas, entraves apontados nas entrevistas indicam a fragilidade dessa política, como as desarticulações entre as instituições estatais e empresariais que inviabilizaram a conclusão dos projetos: os embargos da Caixa Econômica Federal na construção da Fábrica de Ração, a falta de assistência técnica para operar o maquinário e a ausência de articulação entre poder público federal e municipal.

Por não identificar as suas vulnerabilidades, a própria política não cria os mecanismos necessários para o avanço das discussões nos territórios. Seria necessário partir das experiências dos programas da cidadania, investigar os *déficits* e fortalecer as potencialidades de cada território, com uma ampla discussão sobre as reais necessidades dos municípios.

Uma eficiente mediação para o processo de elaboração dos projetos, em reuniões dos colegiados, permitiria perceber quais projetos não seriam importantes para o município. Como exemplo, o caso do território Cantanhede que recebeu o projeto produtivo de um abatedouro de ovinos e caprinos, sendo que o município não possui uma grande criação desses rebanhos, obviamente inviabilizando o projeto e deixando o espaço físico abandonado.

A política de desenvolvimento territorial possui inúmeros problemas desde sua concepção, mas também com os arranjos políticos-institucionais desarticulados com as necessidades e a viabilidade do projeto para cada território.

3. Os desafios dos trabalhadores rurais e suas resistências.

Nesse emaranhado de relações institucionais e beneficiados pelas políticas territoriais, o maior protagonismo é de quem constrói diariamente um espaço de práticas sustentáveis e ligação intrínseca com o território. Os desafios de participar de uma política pública ainda são os mesmos: as incongruências na projeção inicial e as inúmeras tentativas de sucateamento durante vários os governos. Por isso, os sujeitos que persistem nessas experiências continuam resistindo às adversidades, mesmo sob o risco do alto preço a ser pago.

Dona Luzia de Pindoval afirma que a esperança é o que motiva os trabalhadores rurais a continuarem suas atividades de agricultura, pois acreditam que ainda há possiblidade de conseguirem uma casa de farinha e, enquanto isso, permanecem vivendo de modo coletivo:

> Onde eu vivo e onde mais pessoas vivem, meus vizinhos e parentes, todos podemos comer da mesma plantação e o mesmo peixe. Eu tenho uma coisa e não fico só pra mim essa coisa e isso penso que me deixa mais forte. Hoje em dia é muito difícil ser assim (Entrevistada Dona Luzia, 2022).

Devido à inviabilidade dos projetos produtivos em Miranda do Norte, a comunidade Pindoval, que seria a sede da agroindústria de farinha, buscou maneiras para diminuir os impactos causados pela serie de descontinuidade das políticas no território, como a falta de políticas para debater a sucessão rural, o envelhecimento da população rural e a falta de empregos.

Para Dona Luzia, esse dilema era um problema a ser resolvido coletivamente. Por ser uma liderança local e

articuladora que levava as demandas da comunidade até o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Miranda do Norte, reuniu a comunidade e iniciou projetos de capacitações para a população, como doceria, salão de beleza e informática.

Assim, a desarticulação e a descontinuidade da política territorial provocaram uma reação coletiva para mitigar os impactos da política, promovendo um resultado inusitado. A comunidade Pindoval tornou-se um símbolo de luta através do poder de ação dos que vivem e se movem no território de forma orgânica e particular, com diferentes formas de ser e estar no mundo. Tornou-se um território multidimensional.

Para Saquet (2008), um território multidimensional não pode ser reduzido ao que o governo entende por território, apenas na perspectiva dimensional do espaço físico. Ele vai além:

> A qualificação política, técnica e institucional da representação da sociedade civil e do poder público para atuarem nestes novos espaços requer um aprendizado fundamental para convivência com uma multiplicidade de atores portadores de concepções e interesses, em grande parte, divergentes e diversos (COREZOLA, *et al*, 2009, p.90).

As políticas territoriais brasileiras sempre se iniciam fragilizadas e quase nunca atendem aos interesses dos beneficiários, evidenciando uma crônica ineficiência governamental nessa área (PERIN, 2021). As experiências relatadas nesta pesquisa indicam que ainda há uma grande distância entre o que se espera de uma política territorial ideal para as pessoas do campo. Mesmo assim, não podem ser

dispensadas. Ao contrário, é uma necessidade vital que requer a luta constante para participar de um projeto produtivo, a resistência contra as adversidades, e também a capacidade para reverter as contradições das políticas estatais inconsequentes, como demonstraram os trabalhadores rurais de Miranda do Norte.

4. Considerações gerais

O que indica como uma comunidade se constitui são as condições locais e toda a dinâmica ao seu entorno, mas é a partir de suas interrelações humanas que se forjam os modos de vida.

Certamente, a idealização de desenvolvimento territorial é um mecanismo que fortalece institucionalmente os sujeitos do campo. Porém, os interesses puramente financeiros das empresas que realizam os empreendimentos econômicos desconsideram a razão de uma política territorial produtiva, violentando a realidade (i)material dos territórios.

De acordo com Santos (2023, p.78), "percebemos que o Território Vale do Itapecuru faz parte de uma rede que integra um processo insuficiente de uma política de ordenamento territorial".

Essa insuficiência é marcada pelos desencontros institucionais, pela construção ainda fragilizada dos colegiados territoriais, pelos acordos políticos-institucionais do poder público, pela não compreensão da realidade local, dos aspectos físicos e dos seus interesses produtivos. Além disso, conta também com a ineficiência, incapacidade e interesses divergentes das empresas contratadas.

Com toda essa ineficiência e divergências políticas, os trabalhadores rurais de Miranda do Norte mantém suas reivindicações por melhorias no acesso à política, aumenta a pressão popular contra o descaso dos projetos, mostrando que é urgente a construção de mecanismos que interajam em tempo real com a realidade do campo.

A partir da vitória do atual presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luis Inácio da Silva, em 2022, houve importantes conquistas para a manutenção das políticas públicas que salvaguardam comunidades tradicionais, quilombolas, agricultores familiares, povos indígenas etc. Renovam-se as expectativas de uma organização de estruturas e recriação de políticas e ministérios. Em 2023 iniciou-se a reconstrução de segmentos que desde 2016 sofreram inúmeros ataques e o Ministério de Desenvolvimento Agrário, responsável pela coordenação da política territorial nos anos anteriores, voltou ao cenário nacional como instrumento importante para a discussão das questões agrárias no Brasil.

Há um novo caminho delineado e é importante que existam figuras como Dona Luzia de Pindoval para pressionar o poder público em nível municipal e engendrar forças locais que pressionem o poder público para a construção de um novo modelo de política territorial.

Esse "novo modelo de política territorial" não significa começar uma política do zero, mas analisar as potencialidades e fragilidades de uma política territorial, para assegurar um processo de amadurecimento, melhor operacionalização, gerenciamento e reconstruções de estratégias verdadeiramente viáveis para a melhoria das condições de produção da vida do povo do campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**. Brasília: MDA/SDT. 2008.

COREZOLA, F. *et al.* **Desafios da governança territorial nos territórios incorporados ao Programa Territórios da Cidadania.** Rev. Raízes, vol. 28, ns. 1 e 2, jan-dez/2009.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MIRANDA, E. L; FIÚZA, A. L.C. **Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte**. Rev. de Economia e Sociologia Rural, v.55, n.1, p. 123-136, Brasília, 2017.

PERIN, G. **O desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e a nova agenda governamental**. Revista Agricultura Familiar. V 15, n. 2021. Periódicos UFPA.

SAQUET, Marcos Aurélio. SILVA, Sueli Santos da. MILTON SANTOS: **concepções de geografia, espaço e território**. Revista Geo UERJ, n.18, 2008. P. 24-42.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel**. Gênese da abordagem territorial no Brasil**. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André. (Org.). Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil Recife: Editora UFPE, 2014. 437p

O programa de aquisição de alimentos como política de segurança alimentar: a experiência dos agricultores familiares da comunidade de Matinha, na região metropolitana de São Luís.

Bianca Sampaio Corrêa*

Resumo

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 pelo Governo Federal, como para amenizar as desigualdades sociais no Brasil, por meio do fortalecimento da agricultura familiar e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a concepção de SAN e os desafios de sua promoção frente ao modelo de desenvolvimento rural adotado no estado do Maranhão. As reflexões e análises são baseadas em pesquisa empírica com aos agricultores familiares estabelecidos na comunidade de Matinha, zona rural de São Luís, inseridos no PAA. A partir de uma abordagem qualitativa, entre os anos 2016 e 2018, os resultados da pesquisa revelam que o PAA trouxe mudanças para a comercialização, organização produtiva e de renda, mas expressa alguns limites ao enfretamento de dificuldades expressas pelos agricultores familiares.

Palavras-chave: agricultura familiar; segurança alimentar; Programa de Aquisição de Alimentos.

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão, Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

Abstract

The food acquisition program as a food security policy: the experience of family farmers in the community of Matinha, in the metropolitan region of São Luís

The Food Acquisition Program (PAA) was created in 2003 by the Federal Government, as a strategy to alleviate social inequalities in Brazil, through the strengthening of family farming and the promotion of food and nutritional security (FNS). This article aims to present some reflections on the conception of FNS and the challenges of its promotion in the face of the rural development model adopted in the state of Maranhão. The reflections and analyses are based on empirical research with family farmers established in the community of Matinha, in the rural area of São Luís, inserted in the PAA. From a qualitative approach, between the years 2016 and 2018, the results of the research reveal that the PAA brought changes to commercialization, productive and income organization, but expresses some limits to facing difficulties expressed by family farmers.

Keywords: family farming; food security; Food Acquisition Program.

1. Introdução

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Brasil, na década de 1990, significou um marco para os agricultores familiares que durante muito tempo estiveram às margens da ação estatal do incentivo de políticas públicas voltadas para este segmento social. No caso do estado do Maranhão, a produção de base familiar confrontou-se com a lógica produtivista e setorial do

projeto de modernização conservadora no campo em que se expandiu com intenso vigor, especialmente no Sul do estado, tendência geral induzida por modelos de desenvolvimento de intervenção em áreas com grande suporte de recursos naturais. Essa lógica modernizante de desenvolvimento tem promovido o avanço do agronegócio em detrimento da agricultura familiar no estado, tornando ainda mais complexa a questão agrária. De acordo com o último relatório da Comissão Pastoral da Terra (2020), o Maranhão apresenta o maior número de ocorrências registradas 1.772, correspondendo a 137.515 famílias e, de modo particular, as populações indígenas e quilombolas mais afetadas.

O objetivo deste artigo é entender desafios e possibilidades da política de segurança alimentar, nomeadamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como instrumento de promoção do desenvolvimento rural local. Essa reflexão compreende o conceito de segurança alimentar e nutricional com base nos princípios de soberania alimentar. Segundo Burlandy e Maluf (2016), isso implica considerar as múltiplas concepções que englobam o conceito de segurança alimentar e os diversos atores sociais envolvidos em seu processo de construção, desenvolvimento e execução via políticas públicas. As considerações são baseadas na pesquisa empírica[2] realizada com os agricultores familiares da Associação de moradores e produtores rurais de Matinha-Maracanã, na zona rural de São Luís. A partir de uma abordagem qualitativa utilizou-se como instrumental técnico entrevistas semiestruturadas, observação participante e fontes secundárias.

A comunidade de Matinha está localizada próxima

a BR-135 na área periurbana a 18 km do centro de São Luís próxima dos bairros: Maracanã, Vila Sarney, Vila Esperança e Rio Grande, entre outros. Com aproximadamente 1.300 habitantes a sua principal atividade econômica é a produção da agricultura família, predominantemente do cultivo de hortaliças. É uma área cuja intervenção estatal é mediada pela política pública de segurança alimentar e nutricional, visando amenizar a pobreza rural, com o fortalecimento da agricultura familiar como estratégia para o desenvolvimento das potencialidades dos agricultores familiares no espaço rural, lugar de vida, moradia e trabalho.

2. A segurança alimentar e nutricional no Brasil: breves considerações

A construção social da segurança alimentar e nutricional no Brasil remonta à segunda metade dos anos 1980, como fruto da redemocratização do país. O impulso foi dado em 2003, com as políticas de enfrentamento da fome e a promoção da soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A SAN tem por base a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esses compromissos assumidos pelo Governo Federal, em 2003, tiveram por objetivo o combate à fome e à miséria no país. Isso significou a construção da agenda da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como uma política de Estado, com a participação da sociedade civil, definindo os marcos legais e institucionais, no efetivo cumprimento das obrigações relacionadas às normas jurídicas universais.

Em 2005, durante a Segunda Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, representantes da sociedade civil e do governo, diversos atores como nutricionistas e agricultores estabeleceram um entendimento sobre o conceito, através da Lei Orgânica de Segurança alimentar e Nutricional (LOSAN). Cabe sublinhar a importância da LOSAN na criação dos conceitos de SA e SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), que visavam garantir o acesso à alimentação adequada e saudável por meio de uma rede de articulações entre setores, atores e dimensões que compõem o sistema alimentar. Um sistema de políticas públicas que se diferencia de outros pelo espaço e peso atribuídos à participação social e pelo seu caráter intersetorial.

Nas últimas duas décadas, o ativismo da sociedade civil fez com que a segurança alimentar se tornasse uma agenda pública inovadora e fosse integrada na política de Estado e no campo de investigação científica nas universidades. Com a implantação e descentralização do SISAN, por meio dos conselhos nacionais, estaduais e municipais (CONSEAs) e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), o protagonismo da sociedade civil e o envolvimento do poder público no desenvolvimento e articulação de políticas para promover a SAN foi reforçada.

Apesar desses avanços, a partir do governo Temer (2017) e depois Bolsonaro (2018-2022), os avanços do direito humano à alimentação adequada e a promoção da segurança alimentar sofreram grande retrocesso, com diversas medidas governamentais que atingiram os direitos sociais e de alimentação. Essas ações afetaram precisamente os pilares

que garantem a luta contra a fome e a pobreza: instituições criadas ou fortalecidas nos últimos anos, programas sociais e participação social que inspiraram muitos países. Entre essas ações destaca-se a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), voltado para os agricultores familiares. Esse processo destinava-se a reunir a agricultura familiar e o agronegócio em um modelo único de agricultura brasileira. Além disso, a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) fragilizou o processo de governança proposto na criação do PAA e monitoramento das políticas de segurança alimentar e acirrou situações de fome e miséria em grande parte do estado do Maranhão, apresentando novos desafios às políticas do SAN.

Dados do 2° Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Maranhão (PLANESAN,2021, pg.28) sobre a segurança alimentar demonstram que, em 2017-18, 12,3% dos domicílios indicavam Insegurança Alimentar Grave (IAG). Isso significa cerca de 243.000 unidades domiciliares, a 3ª maior taxa percentual se comparada aos outros estados da federação, ficando atrás somente do Amazonas (14,2%) e do Acre (12,4%).

Observa-se que a maior parte dos números de domicílios com pessoas em situação de Insegurança Alimentar Grave (IAG), encontra-se nas regiões Norte e Nordeste., certamente devido aos conhecidos processos históricos que moldaram as dinâmicas populacionais de desigualdade social, as estruturas socioeconômicas e políticas do país. Os dados que evidenciam as discrepâncias também são essenciais para a formulação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no plano local. O combate à fome vai além do direito de comer,

pois é fundamental garantir o direito a condições mínimas de dignidade humana, o respeito ao acesso a bens e serviços essenciais à manutenção da vida, como a terra, o trabalho e a educação, com recursos que em tese deveriam ser garantidos pelo Estado.

3. A política de segurança alimentar no Maranhão: novos e velhos desafios.

O ano de 2020 destacou-se pela crise sanitária que se sobrepôs à crise econômica e política anterior, impondo a necessidade de monitoramento condição alimentar e nutricional no Maranhão e em todo o país. Em 2023, o retorno de Luis Inácio da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República trouxe mudanças significativas na esfera das Políticas de Segurança Alimentar através da recriação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Segundo a Secretaria Geral da Presidência (2023), o conselho é responsável por assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e no estabelecimento de diretrizes para garantir o direito humano à alimentação e integrar a ação governamental para atender populações sem meios para satisfazer suas necessidades básicas, em particular no combate à fome.

O CONSEA institucionalizou-se no Maranhão em 2003, pelo decreto 19.630. Similar ao nacional, o CONSEA-MA destina-se à realização de diversas ações, como as Conferências Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, em que são apresentadas e discutidas demandas da sociedade civil organizada em movimentos, associações, cooperativas, para a garantia de

direitos frequentemente violados. Simultaneamente, criou-se o Fórum Maranhense de Segurança Alimentar e Nutricional (FMSAN), com o objetivo de mobilizar, organizar, fortalecer e qualificar a sociedade civil em torno de questões de SAN. Os investimentos realizados na implantação e implementação de equipamentos públicos são mantidos com recursos do FUMACOP (Fundo Maranhense de Combate à Pobreza).

De acordo com o 2° Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Maranhão (PLANESAN, 2021, pg. 75), são considerados Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional: os restaurantes populares, as cozinhas comunitárias, as centrais de recebimento e distribuição de produtos da agricultura familiar, os centros de referência de SAN-CRESAN e os bancos de alimentos. Ainda de acordo com o PLANESAN (2021, pg. 75):

> Os equipamentos públicos são estruturas operacionais do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e constituem-se em espaços voltados para a promoção de SAN e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), através de compra e do apoio logístico à produção da agricultura familiar (dimensão estruturante); da distribuição de refeições saudáveis de forma gratuita ou a preços subsidiados (dimensão emergencial) e da formação dos usuários em conhecimento sobre alimentação adequada e saudável, por meio de eventos formativos em Educação alimentar e Nutricional (dimensão educativa).

A política de Segurança Alimentar e Nutricional no Maranhão executa ações de combate à fome, especialmente ações emergenciais por meio da entrega de alimentos às pessoas em situação de vulnerabilidade social, mas um dos problemas mais graves ainda são as condições estruturais, como os conflitos

territoriais, historicamente vivenciados pelas populações mais pobres, principalmente do meio rural. Este é um desafio à política de SAN, já que a promoção da segurança alimentar e nutricional depende do acesso à terra e uso sustentável dos recursos naturais para uma produção de alimentos saudáveis.

Segundo dados do Censo demográfico de 2010, o Maranhão possui proporcionalmente o maior contingente populacional vivendo na área rural do Brasil (36,9%). (2° PLANESAN, 2021, pg.21). Em relação à economia rural maranhense, Mesquita (2011, p. 51)) observa a convivência de várias "agriculturas":

> Esquematicamente teríamos uma agricultura tradicional (não capitalista) que alguns também classificam de itinerante, atrasada, subsistência, não capitalista ou simplesmente de agricultura familiar, conduzida por produtor não capitalista e direcionada à produção de alimentos básicos. E uma outra, comercial, patronal, empresarial, moderna (capitalista), sob forma de monocultura especializada/mecanizada e voltada para mercados específicos.

O autor salienta que à frente da agricultura familiar "tradicional" encontra-se o minifúndio, de posseiros e arrendatários e pequenos proprietários muito dispersos (desorganizados política e economicamente) e em contínuo processo de mutação em toda a extensão do estado, mas com expressão declinante na participação de área, quantidade colhida e valor da produção. Esta realidade pode ser constatada segundo os dados abaixo:

Tabela 1 - Evolução da área dos estabelecimentos agropecuários segundo Grupos de Área Total (em%) Maranhão (1985 a 2017)

GRUPOS DE ÁREA	1980	1985	1995	2006	2017
Menos de 10 ha	4,78	4,35	3,1	1,37	1,47
10 a menos de 100 ha	13,07	15,19	19,14	20,13	18,89
100 a menos de 1.000 ha	38,32	38,61	41,41	42,38	36,11
1.000 ha e mais	43,83	41,85	36,35	36,12	43,53
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Esses dados mostram que apenas os maiores estabelecimentos tiveram sua área total ampliada, o que indica o retorno da concentração de terra e o avanço do agronegócio sobre as terras dos agricultores familiares. No Sul do estado, desde a década de 1970, inseriu-se a produção da monocultura da soja e milho, inclusive transgênico. Esse processo teve resultados negativos para as populações tradicionais, acirrando os conflitos fundiários. Entre 2012 e 2017, verificou-se também a redução da produção de diversos alimentos que abastecem o mercado interno maranhense, como o arroz, feijão, banana, laranja, mandioca. Em contraposição, a produção de *commodities* (soja, arroz, milho) passou a predominar na economia rural maranhense e, junto com a pecuária, contribuíram significativamente para a degradação ambiental (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

Apesar dos desafios e limitações, as políticas de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento rural, como o PAA, já verificam alguns efeitos positivos na vida dos sujeitos de direitos (especialmente à alimentação adequada) que acessam o programa, ainda com entraves enfrentados pelos dos agricultores beneficiados.

4. O Programa de aquisição de alimentos como instrumento de desenvolvimento rural e local.

O PAA foi criado em 2003 como uma ação estruturante no Programa Fome Zero pelo governo Luís Inácio da Silva, visando articular a compra de produtos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar (distribuição de alimentos) para a população em vulnerabilidade social. Implementado em São Luís, no Maranhão, na modalidade compra e doação simultânea, estabelece uma intrínseca relação entre produção, compra e consumo efetivada pela Secretaria de Segurança Alimentar (SEMSA), que compra os alimentos dos agricultores e os doa para as famílias de baixa renda, atendidas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de vários bairros de São Luís.

A relação institucional estabelecida entre a comunidade de Matinha e a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (SEMSA) de São Luís, através do Programa Aquisição de Alimento, contribui com a logística de entrega dos produtos, como relatado por uma agricultora familiar da comunidade, *"a gente não precisa de atravessador, a gente passa os produtos por um preço justo e sem contar que incentiva também a produção coisa que ficou extinta durante muitos anos aqui no Brasil, a questão da produção*" (AF, Associação de Moradores e Produtores Rurais de Matinha, CORRÊA, 2018; CORREA E BARBOSA, 2018).

O PAA é um importante mercado institucional para os agricultores familiares venderem seus produtos, pois enfrentam obstáculos para a inserção dos produtos nos mercados, como as feiras livres, em função de custos de escoação dos produtos. Sem transporte próprio para levar as mercadorias até as feiras

nos bairros urbanos de São Luís, muitas vezes vendem seus produtos aos atravessadores por preços inferiores aos seus custos. O aumento da produção dos alimentos também fica comprometida pelo baixo valor recebido dos programas, anualmente R$ 6.500, insuficientes para bancar o suporte técnico e de infraestrutura, devido ao difícil acesso à estrada de escoamento da produção, principalmente no inverno.

As estruturas físicas e humanas são importantes para aumentar a renda das famílias rurais e a autonomia dos programas, mas a educação é fundamental para impulsionar a participação democrática no acesso às políticas públicas. Por isso, o baixo nível de escolaridade de alguns agricultores também é um dos entraves para o acesso ao programa:

> Tem a questão financeira, de banco aí a gente percebe que tem muito agricultor que tem certa dificuldade de lidar com essas questões financeiras, bancárias, tem muitos agricultores que ainda não são letrados, então isso é um fator que pesa muito. Às vezes também o cartão que nunca veio, tem muitos agricultores que ainda não receberam seus cartões, sendo que pra essa etapa tem um prazo. E quando começar tem uma outra remessa com outros agricultores. (AF, Associação de Moradores e Produtores Rurais de Matinha; CORRÊA,2018; CORRÊA e BARBOSA, 2020).

Consumidores cadastrados no CRAS, no bairro do Anjo da Guarda, em São Luís-MA, afirmam que o programa lhes trouxe mais qualidade de vida pelo consumo alimentos saudáveis. Sobre a entrega dos alimentos, uma entrevistada afirmou*: "o Programa é ótimo. Assim, tá fazendo um ano que a gente recebeu se fosse uma vez por mês seria melhor né"* (BC, CRAS do Anjo da Guarda, CORRÊA,2018; CORRÊA e BARBOSA,

2018 e 2020).

Observa-se então que a inclusão social por meio do PAA esbarra em alguns limites devido a fatores sociais e de produção, como a falta de crédito para adquirir sementes e adubos, as poucas condições de infraestrutura nas áreas de produção, transporte e extensão, evidenciando a necessidade de políticas governamentais mais eficientes. Com elas, o desenvolvimento local seria um exercício de cidadania, não se restringindo ao atendimento das demandas sociais básicas, mas com a perspectiva de geração de renda e redução das desigualdades sociais, para transformar as dificuldades e os obstáculos em oportunidades (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

5. Considerações gerais

A pesquisa de campo mostrou que o PAA inclui elementos para a compreensão de que a agricultura familiar desempenha um importante papel para o desenvolvimento rural local, principalmente para um desenvolvimento social e econômico mais equitativo.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) busca garantir condições de acesso e baixos custos dos alimentos básicos (Maluf, 1994). Mas, mesmo promovendo a integração social e produtiva de pequenos produtores rurais, o programa não dispõe de suporte financeiro para o atendimento de maior número de agricultores.

Seria necessário a promoção de políticas públicas com maior capacidade de inclusão, com intervenções para a geração de emprego e renda, a partir de um modelo de desenvolvimento rural capaz de assegurar o direito de permanecerem em seus territórios, de produzir e reproduzir condições mais saudáveis de vida.

REFERÊNCIAS

BURLANDY, L; MALUF, R. S. (2016). Soberania Alimentar: dimensões de um conceito em construção e suas implicações para alimentação no cenário contemporâneo. In: Taddei, J. A. et al (Orgs.). **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Rubio, 2ª ed., p. 387-394.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.

CORREA, B. S. **O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA:** implicações socioeconômicas junto aos agricultores familiares da comunidade de Matinha-zona rural **de São Luís.** Dissertação de mestrado-Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

CORREA, B.; **Barbosa**, Z. M. (2018). **O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA:** implicações socioeconômicas junto aos agricultores familiares da comunidade de Matinha-zona rural de São Luís**.** Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n.º 14 (setembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 159- 177.

_____. **Mercado Institucional e Políticas Territoriais:** a experiência dos agricultores familiares da comunidade de Matinha na zona rural de São Luís/MA**.** Redes (St. Cruz Sul, Online), v.25, Ed. Especial 2, p.2185 - 2202, 2020.

_____. **Secretaria Geral da Presidência.** disponível em:

https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea. Acesso: 29/10/2023.

_____. CPT. **Conflitos no campo**. Brasil, 2020. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT nacional, 2021.

_____. IBGE. **Censo Agrocpecuário**, 2017. Disponível em: www.ibge.gov.br.

_____. IBGE/SIDRA. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE,2019. in: **II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Maranhão**. São Luís: Tiragem,2021.

_____. **II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Maranhão**. São Luís: Tiragem,2021.

MALUF, R. S. **Políticas de segurança alimentar**: definições, determinantes e o papel do MAARA. Rio de Janeiro: IICA/ MAARA, 1994.

_____. **Segurança alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina:** o caso do Brasil. Revista de Economia Política, vol. 15, nº 1 (57), pp. 137-143, janeiro-março/1995.

_____.. **Segurança alimentar e nutricional**. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MESQUITA, B. A. **O Desenvolvimento Desigual da Agricultura:** a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís: EDUFMA, 2011.

Estratégias de resistências sociais das comunidades Jambuca e Batista, Maranhão, Brasil

Lohanne Caroline Correia Domingues[1]

RESUMO

Este artigo publiciza as estratégias de resistências sociais acionadas pelas comunidades Jambuca e Batista em Campo de Perizes, Bacabeira, em defesa de sua territorialidade frente ao avanço do Capital no Maranhão. Apresentam-se as ofensivas que ao longo dos anos interferem na reprodução cotidiana dos moradores locais, nos usos dos espaços e nas relações sociais, bem como na vida tradicional e nos meios de aprovisionamento. O corpo metodológico da pesquisa se constitui de bibliografia documental e empírico, através da realização da pesquisa de campo com apoio de caracterização socioespacial das comunidades, levantamento fotográficos e entrevistas com agentes envolvidos direta ou indiretamente no conflito pelo território. Constata-se que a dinâmica da resistência está na própria organização interna das comunidades, articulada entre os moradores a partir do cotidiano e que vem sendo acionada ao longo dos anos em defesa da territorialidade já consolidada em Campo de Perizes.
Palavras-Chave: conflito socioambiental; territorialidade; resistência social; Campo de Perizes, Maranhão.

ABSTRACT

STRATEGIES OF SOCIAL RESISTANCE OF THE JAMBUCA AND BATISTA COMMUNITIES, MARANHÃO, BRAZIL

This article publicizes the social resistance strategies used by the Jambuca and Batista communities in Campo de Perizes, Bacabeira, to defend their territoriality against the advance of capital in Maranhão. The attacks that have interfered over the years in the daily reproduction of local residents, in the use of spaces and social relations, as well as in traditional life and the means of provisioning, are presented. The methodological body of the research consists of documentary and empirical bibliography, through field research with the support of socio-

spatial characterization of the communities, photographic surveys and interviews with agents directly or indirectly involved in the conflict over territory. It was found that the dynamics of the resistance lie in the very internal organization of the communities, articulated between the residents on a daily basis and which has been activated over the years in defence of the territoriality already consolidated in Campo de Perizes.
Key-Words: socio-environmental conflict; territoriality; social resistance; Campo de Perizes, Maranhão.

1. Introdução

Como todo espaço colonizado, o território do Maranhão possui um histórico marcado por violentos momentos de barbáries. O primeiro refere-se aos sangrentos massacres de povos indígenas que se seguiram à chegada dos brancos europeus (CABRAL, 1992), violência estendida ao segundo momento, de escravização de povos africanos e de seus descendentes (PEREIRA, 2001), povos violados em suas condições humana, cultural e econômica. Ainda que diante dessas violências, sejam índios ou negros, os escravizados nunca se sujeitaram à escravidão pois, mesmo que parecessem passivos, articulavam estratégias para resistir (SILVA; SANTOS, 2020).

Assim, são trajetórias de lutas desde tempos mais remotos que contribuíram para conquistas de passos do presente. É válido concordar com as autoras Silva e Santos (2020, p. 11) quando afirmam que "nenhuma luta é tão antiga que não possa sentida no presente. Lutar se refere a um verbo insubmisso". No Brasil, na Região Amazônica brasileira, povos e comunidades tradicionais resistem no presente

dando seguimento a lutas travadas desde tempos mais remotos. São lutas que vem garantindo suas existências mesmo com as graves ameaças devido ao avanço da fronteira de expansão da produção capitalista na região.

O objetivo deste artigo é publicizar as estratégias de resistências sociais mobilizadas pelas comunidades de Jambuca e Batista em defesa de suas territorialidades frente ao grande avanço do Capital no município de Bacabeira, onde o território é ponto de partida de luta travada entre diferentes lógicas de usos e apropriação da terra.

Em Bacabeira, o Campo de Perizes é atravessado por toda essa infraestrutura de logística que facilita o escoamento da produção no estado até o Porto do Itaqui. É também uma área bastante afetada pela extração de madeira, atividades de mineração, pedreiras e caça ilegal -atividades que colocam em risco toda uma biodiversidade existente no lugar. Com alta predominância de manguezal e com acesso a rios e ao mar, Campo de Perizes é um território provedor de recursos para a reprodução de diversas famílias, como as das comunidades de Jambuca e Batista, que retiram os seus meios de aprovisionamento do local, e para outros grupos sociais que também utilizam periodicamente as áreas dos campos.

Campo de Perizes contempla processos de territorialização diante de diferentes grupos sociais com demandas e interesses em sua apropriação, sobretudo como fonte de recursos naturais e de estoque de terra. De um lado, há as comunidades rurais que constituíram as suas territorialidades nos campos e valoram a sua importância cotidianamente, pois é fonte de trabalho, aprovisionamento, da família e da vida, a exemplo, Jambuca e Batista. De outro

lado, há a territorialização do Capital, legitimado pelo próprio município e pelo Estado regulador de leis e normas, que destina esse território a uma Zona de Expansão de Negócio para receber médios e grandes empreendimentos, acarretando um um conflito de usos que se desdobra em discursos e ações de "modernização" e "desenvolvimento", travando processos de dominação e resistências.

O corpo metodológico do artigo está estruturado em bibliografia documental: publicações científicas, documentos e relatórios, e na própria pesquisa direta, efetivada através da pesquisa de campo com levantamentos cartográficos (mapas coletivos organizados pelos próprios moradores) e fotográficos, e entrevistas com os moradores.

Diante das ofensivas provenientes do avanço do Capital, depreende-se que os moradores se mobilizam na luta e acionam repertórios de resistência na tentativa de preservar a sua reprodução de vida, manter e defender os seus territórios, pois assim estão defendendo a sua sobrevivência e tudo aquilo que lhes confere significado, e também sendo guardiões do território de Campo de Perizes que contribui para a reprodução de outras famílias.

2. A dinâmica do avanço do Capital em Bacabeira-MA e suas ofensivas

Nas últimas décadas do século XX, o mundo passou por diversas mudanças; entre elas, as transformações sociais, econômicas e territoriais. Nesse cenário, como explana Oliveira (2015), o neoliberalismo e a globalização são protagonistas no

processo de reordenação territorial do capitalismo mundial. Para o autor, o mundo nunca mais foi o mesmo depois de 1970, pois a classe burguesa impôs o seu domínio, em nível mundial, por meio da construção de uma consciência mundial fundada em cooperação e alianças entre as classes nacionais.

Neste caso, o Estado teria clara posição do lado de financistas detentores de poder e de Capital, agindo como um "facilitador", principal agente do direcionamento de políticas de acumulação por espoliação. O "Estado espoliador", para Rodrigues (2018), não é só um incentivador do discurso desenvolvimentista, do progresso, mas também atua como jogador e regulador, garantindo meios que legitimem conflitos ou mesmo contextos de violência, incentivando o uso de arma de fogo em territórios indígenas, expulsando coletividades humanas de seus locais de reprodução de vida, com violências físicas, demolição de moradias e assédios nas negociações.

Como espoliador, o Estado favorece determinados grupos hegemônicos de classe na dinâmica internacional do capital financeiro e facilita toda uma infraestrutura espacial global para favorecer fluxos de mercadorias -fluxos econômicos traduzidos na exportação de *commodities*. Para conseguir essas benfeitorias, viola territórios, corpos, direitos humanos e étnicos a fim de legitimar, facilitar e defender interesses particulares de agentes alinhados à lógica do próprio Estado (RODRIGUES, 2018).

No Maranhão, o Estado teve papel fundamental como mediador na condução de interesses do Capital e das oligarquias locais para favorecer a inserção da expansão do agronegócio a partir dos anos 1990 (BARBOSA et al., 2011). O contexto sociopolítico da época contava com o grupo

oligárquico que detinha poder por mais de 40 anos e, apoiado nas políticas do Governo Federal, inseriu o Maranhão na rota do Capital mundial.

Com o avanço cada vez mais predatório do agronegócio no Maranhão, o Estado passou a ter grande importância no cenário de exportação do minério de ferro, do petróleo e derivados e da soja, principais produtos exportados, segundo dados de 2022 da ANTAQ (BRASIL, 2022a). Isso exige que o estado possibilite o escoamento de produtos para várias partes do mundo, como China, EUA, Europa e Ásia (ARCANGELI, 2020). Para tanto, as infraestruturas de transporte (ferrovias, rodovias, complexo portuário, hidrovias etc.) se fazem necessárias e estão sempre na agenda estatal, federal ou estadual, para novas instalações, manutenções ou ampliações.

No Maranhão, a territorialização do Capital avança desenfreadamente em territórios consolidados por coletividades humanas, interferindo em suas condições de reprodução de vida, organizações religiosas, manifestações culturais, nos seus modos do uso e na própria territorialização de pescadores artesanais, quilombolas, povos indígenas e pequenos agricultores.

Os empreendimentos instalados nesses locais, inseridos na dinâmica capitalista em expansão, resultam em diferentes tensores que fragilizam a vida humana, o meio ambiente e as cosmografias que envolvem territórios de povos e comunidades tradicionais. As cosmografias são, na perspectiva de Little (2004), os saberes criados coletivamente e historicamente situados dentro de um grupo social para se manter e estabelecer em seus territórios.

Com os projetos de infraestrutura e logística voltados

para Campo de Perizes, bem como atividades ligadas à mineração e extração de madeira, inúmeros problemas ambientais e sociais se evidenciaram, como a insegurança na posse da terra, pesca predatória, extração de recursos naturais fora da época adequada, caça ilegal, queimadas e até ameaça da possibilidade de futuros grandes empreendimentos no território, que está inserido em uma área de negócios, com estrutura de rodovias e ferrovias direcionadas ao Porto do Itaqui.

É nesse cenário que as comunidades de Jambuca e Batista vivem cotidianamente os efeitos dos impactos que toda essa estrutura de atividades dos projetos desenvolvimentistas causam em sua reprodução de vida. Através de entrevistas com os moradores das comunidades sobre os grandes empreendimentos voltados ao município de Bacabeira, foi possível identificar diferentes problemas apresentados por eles, destacando-se os problemas sociais, ambientais e de saúde pública.

Sobre os problemas sociais, percebe-se o medo diante da forma como os empreendimentos chegam às comunidades, retirando o que até então era sossego e ameaçando a posse da terra das famílias. Entendem que o município precisa se desenvolver, mas que esses empreendimentos sempre trazem algo prejudicial e chegam sem consultá-las.

Fortes atividades extrativistas nas comunidades de Jambuca e Batista, e a complementação de renda de muitos moradores, a pesca e a cata do caranguejo, passaram por grandes fragilidades após a duplicação da BR-135 e da Ferrovia Carajás, pois a venda desse excedente ficou quase inexistente. No passado, os pescadores tinham barracas na

beira da estrada, onde vendiam peixes, sururu e caranguejo diretamente ao consumidor final, mas atualmente a venda direta diminuiu e a relação com atravessadores aumentou. Com a instalação da duplicação, áreas de plantio de arroz foram eliminadas, aumentou o índice de morte de animais, acarretou a inexistência de acesso seguro para a travessia e o agravamento da poluição ambiental, que atinge mangues e igarapés, interferindo diretamente nos diferentes meios de aprovisionamento das famílias locais.

A moradora J.S. comenta que: "Quando se fala de impacto ambiental o que mais causa é a ferrovia da Vale S/A, o caranguejo que a gente tira aqui vem só minério, o peixe, tudo", pois os vagões não têm nenhuma proteção que impeça o minério transportado de cair. Sendo assim, todo material que cai no perímetro da ferrovia penetra no solo e se espalha pelos campos alagados, principalmente em períodos de chuva.

Evidencia-se então a discriminação do ponto de vista social e também ambiental, transformando diversos locais em "zonas de sacrifícios". Baseada em fatores como raça e classe social, cria um quadro de racismo ambiental, impondo rejeitos perigosos às "comunidades de cor". Entre os fatores que explicam tal imposição, tem-se: disponibilidade de terras baratas em comunidades de minorias; falta de oposição das populações por fraqueza organizativa ou carência de recursos políticos; falta de mobilidade espacial das minorias devido à discriminação residencial; sub-representação das minorias em agências governamentais responsáveis por decidir a localização dos rejeitos (ACSELRAD, 2002).

Os impactos do "desenvolvimento" (representado pelos megaempreendimentos industriais e de infraestrutura)

ocorrem de maneira tão profunda que, em oposição ao "desenvolvimento" e à "modernidade", suscitam resistências (ESCOBAR, 2014). Dessa maneira, as comunidades locais acionam os seus recursos materiais e culturais para resistir ao choque com o desenvolvimento e a modernidade, pois trata-se do enfrentamento das comunidades pela terra e condições de vida.

Nesse contexto, como sujeitos políticos e de direitos, as comunidades de Jambuca e Batista buscam mecanismos de articulação para além dos limites dos seus territórios. Mobilizam com outros diretamente afetados pelos empreendimentos e também com não afetados, mas que atuam nas mesmas reinvindicações, unindo forças e formando um verdadeiro "mutirão de resistência".

3. "Morar aqui é viver": ações de resistência (contra-ofensivas) mobilizadas pelas comunidades Jambuca e Batista na luta pela sua existência

Há mais de 40 anos em Campo de Perizes, as comunidades Jambuca e Batista se auto reconhecem como comunidades ribeirinhas, pois apresentam uma forte relação e dependência do meio natural e de como essa relação estrutura seus modos vida. Trata-se de um território onde o grupo social verdadeiramente se reproduz social, cultural e economicamente. No mapa elaborado pelos moradores locais, observa-se que a relação com a natureza envolve o cotidiano, favorece a autonomia e a reciprocidade, com espaço para relações de mercadoria (Mapa 01).

Mapa 01. Localização das comunidades Jambuca e Batista.

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

Na imagem acima, os moradores identificam seus territórios e seus principais locais gerados de fontes de aprovisionamento e renda, características de extrema importância para as suas vidas e para o território. A grande presença de pontos de coleta de caranguejo e de pesca representa a forte ligação que os moradores têm com a terra e como dependem dela.

> Pra mim aqui, a vivência, a sobrevivência daqui é tudo. Não tem lugar no mundo que supere este lugar. Aqui a gente não vai ali no centro comprar 1kg de comida, a gente como tudo é daqui, daqui a gente tira o peixe, tira o camarão, tira o caranguejo, tem a galinha, tem o porco, tem o gado, então tudo o que a gente quer, a gente tira deste lugar e a calmaria também, aqui é calmo, aqui você pode dormir de portas abertas, pode deixar a casa aí e sair, do jeito que tu deixa, tu volta, tu acha. (A.M.P.S., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em abril/2021).

A relação entre coletividades humanas tradicionais e a natureza resgata novamente a noção do território, onde uma sociedade determinada garante a todos ou a uma boa parte de seus membros direitos de controle, uso, acesso sobre a totalidade dos recursos naturais disponibilizados nesse espaço. Portanto, o território não depende apenas do seu meio físico, mas sobretudo das relações sociais existentes nele (DIEGUES, 2008). O autor classifica os diferentes fornecimentos que essa natureza proporciona ao homem: a priori, a própria natureza do homem como espécie, além dos meios de subsistência, meios de trabalho e produção e meios de produzir aspectos materiais de relações sociais -por exemplo, compondo relações de parentescos.

O mangue, o mar, o rio e as valas, para essas famílias, representam fonte de vida, pois é deles que retiram o seu alimento de base, o peixe, o caranguejo, o camarão, o sururu e demais mariscos ou crustáceos. O extrativismo animal é a principal atividade das comunidades, que além de fonte de aprovisionamento, é também símbolo de representações culturais, como o Festival do Caranguejo e até alternativa para o lazer dos moradores.

Assim, observa-se que as comunidades de Jambuca e Batista possuem uma ordem social representada pela sua própria cultura, em que o modo de vida é pautado principalmente nas relações familiares, festivas, mútuas e recíprocas mantidas no cotidiano. Por outro lado, diante da territorialização do Capital, vivem ameaçadas em sua própria existência.

Em 2015, quando se discutia a instalação da siderurgia em Bacabeira, na área que engloba as comunidades de

Jambuca e Batista, o então vice-governador em exercício, Carlos Brandão (atual governador do Estado), relatou em entrevista que o Maranhão é visto como terra de oportunidades; e por isso a necessidade de realizar missões institucionais para atrair investimentos. Ocorre que muitas dessas terras de "oportunidades" são oportunidades de vida e aprovisionamento de distintas famílias rurais espalhadas pelo Estado e que se deparam com processos de conflitos diante de uma lógica de desenvolvimento colonialista que tenta aniquilar coletividades humanas e territorialidades, confrontando diferentes usos e processos de territorialização, disfarçados no discurso de superar o "atraso" pela "modernidade".

Umas das primeiras formas de resistência coletiva de Jambuca e Batista foi o contato com a comunidade de Santa Quitéria, povoado rural de Bacabeira, que também já tinha repertórios na luta por seu território. Esse contato possibilitou o direcionamento das famílias de Jambuca e Batista à assessoria jurídica da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB-MA).

Com o apoio da assessoria, foram analisados os decretos e o processo de desapropriação em que se depararam com indenizações discrepantes para diferentes atores sociais envolvidos nesse conflito. De um lado, o Governo do Estado indenizava em milhões empresários de diferentes localidades do país, a saber: empresa imobiliária de Pernambuco, empresário do Maranhão, chineses com residência em São Paulo e empresários do Rio Grande Norte, figuras que, até então, ninguém ouvia falar ou já tinha visto pela região. De outro lado, para os moradores, sobraram indenizações que

variavam de R$ 600,00 a R$ 38.850,00[2].

Além de análise dos processos, as comunidades, junto à CDH da OAB, organizaram audiências públicas sediadas tanto nas comunidades quanto na sede de Bacabeira. No dia 24 de maio de 2016, foi realizada uma audiência pública na Igreja Católica localizada em Bacabeira, que contou com a presença de famílias de Jambuca e Batista, representantes do Governo do Estado e pescadores associados que trabalham em Campo de Perizes.

Os processos de resistências pelo existir resultaram na possibilidade de agregar parceiros que pudessem unir força à luta e tentar conseguir meios de trazer o conflito para a arena pública. Além da aliança com a CDH da OAB-MA, agregaram-se mais duas entidades, a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA) e a Comissão Pastoral da Terra (CTP). Essas entidades, junto às comunidades de Jambuca e Batista, foram as responsáveis por grande parte das mobilizações sociais. Na sede da Associação de Moradores de Campo de Perizes-AMOCAMPE, aconteciam também audiências e reuniões internas entre eles.

A CDH da OAB-MA e as comunidades conseguiram articular, junto à DPE-MA (Núcleo de Moradia) e à CPT, audiências públicas para discutir o processo de desapropriação com a sociedade civil e entes representativos do Estado, ou seja, procuram a via de garantir a visibilidade do conflito e deixar a sociedade civil a par de tudo o que vinha acontecendo, levar a discussão para arena pública. Além disso, organizaram

2 Informações que constam no processo de desapropriação com caráter urgente na imissão da posse, de nº 397 93.2016.8.10.0115.

atos de manifestação na BR-135, onde paralisaram o trânsito e chamavam a atenção com cartazes.

A DPE-MA, juntamente à OAB e à CPT, conseguiu mobilizar os moradores e a imprensa (TV Brasil e TV Guará) para dar ainda mais visibilidade ao conflito e pressionar as autoridades. Nesse contexto, vários moradores puderam dar o seu depoimento sobre como estavam enfrentando a situação, o que vinha ocorrendo de fato com eles, e expondo a situação de suas vidas antes da ação de desapropriação.

Ainda nessas reuniões e audiências realizadas no ano de 2016, a CDH da OAB-MA solicitou uma Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pela DPE-MA, em que exigia do Estado um Plano de Reassentamento dos moradores, com participação popular na elaboração, bem como a reavaliação das indenizações, visto que se tratava de valores ultrajantes para os posseiros.

A siderurgia chinesa não se efetivou, mas as ameaças ao território e à vida das famílias dessas comunidades continuaram. Como diz a moradora A.M.S.: "a gente não pode parar de lutar, porque as empresas, elas não param", e foi assim que, desde 2016, a empresa EDP Energias do Brasil começou os primeiros contatos com as comunidades, desencadeando mais uma ameaça as comunidades:

> Nós tivemos uma grande luta também com essa EDP que é essa empresa do linhão que tá passando agora. Eles vieram em 2016 fazer umas pesquisas e em 2017 eles vieram com uma proposta que não deu certo, voltaram, então agora eles vieram de novo e a gente fica assim preso, porque uma andorinha só não faz verão e a gente quer muito que as comunidades, que se chegar lá vamos nos reunir porque se uma

> comunidade lá na frente não aceitar e as daqui não aceitar eles não podem passar, mas quando uma comunidade aceita aí eles vêm com o trator. (A.M.P.S., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em abril/2021).

Conforme relatos dos moradores, as áreas em que eram coletados caranguejos foram aterradas e houve um desaparecimento drástico das espécies nas regiões próximas às torres de alta tensão, visto que foi necessário aterrar todo o trajeto por onde a linha passaria. De acordo com o relatório de estudo de Campo de Perizes solicitado pela EDP em 2020, consta que, através do EIA elaborado para a nova LT, uma série de impactos foram avaliados sobre o meio biofísico do campo, afetando consequentemente a vida dos moradores, tais como: impactos em águas superficiais, no solo, na qualidade do ar, na vegetação, na fauna e em atividades econômicas, além de serviços públicos, tanto no processo de instalação das linhas de transmissão, quanto na sua operação.

Nesse aspecto, uma das principais alterações decorrentes de uma LT é que são impostas restrições ao uso do território na faixa destinada à instalação para funcionamento e manutenção do sistema, que se refere à faixa de domínio desse tipo de empreendimento. Isso implica diretamente a territorialização dessas comunidades rurais que já tinham uma relação e apropriação estabelecida com a terra.

Um outro fator a ser destacado foi a relocação de uma moradia que se encontrava na área de faixa de domínio da LT. A empresa EDP Energias do Brasil também indenizou as famílias de Jambuca com valores diferentes para a reforma das moradias locais. Esse ato, para os moradores, foi uma forma

de compensação dos impactos no processo de instalação das LTs.

Diante desses acontecimentos, as famílias que constituem essas duas comunidades se apresentam em posição de alerta e desconfiança com qualquer agente externo que tente aproximação. É uma reação cautelosa frente a tantas promessas e discursos falaciosos. É, assim, uma forma de resistência também.

Na compreensão de Scott (2013), tanto as práticas cotidianas quanto os movimentos sociais são formas de resistência. A resistência dos camponeses pode ser caracterizada como uma infrapolítica, ou seja, está atrelada a tudo aquilo que não é visível, que está intrínseco na organização do grupo no cotidiano. Trata-se ainda de uma luta discreta, que por vezes parece ser passiva, mas não é, pois possui o potencial de revolta e de alcançar conquistas políticas, sobretudo por ser organizada, compartilhada e articulada entre os integrantes de um grupo social em condições de subalternidade.

Então, é uma luta pela territorialidade, onde reagem de maneira antagônica aos projetos industriais desenvolvimentistas. Na perspectiva de Fabrini (2006), essa luta pode ser caracterizar como uma luta de escala local, ou seja, aquela não hegemonizada por movimentos sociais, localizada no território, sem alcance nacional ou internacional. Ocorre na terra e pela terra, acionando distintos repertórios de enfrentamento. É uma resistência que perpassa pela forma de viver, de se organizar, da reprodução do cotidiano, laços familiares e de vizinhança e ações coletivas localizadas, ensaiando um possível movimento social futuro, contribuindo para a autonomia e o fortalecimento político.

Além disso, os moradores de Jambuca e Batista organizam-se e articulam forças para enfrentarem diferentes níveis de impactos, por exemplo, para a proteção dos territórios diante da grande e ameaçadora poluição produzida, principalmente pela Vale S/A. Os moradores se autodenominam "guardiões" do território de Campo de Perizes, pois sabem a importância para eles e para tantas outras famílias que utilizam o local para trabalho ou mesmo aprovisionamento. Por isso, é possível identificar que a luta perpassa também por temas ecológicos, ambientais e colocam em pauta demandas de serviços públicos para as comunidades.

Além disso, procuram sempre se organizar como Associação de Moradores para colocar em pauta as suas demandas de serviços públicos e políticas públicas para o benefício próprio das comunidades, como escola para idosos, creche, atendimento com agente de saúde, espaços de lazer, recreação e ponto comercial comunitário. Através das reuniões, conversam sobre problemas internos, sonhos e anseios para o futuro.

Para alguns dos moradores entrevistados em campo nas comunidades de Jambuca e Batista, morar em seu território é sinônimo de viver, quando o Sr. V.A.C afirma "morar aqui é viver" e que não há outro lugar que se compare ou que o supere e, ainda, "que não tem preço, não tem nada, não tem desafio nenhum" que os façam deixar a terra. Essas expressões e reflexões nos apresentam as percepções, a importância e o pertencimento do território para as famílias que ali habitam e r/existem cotidianamente.

4. Considerações gerais

Este artigo se propôs a publicizar as lutas, estratégias de resistência e organização política das comunidades de Jambuca e Batista, em Campo de Perizes, Bacabeira, na esperança de contribuir para que outras comunidades empreendam as suas lutas, mobilizações e estratégias de resistências por seus territórios diante de problemas e ameaças do avanço do Capital, representado por megaprojetos de industriais e de infraestrutura de logística para aumentar a sua circulação e acumulação.

O enfrentamento das famílias de Jambuca e Batista às adversidades produzidas pelos empreendimentos industriais em seu território se apresentam de forma direta e indireta. Direta porque houve ações de resistência que os levaram a fazer alianças com entidades (CPT, CDH da OAB MA e DPE-MA), organização de audiências públicas, reuniões, manifestações na BR-135, com cartazes, enfrentamento direto com representantes da empresa EDP que expulsou comunidades, exigência de novo Relatório de Impacto Ambiental etc. Indireta porque as suas estratégias de resistência perpassam por sua própria reprodução da vida e pelo próprio ato de se autodefinirem como comunidade tradicional, desdobrando-se em resistir para existir.

Jambuca e Batista têm mais de 40 anos de resistência no território de Campo de Perizes, que deixa de ser apenas um trajeto de saída e entrada para a capital São Luís, o lugar onde se tem a rodovia BR-135 e Estradas de Ferro ou mesmo apenas vegetações. Em sua essência, é fonte de aprovisionamento de diversas famílias que possuem relação com a natureza como

extensão da moradia, voltada para a satisfação da vida, e não como mercadoria. As famílias locais se consideram guardiãs dos Campos e, por isso, partem do entendimento de que é um território de todos e que deve ser cuidado, preservado e não comercializado, o que explica o porquê de não venderem lotes para pessoas externas, mas cederem para moradores e familiares das comunidades. A propriedade aqui se dá no uso, não em uma documentação.

Constata-se que a dinâmica da resistência de Jambuca e Batista está na própria organização interna das comunidades, fortalecida nas relações sociais, culturais e materiais reproduzidas cotidianamente. São famílias que seguem se impondo como sujeitos políticos, de direitos e que exigem o reconhecimento e respeito por suas territorialidades construídas em Campo de Perizes.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 5, p. 49-60, 2002.

ARCANGELI, Saulo Costa. **Cajueiro:** a luta de uma comunidade pelo direito de existir. São Paulo: Sundermann, 2020.

BARBOSA, Zulene Muniz et al. O global e o regional: grandes projetos, desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais** (…). São Luís: UFMA, 2011.

BRASIL. Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Dados sobre portos**. Estatístico Aquaviário 2.1.4. Brasília, DF: ANTAQ, 2022a. Disponível em: http://ea.antaq.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=painel%5Cantaq%20 %20anu%C3%A1rio%202014%20-%20v0.9.3.qvw&bookmark=Server\BM01 97_040252287&host=QVS@graneleiro. Acesso em: 10 jun. 2022.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: Sioge, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2008.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del desarrollo**. 2. ed. Popayán: Universidad del Cauca, 2014.

FABRINI, João Edmilson. **A escala da luta e resistência camponesa**. Geosul, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 63-91, 2006.

MARANHÃO. Tribunal de Justiça do Maranhão. **Processo nº 397-93.2016.8.10.0115**. Ação de desapropriação com pedido de imissão na posse. Requerente: Estado do Maranhão. Requerido: Agronel Agronegócio Empreendimentos Industriais Ltda. e outros. Juíza: Karine Lopes de Castro, 11 fev. 2015b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo**: o lugar mundial da agricultura brasileira. GEOUSP: Espaço e Tempo, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 228-244, 2015.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso**: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista. 2001. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. **O Estado a contrapelo**: lógica, estratégias e efeitos de complexos portuários no oeste do Pará. 2018. 361 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do

Pará, Belém, 2018.

SILVA, Anacleta Pires da; SANTOS, Dayanne da. **Terra de encantados**: a luta pela permanência no território quilombola de Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/MA). São Paulo: Hucitec, 2020.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra livre, 2013.

POLÍTICAS HABITACIONAIS: o trabalhador, a moradia e atuação da Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB-MA) em São Luís (MA).

Lara Serra Pinto de Alencar[1]

Resumo

Este estudo analisa a atuação da Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB-MA) como política habitacional e seus impactos no espaço urbano da cidade de São Luís. No contexto histórico, político e econômico brasileiro, a COHAB-MA atuou em São Luís do Maranhão também como estratégia econômica do Regime Militar. O trabalho visa apresentar a problemática da moradia, a partir das primeiras políticas de habitação social implementadas de forma muito singela na cidade. São apresentados dados quantitativos e qualitativos da atuação da COHAB, fundamentais para a compreensão da atual necessidade de uma melhor política habitacional no Estado do Maranhão.
Palavras-chave: Companhia de Habitação do Maranhão; política habitacional; habitação social.

Abstract

This study analyzes the performance of the Popular Housing Company of Maranhão (COHAB-MA) as a housing policy and its impacts on the urban space of the city of São Luís. In the Brazilian historical, political and economic context, COHAB-MA also acted in São Luís do Maranhão as an economic strategy of the Military Regime. The work aims to present the problem of housing, from the first social housing policies implemented in a very simple way in the city. Quantitative and qualitative data of COHAB's performance are presented, fundamental for understanding the current need for a better housing policy in the State of Maranhão.
Keywords: Maranhão Housing Company;housing policy; social housing.

1 Arquiteta e Urbanista, Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, bolsista técnica PPDSR– Universidade Estadual do Maranhão, Brasil.

1. Introdução

A crise habitacional brasileira ainda é um dos grandes desafios a serem vencidos. Os séculos XIX e XX foram marcados por vários aspectos do desenvolvimento industrial no Brasil, promovendo uma forma desordenada de crescimento das cidades e, consequentemente, um grave problema habitacional. Nesse período, a classe trabalhadora aglomerava-se em cortiços, sub-habitações sem as mínimas condições sanitárias (BONDUKI, 2004).

Para amenizar esse cenário caótico, o poder público iniciou uma série de obras de caráter higienista nas cidades brasileira, buscando ao mesmo tempo fornecer saneamento básico e embelezamento das áreas urbanas. A questão habitacional começou a ser discutida de forma muito tímida. O ponto central era extinguir as "sub-habitações" e buscar soluções higiênicas para as moradias das classes mais pobres (RUBIN, 2013).

O século XX trouxe uma mudança no panorama da habitação, pois as primeiras moradias que deveriam amparar as classes mais baixas foram construídas pela iniciativa privada: as vilas operárias. Essas moradias seguiam padrões higienistas, localizadas fora das aglomerações urbanas e baseadas no sistema de aluguel.

Durante o período do "Estado Novo" (1930-1945) dos governos de Getúlio Vargas, a política apropriadamente conhecida como "modernização conservadora" dedicou-se à construção e financiamento de unidades habitacionais para as classes mais baixas da população, principalmente através dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), com a função de

arrecadar diversos benefícios previdenciários vinculados ao Ministério do Trabalho. Os Institutos entregaram cerca de 120 mil unidades habitacionais e, mesmo não sendo a produção de habitação seu principal objetivo, encontram no setor da construção civil uma possibilidade altamente lucrativa (ALMEIDA, 2009).

Durante o governo Dutra (1946-1951), foi criada a Fundação Casa Popular (FCP), responsável pelo fomento de habitação social no país. Esse foi o primeiro órgão federal voltado à construção de habitação para as camadas de menor renda e, em dezoito anos de funcionamento, entregou 18.132 unidades habitacionais distribuídas em 143 empreendimentos. Contudo, a má administração dos recursos promoveu uma atuação muito insatisfatória da Fundação (AZEVEDO, 1988).

Em 1964, a FCP foi extinta devido à própria gestão, ao esgotamento dos recursos federais, às fracassadas tentativas de reforma, e a ascensão dos militares ao poder. Nesse período de ditadura militar (1964-1985) foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH). Para os mentores do BNH, a produção massiva de habitação popular era mais uma oportunidade para aumentar a popularidade do Governo Militar.

Essa política habitacional do Estado não visava somente à construção de moradias, mas dinamizar a economia nacional (VASCONCELOS, 2007). Economicamente, o investimento em moradias promoveria maior empregabilidade de uma mão de obra não qualificada, estimulo à poupança, desenvolvimento da indústria de construção civil e o fortalecimento das empresas a ela associadas (AZEVEDO, 1988).

O BNH utilizou um sistema completo de atuação, como as Companhias de Habitação Popular (COHAB) responsáveis

pela fiscalização das obras, elaboração de projetos e repasses financeiros. As COHABs e os financiamentos do BNH preocupavam-se em entregar unidades habitacionais salubres, rentáveis e acessíveis à massa trabalhadora. Para isso, os projetos utilizaram as máximas modernistas: padronização, racionalidade e barateamento da obra (MARICATO, 1987).

As Companhias de Habitação Popular entregaram 1.499.809 unidades habitacionais financiadas pelo BNH e dispostas em conjuntos residenciais em diversas cidades brasileiras. Dentre as capitais que articularam essa política pública, 16.474 casas foram entregues pela Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB-MA) em São Luís.

A pesquisa bibliográfica desta pesquisa baseou-se principalmente em estudos de Bonduki (2004), Burnett (2002), Maricato (1987), Vasconcelos (2014). Paralelamente, pesquisou documentos oficiais sobre a ação da COHAB-MA, dados em fontes primárias encontrados em periódicos locais da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP). Moradores dos conjuntos habitacionais entregues pela COHAB-MA também foram ouvidos em entrevista semiestruturada ou seja, que segue um roteiro pré-fixado de questões ou tópicos centrais (eixos norteadores), mesmo que se alterem durante o fluxo da entrevista.

Portanto, o objetivo maior deste estudo é analisar o processo de implantação das políticas habitacionais em São Luís do Maranhão, a atuação da Companhia de Habitação Popular e as unidades habitacionais construídas, mais especificamente o Conjunto COHAB-Anil.

2. Política habitacional em São Luís: dos IAPs à COHAB-MA

Entre os séculos XIX e XX as políticas públicas nacionais dedicaram-se a melhorias urbanas sanitaristas e ao cenário caótico de habitação da camada mais pobre que se aglomerava em moradias que não forneciam condições mínimas de salubridade. São Luís seguia os mesmos padrões: vilas operárias e cortiços são construídos pelo setor privado para abrigar o trabalhador que sofre com os reflexos da instabilidade da indústria têxtil[2]. O inchaço populacional agrava a situação social, pois a grande migração de trabalhadores principalmente do interior do estado, contribuía para o aumento de sub-habitações (VASCONCELOS, 2007).

Com a implantação da política habitacional (de cunho trabalhista e populista) de Vargas, São Luís iniciou a sua produção de moradias no final da década de 1940, fomentadas por verbas federais, já que os poderes estadual e municipal não tinham situação econômica estável. Os conjuntos habitacionais foram criados principalmente com recursos dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), com acesso limitado aos trabalhadores favorecidos pela legislação trabalhista (BURNETT, 2011).

Os primeiros conjuntos habitacionais empreendidos pelos IAPs em São Luís foram construídos nas décadas de 1950 e 60, com aproximadamente 300 unidades habitacionais,

2 A Indústria Têxtil se mantinha na região desde 1880, resistindo à falência no território maranhense mesmo com os baixos índices de crescimento econômico. Por não apresentarem concorrência direta com a indústria paulista, carioca ou baiana, as unidades têxtis maranhenses sobrevivem por mais tempo (RIBEIRO, 1992).

destacando como pioneiros os conjuntos Filipinho e Ipase. Burnett (2011) explica que, como passou-se a compreender a moradia pelo seu valor industrial, a ocupação de terrenos grandes e baratos nas regiões periféricas ampliaram a cidade, estendendo a infraestrutura urbana.

Da década de 1940 até 1964, a produção de habitação pelos IAPs em São Luís contou com a participação dos Institutos de construção de moradia, como o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC), Instituto de Pensões e Aposentadorias dos Servidores do Estado do Maranhão e Piauí (IPASE) e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado do Maranhão (IPEM).

O primeiro foi o Conjunto Residencial José Bonifácio de Andrada e Silva, fomentado pelo IPASE. Vasconcelos (2007) comenta que sua data de inauguração e construção é incerta, mas é fato que foi inaugurado antes do conjunto empreendido pela Fundação Casa Popular no final da década de 1940.

Outro empreendimento destacado dos IAPs é o Conjunto Residencial do Filipinho, com construção iniciada em agosto de 1949. O projeto previu a construção de 477 unidades habitacionais (foram concluídas 350) distribuídas em 20 quadras, além dos equipamentos urbanos. O conjunto seguiu o eixo de expansão rumo ao Anil e foi localizado na Avenida João Pessoa, cerca de cinco quilômetros do Centro de São Luís (MENDES, 2018).

Pode-se afirmar que a experiência dos IAPs em São Luís foi notória. O padrão construtivo e as tipologias habitacionais proporcionaram conforto e eficiência para os usuários, ainda que fosse uma produção restrita à classe trabalhadora

beneficiada pela legislação trabalhista o Fundo de Combate à Pobreza (FCP), criado 1946. Entretanto, a produção de habitação para camadas mais pobres pela FCP não foi tão eficiente ou suficiente para atender a demanda habitacional do país. O único empreendimento da FCP, iniciado em 1947 em São Luís, foi o conjunto "Popularzinha", em uma das mais importantes vias da cidade: a Avenida Getúlio Vargas (VASCONCELOS, 2007).

Esse terreno na Av. Getúlio Vargas foi doado pela prefeitura e impulsionou o surgimento de novos bairros. Ao final da década de 1950, a cidade já não tinha espaços urbanos vazios, mas um adensamento social devido à aproximação física entre as diferentes classes sociais. Como em épocas anteriores, o crescimento da cidade ocorreu às margens da infraestrutura e do planejamento urbano (BURNETT, 2011).

A FCP tinha objetivos valiosos para São Luís, como a implantação de moradias para as classes mais baixas da população. Porém, com um único empreendimento (O Popularzinha), a FCP mostrou como a sua produção foi tímida no Maranhão, mas também no cenário nacional. Sem o sucesso esperado, os problemas habitacionais da capital maranhense prosseguiram sem solução.

Com o fracasso da política estatal de habitação, a maior parcela da população permanece sob o domínio das empresas privadas, com tipologias habitacionais sem condições mínimas de higiene (VASCONCELOS, 2007). Esse fato pode ser confirmado e ilustrado na capa principal do Jornal do Estado, em 1958 (Figura 1). Com a manchete voltada aos problemas dos operários, o artigo se esforça em mostrar o panorama da forma de viver do trabalhador, principalmente a precariedade

da forma de morar, ilustrando a ausência de infraestrutura e de saneamento básico -a Figura 01 abaixo:

Figura 01 - Situação dos operários ilustrada no Jornal do Estado em 1958

Fonte: CENAS, 1958.

Durante o regime militar foi criado o Banco Nacional de Habitação, (BNH) com uma política habitacional de maior amplitude na capital maranhense. Em 1966, foi instalada a Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB-MA) e o governador José Sarney encarregou-se de documentar a criação da Companhia e enumerar os passos na busca de soluções para a questão habitacional:

> O déficit de residências e a existência de porcentagens muito grande de moradias que não oferecem as condições mínimas de habitabilidade atingem no Maranhão, a começar pela própria Capital, números muito graves que, desde o primeiro momento, mereceram a atenção do atual Governo. (...) foi constituída em 1966, a

> Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão-COHAB-MA -para incumbir-se da realização de um vasto programa habitacional. Em São Luís teve início a construção do primeiro conjunto do Anil, das mais de 500 casas para venda a pessoas de renda baixa; conjunto a ser ampliado em seguida para o total de 1.000 casas, dispondo o conjunto de escola, igreja, centro de recreação e mercado e assegurado o fornecimento de água e energia (MARANHÃO, 1967, não paginado).

Os IAPs e a FCP viram na Avenida Getúlio Vargas o eixo de expansão da cidade, com seus conjuntos habitacionais, mas a COHAB-MA encontrou na Avenida Jerônimo de Albuquerque um eixo mais viável para a implantação de seus empreendimentos.

Enquanto a Av. Getúlio Vargas tinha os lotes mais nobres, com infraestrutura já estabelecida e serviços de bonde e ônibus, a Av. Jerônimo de Albuquerque ainda era pouco habitada e sem infraestruturas. Novamente, o eixo de crescimento da cidade foi impulsionado pelos conjuntos habitacionais, mas a partir dos financiamentos do BNH: "Os conjuntos seriam verdadeiros guias do crescimento da cidade, os equipamentos urbanos atenderiam não só os conjuntos, mas também a cidade que viria a crescer a partir desse eixo" (VASCONCELOS, 2007, p. 56).

Os números atingidos pela COHAB-MA em 20 anos de atuação foram inéditos. Com empreendimentos em diversos municípios do Maranhão, apenas em São Luís, a Companhia entregou mais de 20.000 unidades habitacionais. Durante sua história, a COHAB-MA alterou o espaço urbano com consequências diretas na vida da população. Em março de

1979, os empreendimentos da companhia abrigavam cerca de 51 mil moradores, um total de 12% da população da capital, considerado um índice inédito em nível nacional. Em 1986, a Companhia de Habitação Popular do Maranhão entregou seu último conjunto habitacional[3].

A produção da COHAB-MA (na Tabela 01) foi quantitativamente valiosa para a habitação social de São Luís: 16.474 unidades habitacionais entregues, fomentadas pelo BNH em parceria com a COHAB-MA. Ao final de 1980, estima-se uma população residente de 80 mil habitantes, distribuída em seus conjuntos habitacionais, número que corresponde a cerca de 32% da população urbana de São Luís (VASCONCELOS, 2014).

Tabela 1 – Produção da COHAB-MA em São Luís

Conjunto	Ano	Unidades Habit.
Cohab-Anil I	1967	505
Cohab-Anil II	1968	516
Cohab-Anil III	1969	1.417
Coheb - Sacavém	1970	476
Radional	1972	366
Cohab-Anil IV	1975	1.111
Vinhais	1979	1.627
Bequimão	1979	1.190
Turú I	1979	767
Rio Anil	1979	345
Angelim	1980	654
Cidade Operária	1986	7.500

Fonte: Vasconcelos, 2014, p. 19.

Os resultados da ação da Companhia também são vistos no aumento do número de empregos, Mais de 20 mil empregos

foram gerados de maneira direta, apenas analisando os conjuntos Cohab-Anil IV, Vinhais, Turu e Angelim, além dos empregos indiretos nas inúmeras fábricas de pré-moldados, serrarias, carpintaria e demais empresas ligadas à construção civil. (VASCONCELOS, 2007).

De forma geral, os empreendimentos da COHAB-MA preocuparam-se com o barateamento da obra, a padronização das unidades habitacionais e com as dimensões mínimas nas moradias. Recursos urbanos foram implantados para incentivar a vivência dos moradores e amenizar a ausência de amplos cômodos nas unidades habitacionais.

Após o fechamento do BNH, em 1986, a COHAB-MA perdeu forças. Sem sua principal fonte de recursos, a Companhia passou a administrar o patrimônio já construído e financiado. Em 1999 a COHAB-MA foi extinta, sendo suas tarefas transferidas para a Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP). A partir dessa mudança, a EMARHP continuou a gerir e administrar as prestações dos mutuários da Companhia, não tendo realizado até então (julho de 2023) nenhum novo empreendimento voltado à habitação social. Atualmente a Empresa passa por mudanças na gestão e administração, sendo recentemente renomeada para Maranhão Parcerias (MAPA) e tendo como principal objetivo a realização de parcerias público-privado.

Certamente, a COHAB-MA promoveu mudanças no cenário da habitação social em São Luís, com o barateamento das obras, ainda que sem grande preocupação com o conforto do usuário. A Companhia também guiou os eixos de crescimento da cidade ao escolher terrenos distantes do

Centro, contribuindo para a segregação socio-territorial da cidade, com as áreas nobres para as camadas mais abastadas e classes mais pobres afastadas.

A tendência dessa política pública era claramente afastar seus conjuntos habitacionais populares dos demais empreendimento urbanos que ocorriam na cidade após a década de 1960, mantendo essa massa trabalhadora dos conjuntos fora das oportunidades de emprego, educação, cultura e lazer, tornando cada vez mais clara a lógica econômica capitalista que consolida o processo de segregação espacial sistêmico: onde ricos e pobres têm lugares definidos na cidade.

Analisando a eficácia da ação das COHABs, observa-se que produção das unidades habitacionais e dos espaços urbanos fomentados pela Companhia refletem uma constante busca pelo lucro. Incialmente, as moradias entregues seguiram padrões genéricos dos ideais modernistas, voltados ao barateamento da obra, à racionalização e padronização[4], além do uso de materiais pré-fabricados e das dimensões mínimas dos cômodos. Dessa forma, fica clara a preocupação da COHAB-MA em produzir números quantitativos e não qualitativos, deixando de lado o conforto dos moradores.

A localização dos empreendimentos da Companhia de Habitação Popular contribuiu sistematicamente para a segregação do espaço urbano. Enquanto as construções para as classes altas ocupavam os entornos do Centro de São Luís, a COHAB-MA dirigiu o seu eixo de empreendimentos para

4 A produção em massa de unidades habitacionais padronizadas foi tanta que o termo "casas de COHAB" ganhou lugar na fala popular para se referir à essa tipologia habitacional.

Avenida Jerônimo de Albuquerque.

Em suma, enquanto os conjuntos residenciais da COHAB-MA afastavam a massa trabalhadora dos centros urbanos, a distância espacial e a ausência de infraestrutura urbana inviabilizavam o acesso à cultura, lazer, educação e serviços para a massa trabalhadora. Souza comenta sobre a lógica claramente capitalista:

> Não basta identificar grupos-alvos específicos e tentar ulteriormente implementar programas de redistribuição de renda conduzidos de cima para baixo; é necessário compreender que a satisfação das necessidades humanas, dos pobres como de quaisquer seres humanos, inclui também a liberdade, a participação, o acesso à cultura, etc. para não mencionar todas as necessidades básicas de tipo mais material (alimentação, vestuário, infraestrutura de serviços públicos, habitação, etc.). (SOUZA, 1995, p. 102).

3. Considerações gerais

Esta pesquisa indica que as políticas habitacionais brasileiras tendem a encarar a construção de moradias como um nicho de mercado, longe de ser um direito constitucional básico de todo cidadão e, por isso, o barateamento das obras da COHAB-MA. Unidades habitacionais genéricas geralmente em espaços urbanos distantes dos centros, segrega a burguesia e a classe trabalhadora. Trata-se de uma resposta resumida e superficial ante a complexa problemática habitacional das cidades brasileiras. Como afirma Maricato:

> Desvendar os interesses que interferem na produção do ambiente construído, e particularmente na provisão de habitações, é instrumentar os movimentos populares para uma luta que visa a justa distribuição dos

> benefícios urbanos, ou que visa garantir a todos o "direito à cidade ", mais do que o direito à moradia ou o acesso à terra. (MARICATO, 1987, p. 15).

Esse "primeiro grande engano" da política habitacional foi justamente o fato de que os tecnocratas que formularam tais propostas não reconheceram a fragilidade da população, inicialmente alvo das COHABs, pois é mais seguro investir em soluções voltadas para a classe média, com maior chance de adimplência nos financiamentos.

Implementar políticas públicas para a construção de uma cidade realmente democrática é uma tarefa desafiadora. Lamas (1993) explica que a leitura efetiva dos espaços urbanos revela seus conteúdos históricos, econômicos e sociais, para além de uma mera análise do quantitativo de moradia produzida e dos empregos gerados pelos empreendimentos de sua contratação.

Assim, é possível analisar as consequências dos empreendimentos da COHAB-MA em São Luís, de que forma estes conjuntos modificaram a sua morfologia urbana e as implicações da criação de espaços urbanos dispersos e distantes para o pobre viver. Para Bonduki (2004), é primordial e necessário repensar a política pública que configurou as metrópoles brasileiras como verdadeiras "manchas urbanas" que se expandem e destroem áreas inclusive de proteção ambiental.

Seguindo o modo de produção capitalista, os empreendimentos da COHAB-MA apenas perpetuaram este modelo de dominação social, econômica, política, cultural da classe detentora dos meios de produção, afastando os indesejados

trabalhadores para lugares periféricos, com infraestrutura precária e distante dos próprios locais de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. As quatro décadas de atuação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) em Natal-RN: a arquitetura habitacional resultante. In: 8 DOCOMOMO Brasil, 2009, Rio de Janeiro. ***Anais** do 8 DOCOMOMO Brasil*. (CD-Trabalhos Completos). Rio de Janeiro, 2009.

AZEVEDO, Sergio de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro, p. 107-119, 1988.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais**. São Luís: Editora da UEMA, 2011. v. 1.

Jornal do Estado. **CENAS da vida operária.** São Luís, 1958.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1993.

MARANHÃO. Governador (1966-1971: José Sarney). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. São Luís, 1967.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar**: do milagre brasileiro à crise econômica. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

MENDES, Giselle G. **Estudo da arquitetura residencial modernista: o bairro do Filipinho**. (Monografia de Graduação) Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

RUBIN, Graziela Rossatto. Movimento moderno e habitação social no Brasil. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 17, p. 57-71, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, Iná et al (Orgs). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VASCONCELOS, Paulo Eduardo S. **Política habitacional e estado autoritário em São Luís (1964-1985)**. 2014**.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2014.

_____. **Habitação Social em São Luís**: um estudo sobre a produção de habitação dos Institutos de Previdência e do Banco Nacional de Habitação. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2007.

BUMBA MINA REGGAE: relações de arquivos, documentos e vizinhança com os Bairros Negros de São Luís/MA

Carolina Maria Bruzaca Pinto[1]

RESUMO

O reggae jamaicano se fixou no território da ilha de São Luís do Maranhão, através de uma teia de relações culturais estabelecidas a partir dos bairros de maioria populacional negra. As memórias negras coletivas celebram a vivência de uma cultura reggueira em São Luís. A circulação inicial do reggae em São Luís, dentre outras áreas da cidade, compreendeu parte da região periferizada que cresceu ao redor do centro inicial da cidade, promovendo um trânsito de radiolas e de público no território. A partir do bairro da Liberdade, investigou-se quais fatores foram favoráveis à recepção do gênero na formação urbana da população negra local, que se expandiu nos anos 1970. Fontes primárias e secundárias de dados foram reunidas, colaborando para o entendimento de como e por quê o reggae jamaicano se expandiu nos bairros periféricos de São Luís.
Palavras-chave: Liberdade- Maranhão; reggae; forma urbana negra; estudos culturais.

ABSTRACT

BUMBA MINA REGGAE: relations between archives, documents and neighborhoods with black neighborhoods in São Luís/MA

Jamaican reggae became established in the territory of the island of São Luís do Maranhão, through a web of cultural relationships established in neighborhoods with a majority black population. Collective black memories celebrate the experience of a reggae culture in São Luís.

1 Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduada em Ciências Socias pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
Contato: carolonalorona@gmail.com

The initial circulation of reggae in São Luís, among other areas of the city, comprised part of the peripheral region that grew up around the city's initial center, promoting a transit of radiolas and public in the territory. From the Liberdade neighborhood, we investigated which factors were favorable to the reception of the genre in the urban formation of the local black population, which expanded in the 70s. Primary and secondary sources of data were gathered, contributing to the understanding of how, and why What, Jamaican reggae expanded in the peripheral neighborhoods of São Luís.
Keywords: Liberdade- Maranhão; reggae; black urban form; cultural studies.

INTRODUÇÃO

As memórias negras coletivas que relembram a vivência de uma cultura reggueira em São Luís, realizada num determinado território e período histórico, são fruto de uma teia de relações estabelecidas a partir dos bairros de maioria populacional negra. Ao debater as implicações dos conceitos de territorialidades negras, Cunha (2020, p. 163) entende que "as definições de quilombos, portanto, nos remetem a cultura, identidade, territórios, propriedades, bens econômicos, sociais, culturais e políticos.". Nesta perspectiva os elementos culturais imateriais e materiais do cotidiano presentes nas territorialidades negras, que são importantes para as coletividades negras, guardam uma relação estreita com a cultura negra e constituem um painel vivo que se manifesta na atualidade do cotidiano dos bairros negros. Ramos (2013, p. 195) contribui para a reflexão sobre o conceito de Bairros Negros ao afirmar que "a formação de um bairro negro é marcada por um processo histórico das várias expressões

de culturas negras que configuram diferentes sociabilidades e espacialidades". Assim, dentro desse conceito, a formação urbana de uma localidade relaciona-se com os processos históricos e culturais que atravessam a construção dos bairros negros. A identidade regueira manifestada e vivenciada no bairro da Liberdade, assim como em outras periferias ludovicenses, expressa essa relação entre bairros negros, cultura e formação urbana.

Este artigo reúne fontes primárias e secundárias de informação, que colaboram para o entendimento de como e por quê o reggae jamaicano se expandiu nos bairros periféricos de São Luís, com destaque especial para o bairro da Liberdade. Os arquivos se referem aos anos noventa em maioria, mas também resgatam acontecimentos de décadas passadas, o que contribui para o visionamento do desenvolvimento das práticas regueiras em São Luís. Reúnem-se fontes nos formatos de vídeo, fotografia e arquivos jornalísticos. De forma conjunta, fontes bibliográficas secundárias fazem suporte aos arquivos sistematizados, incrementando dados quantitativos sobre o perfil da população moradora de algumas periferias, e dados qualitativos sobre as formas de celebração das populações negras ludovicenses. Em menor quantidade, constam materiais cartográficos sobre os movimentos culturais entre a baixada maranhense e a capital maranhense. O recurso às imagens como elementos de análise foi utilizado nesta pesquisa, como ferramenta de ampliação das relações entre: intenção dos registros; o local social ocupado pelos protagonistas dos registros; a intersecção entre os sentidos do reggae maranhense e bairros de periferia em São Luís, através dos registros. Assim, o valor documental da imagem, somado

à possibilidade de aproximação das visualidades de uma época, permite um diálogo entre as questões mobilizadoras deste trabalho.

1. "O som tomou conta de tudo": aproximações sobre as multidimensões do reggae na expansão urbana de São Luís.

Neste tópico agrupa-se uma coleção de arquivos, documentos e dados que tratam da expansão do reggae nas periferias de São Luís, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990. Buscou-se por fontes disponíveis diversas que colaborassem, por comparação e aproximação, com uma projeção de como o processo de expansão do reggae na Liberdade foi um reflexo do que acontecia nas periferias de São Luís nesse recorte temporal. No tópico posterior, que tematiza os arquivos que tratam da Liberdade, há uma escassez de dados documentais que remontam à formação do bairro a partir do ponto de vista da população negra movimentadora das práticas culturais na localidade. Porém, existem dados em vídeo, fotografia e bibliografia que fornecem informações valiosas sobre o processo de expansão do reggae em bairros de periferia ludovicense. Bairros esses com formações urbanas muito parecidas com a formação do bairro da Liberdade: o Bairro de Fátima e a comunidade de palafitas da Lagoa da Jansen são exemplos férteis para a comparação. O ponto de partida da análise de dados é a apresentação do filme "Bumba Mina Reggae" (1990), de Grima Grimaldi. O material em audiovisual é um fio que atrai a correlação com outros documentos agrupados neste capítulo.

"Bumba Mina Reggae" é um documentário de

linguagem videográfica datado de 1991, com 13 ‘22’’, dirigido por Grima Grimaldi. Em meados dos anos 1990, através de uma viagem a trabalho em São Luís, o diretor conheceu um fervoroso cenário reggueiro local. O encontro ocasional mobilizou a realização do curta-metragem.

Em depoimento compartilhado de forma espontânea para esta pesquisa, Grimaldi conta que o filme foi uma homenagem ao povo negro maranhense. O nome do filme articula três denominações que compõem o universo afrodiaspórico maranhense: o Tambor de Mina, o Bumba-meu-boi e o Reggae Jamaicano. Na abertura do filme, há um letreiro com as cores do reggae e o enunciado. “Reggae não é droga…é música e futebol” - frase de autoria maranhense desconhecida. O começo do documentário prenuncia um gesto que será articulado ao longo do vídeo: o uso do efeito de câmera lenta para dilatar o tempo do filme e da dança dos corpos negros em cena. No primeiro momento, os corpos que bailam aparecem sob um filtro escuro, evidenciando a silhueta dos dançantes. Através de uma visão corriqueira, poderia-se supor certa objetificação dos corpos em foco, mas um olhar mais atento pode concluir também que a repetição da dança nas imagens reafirma a importância da ação ao longo do documentário, como um tipo de argumento visual posicionado a partir de ângulos diversos de percepção. O filtro aplicado nas imagens também subtrai a possibilidade de ver a cor dos corpos e o ambiente onde a dança está acontecendo -como na figura abaixo:

Figura SEQ Figura * ARABIC 10 - Trecho do Documento "Bumba Mina Reggae"

Fonte: GRIMALDI (1990)

A escolha de montagem pela direção do filme nesse sentido não foi aleatória: pode-se supor que o diretor teve sua atenção chamada para o caráter inventivo da da dança regueira em São Luís. É interessante destacar, na visão do público que assiste o material, uma experiência até então exclusivamente musical, estética e visual - nos instantes iniciais do vídeo. O recurso da narração e da reprodução de depoimentos ainda não foi acionado. Logo, o primeiro contato com o material fílmico envolve, na fruição de quem assiste, os sentidos da musicalidade e da dança - expressões defendidas aqui como inerentes ao reggae maranhense afrodiaspórico.

"Dá pra ver a Jamaica daqui"? Pergunta Grima Grimaldi

a um homem negro de binóculos, um provável salva-vidas. Marcando o primeiro minuto do curta, há depoimentos de pessoas predominantemente negras, em sequência. "A Jamaica representa aqui mesmo, São Luís do Maranhão"; "aqui o reggae é mais uma forma de diversão onde o pobre, os negros conseguem se libertar da opressão que assam toda semana, lavando carro, levando bronca da polícia, então sexta-feira o pessoal desce para os clubes de reggae e é uma maneira de se divertir". O clube, no filme, assim como as periferias de São Luís, nos remete aos poemas de Beatriz Nascimento que acompanham os textos do filme "Orí" (1989), dirigido por Raquel Gerber. Beatriz Nascimento versa poeticamente que:

> Eu sou quilombo, quilombo é uma história.
> Essa palavra tem uma história.
> Sua relação com seu território.
> Mais do que um território geográfico.
> Território a nível duma simbologia.
>
> Orí (NASCIMENTO, 1989, não paginado)

Na voz dos entrevistados de "Bumba Mina Reggae", o clube de reggae é um lugar de paz, de fuga das opressões do cotidiano. De forma coletiva, o reggae se torna um espaço físico e sentido, através da dança e da musicalidade reggueira. A relação com o espaço como ponto de fuga, proporcionador de sensações de liberdade através das corporalidades negras ressalta a ideia de quilombo evidenciada por Beatriz Nascimento. As falas dos entrevistados, no filme de Grima Grimaldi, derrubam o vago argumento de que as gerações regueiras mais antigas,em São Luís não possuíam uma visão profunda do reggae, como uma manifestação complexa na Ilha dentro do debate racial e cultural. Nos depoimentos que

seguem ao corte da edição, escolhe palavras e frases menores dos enunciados: "escravatura"; "é a Jamaica"; "é os negros que somos nós"; "o reggae tem cor". Como resultado, o efeito produzido pela edição dos depoimentos é de que todas as vozes colaboram com um mesmo argumento fílmico: o reggae maranhense reterritorializa São Luís como Jamaica e é manifestado pela população negra local. O último depoimento da primeira sequência enfatiza a relação entre manifestações afrodiaspóricas como o bumba-meu-boi, os côcos, o tambor de crioula e o reggae na Ilha: "é justamente por isso que o reggae se infiltrou aqui no Maranhão". O depoimento final reafirma, de forma objetiva, o título do filme. Grima Grimaldi assume esse gesto em outros momentos do curta, como a ser visto adiante.

2. Portos, praias e marés: espaços de trabalho e a espacialização do reggae

Após a reunião de falas, o documentário realiza uma apresentação do cotidiano da cidade de São Luís a partir do ano de 1990. Relembrando Certeau, (1996, p. 31) "o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente". De que forma, podemos relacionar no filme essa constatação? A sequência do dia-a-dia de São Luís nos anos 90 favorece as pistas de relação. No debate sobre os "sentidos" do reggae, realizou-se uma reflexão sobre como o cotidiano, apesar de ser uma esfera de controle, abre brecha também para uma diversidade de práticas e intervenções. Grima Grimaldi assume um olhar

atento aos deslocamentos da população negra ludovicense, registrando um movimento que transita entre ruas, avenidas, pontes, portos, praias, marés, espaços de trabalho e moradia.

O mosaico de ações elaborado pela montagem revela uma impressão do cotidiano da ilha a partir da abordagem de direção do curta. Em ação nas múltiplas localidades da cidade observa-se o trânsito de vendedores de caranguejo, um carroceiro guiando um animal de carga, barqueiros, pescadores, estivadores e ciclistas. A trilha de reggae, no recorte, unifica as passagens. Fica expressa uma relação entre locais de trabalho, trabalhadores afrodescendentes e o cotidiano de São Luís. Em destaque existe uma ênfase nos espaços portuários, com visões amplificadas do movimento dos barcos, dos rostos dos estivadores e de suas ações. Ao realizar tais paralelos no filme, Grima Grimaldi provavelmente observou que a vivência local do reggae possuía uma conexão com os locais de trabalho mencionados. Em especial, o protagonismo dos trabalhadores de estiva será um fio condutor importante para se observar os dados coletados nas fontes fílmicas primárias.

Silva (1995) e Arantes (2010) apresentam a figura do estivador como relevante para as dinâmicas culturais afrodescendentes no Brasil, em São Luís e no reggae ludovicense, como se verificou na primeira parte deste trabalho. Os corpos da população negra e as práticas potenciais inscritas no cotidiano do trabalho das periferias de São Luís também possibilitaram o reencontro maranhense com o reggae jamaicano. Vide o exemplo da chegada de discos de reggae do Caribe pelas mãos dos estivadores em serviço e o uso que esses agentes fizeram do material musical

na reinvenção de suas práticas de festa e fruição. Durante o processo de pesquisa documental verificou-se o trabalho da historiadora Carolina Martins "Política e cultura nas histórias do bumba meu boi no Maranhão" (2021), que aprofunda a compreensão sobre quem eram os trabalhadores nos portos de São Luís e como esses agentes foram protagonistas no movimento cultural maranhense, situando a discussão a partir das memórias do Boi de Pindaré[2].

Martins (2021) propõe que é possível tomar de base o perfil dos antigos estivadores, identificados como "braçais" de forma recorrente nos arquivos levantados pela autora. Martins realiza o paralelo de que a maioria dos estivadores eram negros, e que dentre
várias formas de diversão adotadas por esta população a brincadeira de bumba-boi era frequente.

Uma articulação importante do trabalho de Martins é a quantidade significativa verificada de trabalhadores oriundos de municípios do interior do Maranhão, mais especificamente da região da baixada ocidental maranhense e do litoral ocidental. A principal fonte documental analisada pela autora para a obtenção deste dado foi o Arquivo do Sindicato dos Arrumadores de São Luís/MA. Cruzando os dados obtidos na obra mencionada com as informações obtidas nas entrevistas feitas pela autora, nota-se que a maior parte dos trabalhadores vem de diferentes municípios do

2 O Boi de Pindaré é um grupo de bumba meu boi maranhense, formado por migrantes da Baixadamaranhense. Pindaré-Mirim é a cidade natal de João Cância dos Santos, fundador do grupo. O Boi de Pindaré foi fundado nos anos 60 e se estabeleceu no Bairro de Fátima, periferia de São Luís retratada no filme ''Bumba Mina Reggae'' (1991).

Maranhão e foram admitidos no recorte adotado pela tese - anos 60 e 70.

Assim como Silva (1995), Martins observa um fluxo de trocas culturais relevantes entre a baixada e a capital. No mapa, a autora também destaca a cidade de Cururupu como ponto de circulação importante de pessoas e práticas culturais negras. Resgata-se que Monteiro (2019) pode verificar em suas pesquisas de campo a coexistência de manifestações culturais afrodiaspóricas maranhenses junto ao reggae jamaicano, como foi aqui apresentado no primeiro capítulo. É importante relembrar também que o reggae começou a circular no Maranhão em meados dos anos 70 e que, como indica Silva (1995), é nas periferias e regiões de palafitas em São Luís que o gênero ganhou forte adesão inicial: justamente nesses espaços é que as populações negras da baixada maranhense reinventaram suas formas de festa, como aponta Martins (2021) ao observar o Bumba-Boi de Pindaré. Tais dados dialogam entre si no ponto em que indicam que houve uma movimentação favorável nos anos 70, em São Luís, com a expansão das periferias, à interação entre culturas afrodiaspóricas internacionais e culturas afrodiaspóricas do interior maranhense, articulando agentes culturais negros e negras que reelaboraram as práticas culturais maranhenses em contato, por exemplo, com o reggae jamaicano. A interlocução de tais dados circunda a figura do estivador maranhense como um agente cultural, comunicação verificada também em estudos de outras regiões do Brasil, analisados por Martins:

> Sobre a questão do lazer entre os trabalhadores de portos, estudos realizados em outras regiões

> do país apresentam reflexões relevantes para se pensar a realidade maranhense. A categoria de trabalhadores do porto é fortemente identificada pelos estudiosos aos negros, pois, mesmo no pós-abolição, são eles, em sua maioria, que ocupam o espaço das estivas e dos trapiches. Neste sentido, o trabalho de ´Érika Arantes sobre o cotidiano do porto do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX revela que o trabalho na estiva realizado por uma maioria negra e parda e que muitos dos fundadores de importantes sindicatos portuários, nas primeiras décadas do século XX, eram negros (MARTINS, 2021, p.123).

Martins destaca uma relevante ligação para se pensar a figura do estivador no reggae maranhense, ao citar a análise de Arantes (2010) sobre o samba carioca no trabalho "Pretos, brancos, amarelos e vermelhos: conflitos e solidariedades no porto do Rio de Janeiro". Retomando o curta-metragem de Grima Grimaldi, existe uma passagem que é exibida após a sequência dos estivadores e em momentos diversos do filme: a localidade da praia como ponto de encontro das populações negras ludovicenses nos anos noventa. As imagens da praia em movimento dialogam com as observações de Arantes sobre as sociabilidades de trabalho da população negra, conjuntas ao samba carioca, exemplo que contribui para um comparativo com o caso de São Luís:

> Ponto de encontro preferencial dos homens do cais do porto, a zona portuária foi palco de muitas histórias de vida daqueles trabalhadores. Mesmo os que não moravam nas redondezas tinham ali um espaço de sociabilidade privilegiado, seja no trabalho ou nos tantos botequins e quiosques do lugar, onde se vendia café e parati; no sindicato ou em alguma associação de lazer como a Sociedade União das Flores, agremiação Carnavalesca

> formada pelos portuários; nas rodas de samba e partido alto costumeiras ou nos circos e nas festas de santo que tinham como palco o Campo de Santana (ARANTES, 2010, p. 31).

Em São Luís, nos anos 90, havia bares de reggae localizados nas proximidades do bairro da Ponta D'areia que aludem ao ponto de encontro preferencial da população negra trabalhadora citado por Arantes. Freire (2008) destaca em seu levantamento dados sobre os clubes "Toca da Praia" e "Arena" -situados na praia da Ponta d'Areia, localidade próxima também da Ilhinha: bairro de comunidades que, segundo Freire, moram pessoas com menor poder aquisitivo, englobando o bairro da Ilhinha com as localidades do Conjunto Basa e Morro -que são bairros vizinhos.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A partir da relação estabelecida no filme de Grima Grimaldi entre as imagens de praia, de portos, de espaços de trabalho e de clubes de reggae na praia podemos reforçar a conexão entre o protagonismo das populações negras ludovicenses no estabelecimento do reggae como parte integrante da cultura local, do cotidiano dos espaços de trabalho e de uma diversidade de práticas vividas em contato com o espaço da periferia. Tal trânsito, a partir das periferias, provocou mudanças também nas áreas não-periféricas, como no caso da Ponta D'areia. Destacam-se as práticas de trabalho da população negra, que por afetarem a dinâmica da cidade de São Luís como força de trabalho populosa, difundiram o reggae jamaicano por toda a Ilha.

Na sequência de "Bumba Mina Reggae" ouvimos uma

narração que acrescenta informações sobre o cotidiano de São Luís nos anos 90, ao mesmo tempo que visualizamos imagens diversas das regiões de palafitas que provavelmente estavam localizadas nas proximidades do bairro do São Francisco e Ponta D'areia: levanta-se essa hipótese por conta das marés e das praias no fundo de campo das sequências. A narração enfatiza como nos guetos e palafitas existe, no dia a dia, um som marcante de contrabaixo que se sobressai ao barulho dos carros -espalhando sua sonoridade inclusive dentro das mansões localizadas nas áreas nobres da cidade. O foco nos bairros de palafitas em outro momento do filme é retomado com destaque, pois de forma rápida o tema das religiões afromaranhenses é introduzido no filme.

"Cultura negra no Maranhão é coisa séria" (GRIMALDI, 1990, não paginado), informa a narração do filme no decorrer de seus quatro minutos. O filme estabelece o argumento de que a "África que existe no Maranhão abriu portas para a entrada de um Caribe" na ilha de São Luís (GRIMALDI, 1990, não paginado). O elo que estabelece tal conexão, segundo Grimaldi, é a herança cultural afrodescendente que existia anteriormente à chegada do reggae. O Bumba-meu-boi e o Tambor de Mina são as manifestações exemplificadas pelo filme, através das imagens. Com tal gesto a tríade do título do curta "Bumba Mina Reggae" está selada, de tal forma que esta torna-se uma das principais linhas de defesa da mensagem que o documentário pretende informar. O uso da narração para ressaltar o ponto de vista do filme reafirma tal intenção, de forma quase didática: "quando há quatro séculos os navios negreiros deixaram aqui quarenta tribos africanas, entre elas jeje, nagô e ashanti, não sabiam o caldeirão musical

que estavam formando. O som dos escravos tomou conta de tudo. O Boi, o Tambor de Crioula e os Tambores de Mina acabaram sendo os precursores do reggae". O emprego da palavra "tribo" fixa a ascendência dos povos citados no filme, a medida em que "tribo", de forma recorrente, descreve povos que, sob a visão da historiografia ocidental colonizadora, ficaram fixos na ideia de um passado primitivo. A noção de "caldeirão musical" também apresenta um risco de compreensão esvaziada sobre os processos de reinvenção das práticas culturais afrodiaspóricas no Maranhão.

O encontro entre musicalidades diversas em São Luís promoveu um complexo movimento de linguagens em dança, canto e práticas culturais. Presumir todo esse processo na figuração de um caldeirão, em conexão com a visão "tribal" sobre as comunidades negras antepassadas de São Luís reduz o complexo desenvolvimento das culturas negras afrodescendentes. O Boi, o Tambor de Mina e o Tambor de Crioula possuem trajetórias particulares, ao mesmo tempo em que se cruzam nas vivências das populações negras maranhenses ao recriar práticas de sociabilidade na Ilha de São Luís.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Erika Bastos. Pretos, brancos, amarelos e vermelhos: conflitos e solidariedades no porto do Rio de Janeiro**.** *In*: GOLDMACHER, Marcela; BADARÓ, Marcelo; TERRA, Paulo Cruz**. Faces do trabalho**: escravizados e livres. Niterói: EdUFF, 2010.

BUMBA mina Reggae. Direção: Grima Grimaldi. Roteiro: José Luis Nogueira. [*S. l.*]: Conecta vídeo, 1991. 1 vídeo (13 min)

CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil. **Critica e Sociedade**, Uberlândia, v. 10, n.1, 2020a.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Urbanismo Africano: 6000 anos construindo cidades. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, jul./set. 2020.

MARTINS, Carolina Christiane de Souza. Política e cultura nas histórias do bumba-meu-boi São Luís do Maranhão – Século XX. 2015. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea II), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

ORÍ. Direção: Raquel Gerber. Roteiro: Maria Beatriz Nascimento. [*S. l.*]: Angra filmes, 1989. 1 vídeo (93 min.).

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Bairros negros**: uma lacuna nos estudos urbanísticos: um estudo empírico-conceitual no bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia). 2013. Tese (Doutorado), Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 2013.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Da terra das primaveras à ilha do amor**: reggae, lazer e identidade cultural. São Luís: EDUFMA,1995.

~ ENTREVISTA ~

Entrevista realizada por Nilce Ferreira com o professor Dr. Frederico Lago Burnett

1. São Luís tem o título de patrimônio cultural da humanidade. Em sua avaliação, por que justamente a parte da cidade, com esse apelo turístico, está tão abandonada pelo poder público?

Ainda que o título de patrimônio cultural da humanidade deva ser considerado quando se discute a situação da Praia Grande, cabe entender que, em sua essência, aquele é um espaço urbano e, ainda que não fosse tombado e reconhecido mundialmente, apresentaria os mesmos problemas de esvaziamento social e arruinamento edilício. O fenômeno é próprio dos núcleos fundacionais das cidades capitalistas, que Paul Singer[1] atribui à mistura de usos que o crescimento populacional acarreta nas áreas centrais, impactando os usos residenciais e levando à saída das classes de mais alta renda para novos bairros, fazendo surgir "assim um 'centro novo' em contraste com o 'centro antigo'. Neste, as edificações desocupadas passam a prestar "serviços inferiores: locais de diversão noturna e de prostituição, hotéis de segunda classe, pensões e — em estágios mais avançados — por cortiços, marginais etc." (Singer, 1982, p 30). Para Singer, esta situação de degradação física e simbólica, obriga o Estado a intervir para evitar a expansão da área deteriorada, desapropriando imóveis e exercendo ações de requalificação urbana (Ibid, ibid, p. 32), medidas em parte efetivadas na Praia Grande quanto às obras nos espaços e imóveis públicos, mas pouco materializadas no que se refere à intervenção na propriedade privada, mantida em sua quase totalidade intocada. Mas, Singer também alerta que renovação urbana e edilícia não costuma resolver o problema de tais

1 SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In MARICATO, Ermínia. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 21-36.

áreas, pois "...dificilmente camadas ricas ou de rendimento médio se disporiam a morar em bairros que adquiriram má fama" (Ibid, ibid, p 32), afirmação que sintetiza o dilema e o desafio da Praia Grande.

Esta situação se deve tanto à dimensão do problema quanto à tendência de segregação sócio-espacial das sociedades de classes, pois áreas centrais de muitas outras cidades no Brasil, tombadas ou não, também se enfrentam com impasses semelhantes. Atuando dentro destes limites e relacionando progresso com negócios, as políticas de "revitalização" de áreas urbanas buscam atrair empreendimentos para os espaços "sem dinamismo", mas procuram não interferir nos interesses privados. Esta lógica tem sido recorrente em todos os programas para a Praia Grande, claro que com diferentes ênfases, conforme as condições físicas do espaço e o grau de empreendedorismo do "espírito da época". Enquanto o Reviver e o Prodetur foram momentos de investir no espaço e nos imóveis públicos para criar um ambiente urbano qualificado com polos de atração de consumidores, o Programa Nosso Centro marca um outro momento. Ao restar pouco a fazer nos componentes públicos da área, o governo tem que se voltar, de maneira mais proativa, para atrair investimentos privados, uma atitude compatível com as metas do "choque de capitalismo", proclamadas em 2015 pela nova gestão e bem expressas no programa Adote um Casarão.

Retomando, então, a questão do abandono da pergunta, pode-se dizer que o momento atual da área é fruto do realizado no passado: o espaço público e os imóveis do estado já recuperados e ocupados não oferecem mais campo para uma política de "revitalização" à altura dos projetos pioneiros, nem propiciam uma marca original para a nova gestão. Por isso, as ações devem adotar estratégias diferentes, onde concepção e efetivação das ações não dependem dos mesmos sujeitos, no caso, a administração pública, seus gestores e técnicos; o aparente abandono da Praia Grande é, na verdade, um novo tempo das intervenções, pois agora o Estado deve

criar condições adequadas para a entrada do Capital que, a partir de agora, precisa comandar o destino da Praia Grande. A compreensão dos novos eventos que ali ocorrem exige perceber que, apesar da permanência das tradicionais relações oligárquicas de poder político no Maranhão, a lógica capitalista mundializada assumiu um novo papel na economia estadual. E as consequências desse fato não se resumem apenas a mudanças no campo da política e da economia, pois, como relações sociais que são, se expressam nos valores que passam a circular desde a ideologia dominante emitida pelo Estado e pelo Capital.

2. Do ponto de vista do desenvolvimento sustentável e da revitalização arquitetônica do Centro Histórico de São Luís, que ações o senhor apontaria como consistentes para a gestão pública implementar?

Vale destacar que, pelo ângulo do pensamento decolonial, "sustentável" é um adjetivo subordinado ao desenvolvimento capitalista, pois resultou de um processo de disputa política, ao longo do último quartel do século XX, em torno da questão ambiental. Como mostra Maristela Svampa[2], o "desenvolvimento sustentável" é "o triunfo de uma concepção antropocêntrica, ao estabelecer a coexistência entre crescimento, desenvolvimento e ambiente" e, desta forma, se sobrepôs à ideia do "ecocentrismo, que via o desenvolvimento como causa da deterioração ambiental" (Svampa, 2023, p. 201). Nos termos radicais de Antônio Bispo dos Santos[3], "o desenvolvimento e o colonialismo chegam subjugando, atacando, destruindo. Quando se introduz o desenvolvimento onde o povo vive do envolvimento, quando modos de vida são

2 SVAMPA, M. Debates latino-americanos: indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo. São Paulo: Elefante, 2023.

3 SANTOS, A. B. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/ Piseagrama, 2023.

atacados, quando o envolvimento é atrofiado, inviabilizado e enfraquecido, vai haver reação." (Santos, 2023, p. 62-63). No caso do centro histórico, como de qualquer outro espaço urbano ou rural, uma política de "sustentabilidade forte" deveria considerar o "desenvolvimento humano" formulado por Amartya Sen, uma categoria que "incorpora outros indicadores, além do econômico, referentes a educação, saúde, gênero, entre outros" (Svampa, 2023, p, 203).

Isto significaria uma inversão na lógica de quase todos os programas de "revitalização" do centro que, invisibilizando moradores e usuários da área, procuraram recuperar estruturas urbanas e apagar a "má fama" adquirida pelo bairro, pois depositam no mercado o sentido a ser tomado pelo desenvolvimento, isto é, em favor do upgrade nas faixas de renda através de potenciais investimentos privados. Para reverter o sentido desse desenvolvimento da área, incorporado como certo pelo senso comum, apesar do seu forte caráter elitista, haveria que inverter todas as premissas valorativas e dar protagonismo no processo aos seus atuais ocupantes e usuários. O desafio desta proposta pode ser verificado nas políticas, enunciadas ou não, para as duas áreas contíguas que constituem o centro antigo de São Luís delimitado pelo anel viário: enquanto a área densamente habitada e com dinâmica econômica, também possuidora de acervo arquitetônico histórico, permanece sem controle urbanístico e investimentos em infraestrutura, a porção reconhecida pela União e pela Unesco, concentra as políticas de preservação e requalificação, pois representaria o passado digno de São Luís e do Maranhão. Tais políticas, apenas na aparência são contraditórias, pois no fundo se complementam e lembram poema de José Chagas: enquanto num espaço se aprofunda a senzala, esforços constantes pretendem retornar a Praia Grande ao status de casa grande.

3. Existe um mapeamento de quem são os proprietários dos casarões do Centro Histórico de São Luís e um diagnóstico das causas da situação de abandono?

Uma rede de pesquisa sobre o mercado fundiário e imobiliário dos centros de Recife, Belém e São Luís[4] apontou para a existência de uma "caixa preta" sobre as propriedades privadas no centro de São Luís. Relatos da coordenadora local da pesquisa se referem à impossibilidade de acesso a informações sobre o Imposto de Transmissão de Imóveis (ITBI), levando a pesquisa a enfocar "apenas os Centros Históricos de Recife e de Belém, pois não há dados disponíveis para o Centro Histórico de São Luís"[5] (Lacerda et al., 2023, p. 445).

Quanto ao "diagnóstico das causas da situação do abandono", foram elencadas na resposta à primeira pergunta: mistura de usos que levou à saída dos moradores das camadas de média e alta renda, com a consequente "má fama" adquirida pelo bairro, resultando em incerteza quanto ao retorno de investimentos privados na área; baixo valor fundiário e imobiliário das edificações, que não oferecem retorno sequer de gastos com serviços de demolição, levando a que este tipo de prática não ocorra na áreas, mas que pode estar por trás da falta de manutenção, principalmente dos telhados dos imóveis, condição que no período chuvoso leva ao desmoronamento de muitos casarões da área. Situação oposta ao que ocorre no outro setor da cidade, onde a concentração de negócios potencializa o valor do solo, incentivando demolições e descaracterizações clandestinas das edificações para otimizar usos comerciais,

4 Grupo de Estudos sobre o Mercado Fundiário e Imobiliário – GEMFI, https://gemfi.com.br/

5 Lacerda, N., Tourinho, H. L. Z., Lôbo, M. A. A., & Venâncio, M. W. de C. (2018). Dinâmica do mercado imobiliário nos centros históricos em tempos de globalização: os casos do Recife, Belém e São Luís (Brasil). *Cadernos Metrópole*, *20*(42), 443–469. Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2018-4207

apesar do tombamento estadual, tradicionalmente com fiscalização menos eficaz que a exercida na área de proteção federal.

4. O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) possui critérios rígidos, que acabam por encarecer muito as reformas dos casarões, ao mesmo tempo, a falta de orçamento público para sua manutenção resulta num cenário de ruínas e muitos prédios meramente escorados. Como superar esse dilema? Seria razoável se pensar numa flexibilização dos critérios dessas reformas?

Órgão do governo federal criado por Getúlio Vargas, o IPHAN tem suas origens e suas políticas vinculadas ao projeto de criação e consolidação da república brasileira na década de 1930, meta que exigia a constituição de uma identidade comum para um imenso e diversificado território, com trajetórias diferentes e relações complexas entre si. Neste sentido, o acervo urbano e arquitetônico colonial foi priorizado como símbolo material a conectar o país e a tarefa precípua do IPHAN passou a ser construir e fortalecer essa imagem do passado, valorizando o acervo cultural das cidades, compatível com tal projeto de modernidade. Esta é a razão da política de preservação de monumentos e conjuntos urbanos históricos, que restringem o direito de propriedade e afetam a dinâmica urbana em defesa da memória coletiva, ainda que durante muitos anos restrita aos feitos das elites políticas e econômicas do país. Para cumprir essa missão, subordinada à uma certa noção de pátria, a fiscalização para assegurar permanência e originalidade urbanística e edilícia do acervo tombado é inerente à função do IPHAN, principal guardião da memória nacional.

Do ponto de vista local, a política nacional de preservação do IPHAN não oferece muito espaço técnico e jurídico para dialogar com a realidade local, se restringindo a cobrar normas e fortalecer a alta cultura, expressos em duas linhas

de ação: aprovação de intervenções físicas nos imóveis tombados e apoio a obras de restauração de monumentos para fins museológicos. Como isso afeta as condições urbanas das áreas tombadas? Depende das políticas locais, que podem potencializar, positiva ou negativamente, as práticas do IPHAN em conjuntos tombados: se as políticas urbanas forem tímidas ou não existirem, o poder local estará dependente da política nacional de preservação e, no limite, pode entregar tais áreas à supervisão do órgão, abdicando do seu papel de planejador e gestor do uso do solo urbano; se, ao contrário, o município for proativo em termos urbanos, poderá construir diálogos entre urbanismo e práticas preservacionistas e assim fortalecer os projetos próprios da cidade. Mas, nas disputas entre entes federativos, os resultados são imprevisíveis, pois envolvem lutas de poder que, quase sempre não consideram os interesses da sociedade local, podendo até preencher interesses turísticos, mas tendem a considerar o bairro um "vazio urbano", abrindo caminho para despossessões que visam a gentrificação do espaço.

Por tudo isso, o rigor dos critérios do IPHAN ou a falta de orçamento público são consequências e não causas, não explicam a questão urbana, é necessário considerar aspectos estruturais e conjunturais que condicionam a aplicação das normas de preservação e a disponibilidade de verbas conforme a "vontade política" que, de fato, faz o acontecer. O fato de imóveis centenários se tornarem valor cultural não significa que seus altos custos de recuperação e manutenção sejam aceitos pelos proprietários, senão como explicar a execução de serviços de revestimentos cerâmicos em edifícios recentes nas novas área da cidade? Somente o valor de uso e de troca esclarecem e fundamentam tais decisões. Pelo mesmo raciocínio, tampouco pode-se falar de falta de recursos públicos para a Praia Grande, quando milhões são gastos com os periódicos festejos carnavalescos e juninos ou em constantes obras viárias cada vez que veículos particulares sofrem sucessivos engarrafamentos. Para o Estado capitalista, a questão da Praia Grande não se

resolve mais com investimentos públicos e equipamentos culturais, 50 anos de programas de "revitalização" esgotaram essa possibilidade e as recentes gestões estaduais dão sinais de que assim entendem o tema.

5. Atualmente a Casa do Maranhão, prédio público no Centro Histórico de São Luís, sedia um museu cultural do governo estadual e o Centro de Referência de Economia Solidária, com gestão compartilhada com grupos produtivos populares. Como o senhor avalia, para a cultura local, a relação custo benefício, de retirar essas atividades da Casa do Maranhão, para entregar para o setor privado de hotelaria internacional?

Essa surpreendente e inédita decisão governamental em parte se explica pelo exposto acima, pois está relacionada com os limites atuais de intervenção do governo estadual na Praia Grande, uma vez que restam poucos imóveis de propriedade do estado para utilizar e os espaços públicos da área já foram recuperados, cabendo à prefeitura sua manutenção. Por isso, desde o Programa Nosso Centro, principalmente através do subprograma Adote um Casarão, o protagonismo da iniciativa privada vem sendo fortemente incentivado no centro histórico. Sem resposta significativa dos empreendedores locais e dos proprietários de imóveis ociosos, pois a revalorização imobiliária da área não justifica o risco de investir em obras e negócios na Praia Grande, a nova gestão estadual se viu compelida a buscar fora do Maranhão quem se disponha a se instalar no bairro. Restando pouco tempo de mandato, arriscada a não deixar sua marca e seus feitos em relação ao celebrado patrimônio da humanidade, a atual gestão aumentou a aposta na iniciativa privada e pensou de maneira global, como aliás tem sido a lógica da administração estadual desde que o agronegócio e o complexo portuário assumiram a vanguarda no pensamento econômico maranhense. De sua parte, o grupo hoteleiro oferece como garantia para a arriscada aposta governamental uma experiência acumulada

em outros centros históricos brasileiros, além da dimensão do empreendimento que pretende aqui instalar, pois conta com uma carteira de clientes de alta renda em quantidade suficiente para animar a região e demandar novas atrações de consumo, além da possibilidade de conexão com o circuito dos Lençóis Maranhenses.

Se este foi o contexto geral que definiu a originalidade das negociações, não é suficiente para explicar porque a escolha do local do empreendimento recaiu sobre um prédio em funcionamento, quando provavelmente outros imóveis do estado também poderiam ter sido oferecidos. Ainda que implantação, dimensão e estética da edificação tenham atraído as atenções do grupo hoteleiro, o valor histórico de grande simbolismo do prédio — antiga aduana da Província, saqueada por Lord Cochrane, corsário contratado pelo Império para exigir a adesão do Maranhão à independência do Brasil, depois sede da Secretaria Estadual de Fazenda — seria suficiente para rechaçar o pedido. Abrigando o maior acervo estadual de Bumba meu boi, também de grande valor simbólico para a cultura popular do Maranhão e de São Luís, o prédio abrigava o núcleo estadual da economia solidária, um projeto alternativo que se contrapõe à economia capitalista, pensado por Paul Singer, o mesmo citado neste texto. O que levou a gestão estadual a assumir o apagamento de tantas camadas socioculturais com um único ato? Há, na decisão, também um recado simbólico do governo?

O desmonte de um museu para instalar um negócio, ainda que de "turismo cultural", é um movimento político inusitado entre nós, resultante da nova realidade no Maranhão. Sua mudança interna, local, foi dada pelo fim do ciclo de uma geração de gestores, técnicos e pesquisadores do patrimônio cultural maranhense, intimamente relacionada com o período político de José Sarney e a forte atuação de membros da Academia Maranhense de Letras. Por quase 50 anos, esses sujeitos foram decisivos para o conhecimento, a valorização e a divulgação da cultura popular do estado, tendo São Luís como

sua principal vitrine. Para dimensionar as consequências desta mudança política, mas também geracional, cabe entender as origens e os valores sociais dos novos quadros de gestores e técnicos que assumem o comando da política maranhense em geral e da cultura em particular. Isto poderá desvendar a face interna da nossa atual realidade, que tem relações externas, de alcance nacional, com a consolidação, nos últimos dez anos, do protagonismo do Maranhão na economia do país. Um fato que guarda fortes relações com a eleição de Flavio Dino em 2015, quando se constituiu uma ampla aliança política com grupos do Sul do Maranhão, hoje no comando da gestão do estado. Com os novos administradores, chegam novos valores ao estado, mas principalmente a São Luís, cidade símbolo histórico do poder maranhense e da colonização do Norte, com profundas diferenças com o Sul sertanejo, como comprovou a professora Maria do Socorro Cabral[6]. Consequência disso, o que a Praia Grande está vivendo, oposto a tudo que foi feito no passado da preservação patrimonial, resulta da imposição de novos valores culturais, agora próprios do grupo político que assumiu o comando do governo estadual.

São Luís, Maranhão, maio de 2024

Dr. Frederico Lago Burnett
Professor UEMA

6 CABRAL, M. S. C. Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: Sioge, 1992.

Sobre este E-Book

Formato 21,5 x 14,5 cm

Foi composto nas tipografias:
Palatino para texto e Onix para estruturas de títulos.

Eduema